



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Oceanografia
Núcleo de Gerenciamento Costeiro
Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro



Dissertação de Mestrado

Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma Unidade de
Conservação de Proteção Integral Costeira

Charleny Fucolo Almeida

Rio Grande (RS)
2018



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Oceanografia
Núcleo de Gerenciamento Costeiro
Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro



Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma Unidade de
Conservação de Proteção Integral Costeira

Charleny Fucolo Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-
Graduação em Gerenciamento Costeiro, sob
orientação da Prof.^a Dr.^a Dione Iara Silveira
Kitzmann.

Rio Grande (RS)
Março, 2018

Ficha catalográfica

A447p Almeida, Charleny Fucolo.
Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma
Unidade de Conservação de Proteção Integral Costeira / Charleny
Fucolo Almeida. – 2018.
153 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-graduação em Gerenciamento Costeiro,
Rio Grande/RS, 2018.
Orientadora: Dr^a. Dione Iara Silveira Kitzmann.

1. Estação Ecológica do Taim 2. Conselho consultivo 3. Gestão
costeira participativa 4. Gerenciamento costeiro 5. Plano de Manejo
I. Kitzmann, Dione Iara Silveira II. Título.

CDU 504.06

Catálogo na Fonte: Bibliotecário João Paulo Borges da Silveira - CRB 10/2130

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela bondade e misericórdia infinita, e a espiritualidade amiga que sempre me sustenta, me protege e me encoraja nesta minha caminhada.

Agradeço de forma especial ao meu pai, Renato, e à minha mãe, Nina, pelo amor, cuidado, apoio, incentivo, e por todos os esforços que possibilitaram que eu pudesse ter uma vida tranquila e conseguisse concluir os meus estudos.

Agradeço aos meus irmãos, Rafaela e Rodrigo, pela força, carinho e por todo auxílio. Agradeço também a todos os demais familiares que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a minha afilhada, Duda, pela alegria contagiante que tornou os meus dias, desde a sua chegada, muito mais especiais.

Agradeço a minha amiga Alzira, que mesmo longe, me confortou com as suas belas palavras e me amparou com seus inúmeros conselhos. Agradeço a amizade e todo carinho concedido.

Agradeço a minha orientadora e amiga Dione Kitzmann pela paciência, ensinamentos e esclarecimentos, que me possibilitaram seguir com confiança.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande e ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro pela oportunidade de crescer ao lado de grandes professores, profissionais e colegas. Agradeço também ao secretário Amandio por toda dedicação e empenho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelos recursos financeiros prestados e toda a sociedade brasileira por ter contribuído, mesmo que indiretamente, com o financiamento da minha bolsa de mestrado.

Agradeço a todos os Conselheiros da Estação Ecológica do Taim que aceitaram participar da pesquisa, e agradeço também a Ana Carolina Canary por toda ajuda e paciência em me encaminhar todo material que eu precisava.

Agradeço também aos membros do Comitê de Acompanhamento Milton Asmus e Icaro Cunha por contribuírem na construção desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram para a realização deste trabalho, ficando aqui registrado, o meu muito obrigado!

Gratidão!!!

EPÍGRAFE

Taim

*Suave plana a ave,
grande e cinzenta,
anunciando a manhã:
Taim, taim, taim*

*Sob o céu do banhado
ao entardecer entoa
seu sagrado canto:
Taim, taim, taim*

*O Tachã¹ no afã
de proteger o ninho
emite estridente grito:
Taim, taim, taim*

*Por vezes aflito
chama o próprio nome:
Tachã, tachã, tachã.*

*Um santuário escondido
no Rio Grande de São Pedro:
Taim, taim, taim*

Cleonice Bourscheid²

¹ Tachã (*Chauna torquata*), também conhecida como Tarrã, é uma dentre várias outras espécies de aves que embelezam a Estação Ecológica do Taim. O som do seu grito 'taim,taim', deu origem ao nome da localidade onde se situa esta Unidade de Conservação (MERLIN, 2009).

² Poesia presente no Atlas Climático da Estação Ecológica do Taim: contribuição ao estudo do clima em unidades de conservação no Rio grande do Sul (WOLLMANN *et al*, 2015).

RESUMO

ALMEIDA, Charleny Fucolo. **Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral Costeira**, 2018. 153p. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro). Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018.

Localizada de forma compartilhada nos municípios do Rio Grande (RS) e Santa Vitória do Palmar (RS), a Estação Ecológica do Taim, Unidade de Conservação de Proteção Integral, apresenta características singulares e de grande riqueza, com significativo patrimônio genético e paisagístico. Apesar de sua grande relevância a Unidade carece de um Plano de Manejo, orientador de suas atividades, comprometendo a conservação da diversidade biológica e a proteção das unidades ambientais que ali se encontram. Visando preencher esta lacuna, o presente estudo objetivou estruturar um prognóstico para a futura elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim, através de uma pesquisa de enfoque metodológico qualitativo. A metodologia empregada se baseou na utilização da análise SWOT para determinar as forças impulsionadoras (pontos fortes e oportunidades) e as forças restritivas (pontos fracos e ameaças), do manejo. Também foi possível verificar as razões da ausência do Plano de Manejo na Unidade de Conservação e as principais temáticas que devem compor o documento. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental exploratória e foram entrevistados os membros do Grupo de Trabalho do Plano de Manejo do Conselho Consultivo. Constatou-se que a sua elaboração deve estar atrelada a participação da sociedade e a boas práticas de gestão. Além disso, conclui-se que este documento deve ser compreendido como uma importante ferramenta de planejamento que possibilita que o objetivo da Unidade de Conservação seja cumprido.

Palavras-chave: Estação Ecológica do Taim. Conselho Consultivo. Gestão Costeira Participativa. Gerenciamento Costeiro. Plano de Manejo.

ABSTRACT

ALMEIDA, Charleny Fucolo. **Prognosis for the elaboration of the Plan of Management of a Unit of Conservation of Integral Protection Coastal**, 2018. 153p. Dissertation (Master in Coastal Management). Institute of Oceanography, Federal University of Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018.

The Ecological Station of Taim, Unit of Conservation of Integral Protection, located in the municipality of Rio Grande (RS) and Santa Vitória do Palmar (RS), presents unique and rich characteristics, with significant genetic and landscape patrimony. Despite its great relevance, the Unit lacks a Management Plan, guiding its activities, compromising the conservation of biological diversity and the protection of the environmental units that are there. Aiming to fill this gap, the present study aimed to structure a prognosis for the future elaboration of the Management Plan of the Taim Ecological Station, through a qualitative methodological approach. The methodology used was based on the use of the SWOT analysis to determine the driving forces (strengths and opportunities) and the restrictive forces (weaknesses and threats) of management. It was also possible to verify the reasons for the absence of the Management Plan in the Conservation Unit and the main themes that should be included in the document. For this, an exploratory bibliographical and documentary research was carried out and the members of the Working Group of the Management Plan of the Consultative Council were interviewed. It was found that its elaboration should be linked to the participation of society and to good management practices. In addition, it is concluded that this document should be understood as an important planning tool that allows the objective of the Conservation Unit to be fulfilled.

Keywords: Taim Ecological Station. Consulting Board. Participatory Coastal Management. Coastal Management. Management Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo de 1896 a 1946 – Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria.....	15
Figura 2 - Linha do tempo de 1967 a 1988 – Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria.....	16
Figura 3 - Linha do tempo de 1989 a 2012 – Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria.....	17
Figura 4 – Evolução da expansão das Unidades de Conservação federais e estaduais entre 2000 e 2010. Dados do CNUC/ MMA, 2014. Fonte: MMA, 2015.	18
Figura 5 – Enquadramento das zonas por grau de intervenção. Fonte: Galante, et al, 2002, p. 97.....	25
Figura 6 – Interação dos fatores de Análise Estratégica. Fonte: Galante et al, 2002, p. 43	25
Figura 7 – Níveis Estratégico, Tático e Operacional do Planejamento da Unidade de Conservação. Fonte: Fernandes et al, 2011	30
Figura 8 – Demonstração sobre a integração das etapas do Plano de Manejo. Fonte: ICMBio, 2017	32
Figura 9 – Analogia da estrutura da Unidade de Conservação com uma árvore. Adaptado. Fonte: MMA, 2015.....	36
Figura 10 – Número de conselhos gestores de Universidades de Conservação criadas na esfera federal. Fonte: ICMBio, 2018.	40
Figura 11 - Área total da ESEC-Taim. Limites da Unidade e da sua respectiva zona de amortecimento. Fonte: ICMBio, 2017	42
Figura 12 – Fotografia da Reunião plenária do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Imagem cedida pelo ICMBio, 2017	46
Figura 13 – Fotografia da Reunião plenária do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Imagem cedida pelo ICMBio, 2017	47
Figura 14 – Limites da ESEC-Taim, decreto 81.603 de abril de 1978. Limites da ESEC-Taim, decreto 92.953 de 21 de julho de 1986. Fonte: ICMBio, 2013	52
Figura 15 – Rodovia BR-471. Fonte: MPF, 2017	56
Figura 16 – Linha do tempo de 2002 a 2005 – Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria	65

Figura 17 – Linha do tempo de 2006 a 2010 – Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria 66

Figura 18 – Linha do tempo de 2011 a 2013 – Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria 67

Figura 19 – Linha do tempo de 2014 a 2017 – Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria 68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Zonas apresentadas no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Fonte: Elaboração própria. Informações disponíveis no decreto nº 84.017/1979	21
Quadro 2 – Síntese do Roteiro Metodológico de elaboração do Plano de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Indireto, 1996. Fonte: Elaboração própria. Baseado no trabalho de Pereira, 2009.....	23
Quadro 3 – Síntese do Roteiro Metodológico de planejamento para Parques Nacionais, Reserva Biológica e Estação Ecológica, 2002. Fonte: Elaboração própria. Baseado no trabalho de Pereira, 2009.....	24
Quadro 4 - Síntese do Roteiro Metodológico de planejamento para Parques Nacionais, Reserva Biológica e Estação Ecológica – versão para discussão. Fonte: Elaboração própria. Informações Fernandes et al, 2011.....	26
Quadro 5 – Etapas de elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria. Informações Fernandes et al, 2011	27
Quadro 6 – Descrição do conteúdo do Plano de Manejo. Fonte: Elaboração própria. Informações Fernandes et al, 2011.....	28
Quadro 7 – Itens que devem compor a Etapa de Planejamento de um Plano de Manejo. Fonte: Elaboração própria. Informações Fernandes et al, 2011	29
Quadro 8 – Itens/ elementos que devem compor o Plano de Manejo, segundo o <i>Foudation Document</i> . Fonte: ICMBio, 2017.	33
Quadro 9 – Análise Estratégica. Forças Restritivas e Forças Impulsoras. Fonte: Modificado de MMA, 2011	44
Quadro 10 – Análise Estratégica da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria.	54
Quadro 11 – Síntese da Ata nº 01/2002 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	89
Quadro 12 – Síntese da Ata nº 01/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	90
Quadro 13 – Síntese da Ata nº 02/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	91
Quadro 14 – Síntese da Ata nº03/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	92
Quadro 15 – Síntese da Ata nº 04/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	93

Quadro 16 – Síntese da Ata nº 01/2006 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	94
Quadro 17 – Síntese da Ata nº 02/2006 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	95
Quadro 18 – Síntese da Ata nº 01/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	97
Quadro 19 – Síntese da Ata nº 02/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	98
Quadro 20 – Síntese da Ata nº 03/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	99
Quadro 21 – Síntese da Ata nº 04/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	100
Quadro 22 – Síntese da Ata nº 05/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	101
Quadro 23 – Síntese da Ata nº 06/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	102
Quadro 24 – Síntese da Ata nº 01/2009 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	103
Quadro 25 – Síntese da Ata nº 02/2009 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	105
Quadro 26 – Síntese da Ata nº 01/2010 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	107
Quadro 27 – Síntese da Ata nº 02/2010 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	109
Quadro 28 – Síntese da Ata nº 01/2011 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	112
Quadro 29 – Síntese da Ata nº 02/2011 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	113
Quadro 30 - Síntese da Ata nº 01/2012 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	115
Quadro 31 - Síntese da Ata nº 02/2012 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	116
Quadro 32 - Síntese da Ata nº 01/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	117

Quadro 33 - Síntese da Ata nº 02/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	118
Quadro 34 - Síntese da Ata nº 03/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	119
Quadro 35 - Síntese da Ata nº 04/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	120
Quadro 36 - Síntese da Ata nº 01/2014 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	121
Quadro 37 - Síntese da Ata nº 02/2014 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	123
Quadro 38 - Síntese da Ata nº 01/2015 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	124
Quadro 39 - Síntese da Ata nº 02/2015 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	127
Quadro 40 - Síntese da Ata nº 01/2016 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	129
Quadro 41 – Síntese da Ata nº 02/2016 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	131
Quadro 42 – Síntese da Ata nº 01/2017 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	133
Quadro 43 – Síntese da Ata nº 02/2017 da Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Unidades de Conservação por Biomas. Presença de Plano de Manejo. Fonte: Brentano, et. al. (2015), elaboração própria. 2

Tabela 2 – Número de Unidades de Conservação no Brasil. Fonte: Elaboração própria. Dados do CNUC/MMA, atualizados em 10/07/2017. 19

Tabela 3 – Relação dos temas discutidos nas reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim no período de 2002 a 2017, ordenados pelo número de ocorrências. Fonte: Elaboração própria50

LISTA DE ÍCONES

	Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
	Associação dos Pescadores da Capilha
	Associação Gaúcha de Empresas Florestais
	Batalhão da Polícia Ambiental
	Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
	Exército Brasileiro
	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
	Instituto de Pesquisas e Aplicação Ambiental e Cultural
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
	Instituto Rio Grandense do Arroz
	Marinha do Brasil
	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
	Polícia Rodoviária Federal
	Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar
	Prefeitura Municipal do Rio Grande
	Refinaria de Petróleo Riograndense (antiga Refinaria Ipiranga)
	Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande
	Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar
	Universidade Católica de Pelotas
	Universidade Federal de Pelotas
	Universidade Federal do Rio Grande
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE SIGLAS

ABRAPA	Associação Brasileira de Preservação Ambiental
CGEPI	Coordenação Geral de Unidades de Conservação de Proteção Integral
CGEUC	Coordenação Geral de Unidades de Conservação
CGFUN	Coordenação de Consolidação de Limites
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CPLAM	Coordenação de Plano de Manejo
DIREC	Diretoria de Ecossistemas
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER - RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FLONA	Floresta Nacional
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPAC	Instituto de Pesquisas e Aplicação Ambiental e Cultural
IPH	Instituto de Pesquisas Hidráulicas
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
IUCN	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
IWRB	International Waterfowl and Wetlands Research Bureau
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
NEMA	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
ONG	Organização Não - Governamental
PATRAM	Patrulha Ambiental
PM	Plano de Manejo
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGC	Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro
ProBio	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
RM	Roteiro Metodológico
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SFA	Serviço Florestal Americano
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats.
TR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade Coordenadora do Programa
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. JUSTIFICATIVA	3
2.1. PROBLEMA DE PESQUISA	4
3. OBJETIVO	
3.1. OBJETIVO GERAL	5
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
4.1. CENÁRIO HISTÓRICO E LEGAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	6
4.2. PLANO DE MANEJO	20
4.3. CONSELHO GESTOR	38
4.4. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM	
4.4.1. Área de estudo.....	42
4.4.2. Significância biológica	43
5. METODOLOGIA	44
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	
6.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	46
6.2. APURAÇÃO DOS DADOS	49
6.2.1. ANÁLISE DAS FORÇAS RESTRITIVAS	
6.2.1.1. Diagnóstico dos pontos fracos	55
6.2.1.2. Prognóstico dos pontos fracos	58
6.2.1.3. Diagnóstico das ameaças	59
6.2.1.4. Prognóstico das ameaças	63
6.2.2. ANÁLISE DAS FORÇAS IMPULSORAS	
6.2.2.1. Diagnóstico dos pontos forte.....	64
6.2.2.2. Prognóstico dos pontos forte	71
6.2.2.3. Diagnóstico das oportunidades.....	71
6.2.2.4. Prognóstico das oportunidades.....	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
8. REFERÊNCIAS	76
9. APÊNDICES	85
9.1. APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO	86
9.2. APÊNDICE 2 - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE O DEPOIMENTO ORAL	87
9.3. APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88
9.4. APÊNDICE 4 - QUADROS-SÍNTESE DAS ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM	89

1. INTRODUÇÃO

As Estações Ecológicas são áreas de posse e domínio público e apresentam com objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas (BRASIL, 2000). Fazem parte do grupo de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral previstas pela Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Como toda UC, estas áreas apresentam características naturais relevantes (BRASIL, 2000), que asseguram a representatividade de amostras significativas das diferentes populações biológicas, habitats e ecossistemas, (ARAUJO, 2007) e constituem-se um dos maiores desafios para a gestão ambiental brasileira, por albergarem uma grande concentração de sistemas ecológicos compostos por uma biota complexa e sensível.

Conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), atualmente o Brasil dispõe de 650 UCs de proteção integral, sendo 146 federais, 356 estaduais, e 148 municipais (CNUC/MMA, 2017). Dentre estas, 96 estão na categoria de Estação Ecológica, sendo 32 federais, 61 estaduais e 3 municipais, totalizando uma área de 122.336 Km² (CNUC/MMA, 2017).

A Estação Ecológica do Taim, doravante ESEC-Taim, localizada em zona costeira, está entre as 5 UCs do bioma marinho costeiro do Rio Grande do Sul, de acordo com Coordenação de Consolidação de Limites (CGFUN) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo a única UC federal desta categoria, dentro deste bioma (BRENTANO, et al., 2015). Destaca-se como sendo uma área de importância biológica extrema, segundo a Portaria nº 09/2007 do MMA; e abriga inúmeros animais em extinção (LOPES & CAPORLINGUA, 2013 apud ILHA, 2011), salientando assim seu grande valor como patrimônio genético e paisagístico (NEMA, 2002).

Pertencente ao bioma marinho costeiro³, esta UC (BRENTANO, et al., 2015), apresenta uma grande diversidade de ecossistemas tais como, praias,

³ A Estação Ecológica do Taim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-, (2004), enquadra-se predominantemente no bioma Pampa. Entretanto, dentro do CGFUN/ICMBio, enquadra-se como bioma referencial Marinho-Costeiro (CGFUN/ICMBIO,2018).

falésias, sistema de banhados e áreas alagadas (VERDI, 2017), requerendo mecanismos capazes de assegurar sua proteção.

Todavia, apesar da ESEC-Taim, ser uma área de significativa relevância, esta ainda não apresenta um Plano de Manejo (PM), conforme está estabelecido no artigo 27, do SNUC. Cabe ressaltar que muitas UCs brasileiras estão nesta condição. Brentano, et. al. (2015), em seus estudos, verificou que no estado do Rio Grande do Sul, das 86 UCs existentes no território, apenas 19 dispõem de um PM, orientador de suas atividades (Tabela 1).

Bioma	Nº de Unidades de Conservação	Nº de UCs com Plano de Manejo
Pampa	16	3
Mata Atlântica	61	14
Marinho Costeiro	5	1
Pampa + Mata Atlântica*	4	1
Σ	86	19

Tabela 1 – Número de Unidades de Conservação por Biomas. Presença de Plano de Manejo. Fonte: Brentano, et. al. (2015), elaboração própria.

Apesar de não apresentar um PM, desde 2002 a ESEC-Taim conta com um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração, o ICMBio e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. Este importante mecanismo previsto pelo SNUC e regulamentado pela Instrução Normativa (IN) 09/2014, do ICMBio, tem, dentre outras atribuições, o dever de acompanhar a elaboração e implementação do PM dentro da UC.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa estruturou um prognóstico⁴ visando contribuir para a elaboração de um PM na ESEC-Taim, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental exploratória, bem como considerando a percepção dos representantes que integram o Grupo de Trabalho do Plano de Manejo do Conselho Consultivo, assim contribuindo para a gestão da UC.

⁴ O prognóstico é usado aqui em analogia ao termo da Medicina, onde, a partir de um diagnóstico (estudo do paciente), “o médico chega a uma conclusão – o prognóstico – em que descreve a situação (caracterização) e prevê o tratamento (medidas a serem tomadas para a recuperação da saúde)” (Fundação SOS Mata Atlântica, 2005, pg. 25).

2. JUSTIFICATIVA:

As zonas costeiras representam um dos maiores desafios para a gestão ambiental brasileira. Além de apresentar formações físico-bióticas extremamente diversificadas, e em grande extensão, abarcam em seus espaços um amplo e complexo mosaico de tipologias e padrões de ocupação humana, de uso do solo, de recursos naturais e de exploração econômica (BRASIL, 2008). Localizada em região costeira, a ESEC-Taim apresenta-se ambientalmente vulnerável, abrigando inúmeras espécies de animais e vegetais, algumas delas ameaçadas de extinção.

Esta localidade é considerada área prioritária para a conservação da biodiversidade (atingindo o grau máximo no índice do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - ProBio), sendo também Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da UNESCO, possuindo importância internacional na rota das aves, com reconhecimento da International Waterfowl and Wetlands Research Bureau (IWRB) e da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) (ILHA, 2011 apud LOPES & CAPORLINGUA, 2013).

Atualmente, estudos de autores como Sete (2010); Portz et al. (2011); Schreiner (2012); Lopes & Caporlingua (2013); e Eichenberger (2015), têm demonstrado a necessidade de se atentar para a esta localidade, com o intuito de proteger este importante cenário. Como medidas protetivas, há a necessidade de se elaborar e implementar um PM capaz de orientar o desenvolvimento de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, assegurando a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras (GALANTE, et al., 2002).

Entretanto, apesar de constar no Decreto n.º 4.340 de 2002, que regulamenta o SNUC, que as unidades de conservação devem dispor de um PM, orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas, a ESEC – Taim carece deste aporte, o que compromete a conservação da diversidade biológica e a proteção das unidades ambientais que ali se encontram.

Schreiner (2012) e Eichenberger (2015) destacam que ausência de um PM para orientar o planejamento e a gestão da Unidade, configura-se em uma

grande ameaça para a manutenção da ESEC-Taim. Desta forma, verifica-se aí um importante campo de pesquisa e de atuação.

Destarte, o presente estudo procurou preencher esta lacuna e auxiliar com subsídios que possam nortear a elaboração de um PM na ESEC-Taim colaborando para promover uma gestão costeira participativa.

2.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Assim, tendo como base o contexto geral relacionado à relevância da ESEC-Taim, bem como a necessidade de aprimorar o seu processo de gestão, duas questões se mostraram pertinentes:

1. Por que a Unidade de Conservação ESEC – Taim ainda não conta com um Plano de Manejo?
2. Quais são as razões, dificuldades e entraves que justificam esta situação?

Para investigar as questões levantadas foram escolhidos os representantes da Administração Pública e Sociedade Civil, que compõem o Conselho Consultivo da Unidade.

3. OBJETIVO

3.1. OBJETIVO GERAL:

O presente estudo objetivou estruturar um prognóstico para a futura elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim, Rio Grande, RS.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Como objetivos específicos, o presente estudo se propôs a:

- a) Verificar a presença e a relevância do tema Plano de Manejo nos documentos de registro das reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim;
- b) Identificar as dificuldades para a elaboração do Plano de Manejo e sua consequente implementação;
- c) Identificar as principais áreas temáticas que devem estar presentes no Plano de Manejo da ESEC-Taim;
- d) Elaborar um Quadro de Análise Estratégica da ESEC-Taim, contendo as forças impulsionadoras e as forças restritivas.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. CENÁRIO HISTÓRICO E LEGAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO⁵

As áreas naturais legalmente protegidas⁶ tiveram origem a partir de atos e práticas das primeiras sociedades humanas, que reconhecendo valores especiais de determinados espaços com cobertura vegetal, tomaram medidas para protegê-los (TOLEDO & PELICIONI, 2014). Esta estratégia passou a ser adotada de forma recorrente, propiciando à conservação de ecossistemas e permitindo que os recursos naturais existentes fossem preservados e mantidos. (PEREIRA, 2009). A criação destas áreas, além de terem proporcionado a preservação e a conservação dos ambientes, passaram a ser também reconhecidas como estratégia de controle do território, visto que querendo resguardar biomas, ecossistemas, e espécies raras ou ameaçadas de extinção, critérios, limites e dinâmicas de usos e ocupações específicas dos espaços foram adotados (MEDEIROS, 2006).

A primeira iniciativa brasileira de instituição de áreas naturais legalmente protegidas deu-se em 1896, com a criação do Horto Botânico da cidade de São Paulo⁷, instituído pelo governo estadual (BRITO, 2010), em reflexo do que ocorria internacionalmente, em especial nos Estados Unidos com o Parque Nacional de Yellowstone, primeiro parque nacional do mundo, que foi marco fundamental para o estabelecimento das primeiras áreas naturais protegidas (TOLEDO & PELICIONI, 2014).

De acordo com Brito (2010), no Brasil, o movimento de proteção legal das áreas naturais continuou no início do século XX, com a criação de duas estações biológicas⁸: em São Paulo – *Estação Biológica do Alto da Serra de*

⁵ Linha do tempo – Figuras 1,2 e 3.

⁶ As áreas naturais legalmente protegidas aqui tratadas referem-se aquelas relacionadas com as unidades de conservação atualmente descritas em legislação específica. Excluem-se os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP) e as Áreas Protegidas (AP) – termos discutidos nos trabalhos de Pereira & Scardua (2008, p. 87) e Brito (2010).

⁷ Atualmente Parque Estadual da Capital de São Paulo .

⁸ Termo primogênito aos Parques Nacionais (MEDEIROS, 2006). De acordo com Ruschi (1977) *apud* Mendes & Padovan (2000, p. 11e10), o termo “Estação Biológica” foi adotado em conformidade com a nomenclatura aprovada na “I Conferência Internacional de Proteção da Fauna e Flora Africanas”, realizada em Londres em 1933 e completada na “Conferência Internacional de Proteção da Natureza” realizada na Suíça em 1947. Atualmente, este termo não é contemplado pela legislação vigente.

*Paranapiacaba*⁹, instituída, em 1909, com recursos próprios, pelo médico e ornitólogo alemão, Hermann Friederich Albrecht Von Ihering, - e no Rio de Janeiro - *Estação Biológica Itatiaia*, instituída em 1914, pelo botânico sueco radicado no Brasil, Alberto Loefgren, em terras adquiridas pelo governo federal.

Estas terras obtidas pertenceram a Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, e foram adquiridas pela Fazenda Federal em 1908, inicialmente com a intenção de se criar dois núcleos coloniais, que não se concretizaram, passando assim, as terras para o Ministério da Agricultura. A Estação Biológica Itatiaia, ficou sendo subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro e somente em 1937, passou a funcionar como Parque Nacional, sendo este o primeiro do Brasil, criado através do Decreto Federal nº 1713, de 14 de junho, o *Parque Nacional de Itatiaia*¹⁰ (ICMBio, 2018).

Ao considerar a proteção da natureza como responsabilidade da União e dos Estados, mesmo que de maneira resumida e pouco precisa, a Constituição de 1934¹¹, conferiu à natureza um novo valor: “passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado”. A partir daí, sua proteção adquire outro sentido e status, consistindo assim, dever a ser cumprido e fiscalizado pelo poder público (MEDEIROS, 2006).

Com este novo cenário, novos dispositivos legais foram incorporados no ordenamento jurídico brasileiro, visando à proteção e levando a criação e consolidação de áreas que mereciam atenção especial, sendo eles: o Código Florestal¹² que delineou os principais conceitos, para os Parques Nacionais e Florestas Nacionais - as primeiras categorias de UC instituída no país -, o

⁹ Atualmente, denominada como Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba (RBASP), regulamentada pelo Decreto Estadual 24.714, de 07/02/1986. Localizada nas bordas do Planalto da Serra do Mar, próxima a Vila de Paranapiacaba, em Santo André (SP).

¹⁰ Localizado na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, próximo ao estado de São Paulo, na Serra da Mantiqueira.

¹¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934), artigos, 5º § XIX; 10 § III; 20; e 21.

¹² Decreto Nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, artigos 9º e 5º respectivamente.

Código das Águas¹³, o Código de Caça e Pesca¹⁴ e o decreto de proteção aos animais¹⁵.

Já em 1937, é promulgada uma nova Constituição¹⁶ que equiparou os crimes cometidos contra os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, aos crimes contra o patrimônio nacional, e deu a eles, o direito a proteção e os cuidados especiais, da Nação, dos Estados e dos Municípios. Esta medida permaneceu, na década de 40, com a instituição da Constituição de 1946¹⁷, que não alterou o a condição da proteção legal destas áreas.

Apesar de haverem registros de áreas naturais sendo legalmente protegidas no Brasil, estes se mostraram incipientes e escassos. Em 1939, dois novos Parques Nacionais, somaram-se o de Itatiaia: o *Parque Nacional do Iguaçu*¹⁸, no Paraná, e o *Parque Nacional da Serra dos Órgãos*¹⁹, no Rio de Janeiro. Contudo, de acordo com Medeiros (2006), a criação de outros Parques não foi registrada no período de 20 anos, sendo retomada de forma mais expressiva, apenas, a partir de 1959. Salienta-se, que fenômeno semelhante, ocorreu com as Florestas Nacionais, que somente vieram a ser instituídas pelo Governo Federal, a partir do final da década de 40, destacando-se a criação da primeira: a *Floresta Nacional de Araripe-Apodí*²⁰, no Ceará, em 1946.

Em 1967, é promulgada nova Constituição²¹ que pouco se diferenciou das anteriores, com relação à proteção e gestão da natureza (BRITO, 2010). Entretanto, propiciou a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)²² que orientava, coordenava e executava medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais

¹³ Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

¹⁴ Decreto Nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934.

¹⁵ Decreto Nº 24.645, de 10 de julho de 1934.

¹⁶ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937), artigo 134.

¹⁷ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946), artigo 175.

¹⁸ Decreto N.º 1.035 - de 10 de janeiro de 1939.

¹⁹ Decreto-lei Nº. 1.822 – de 30 de novembro de 1939.

²⁰ Decreto-lei Nº. 9.226, de 2 de maio de 1946.

²¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, criada para institucionalizar o Regime Militar.

²² Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 2º. Salienta-se que o IBDF foi extinto em 1989 (Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989, artigo 2º). Em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989).

renováveis e de áreas florestais do País. E no mesmo ano a promulgação da Lei de proteção à fauna²³, que assegurou o direito à proteção de espécies de animais em seus habitats naturais, com a criação de áreas destinada à sua preservação.

Na década seguinte, com diversas conferências internacionais²⁴, proveniente, em certa medida, da expansão da percepção social sobre a necessidade de criação de regimes especiais de proteção dos recursos naturais (MEDEIROS, 2006), nova estruturação da política ambiental interna se estabelece, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, que se tornava corresponsável pela criação e gestão destas áreas. (BRITO, 2010). A década destaca-se, também, pela publicação de vários documentos técnicos²⁵ e legais²⁶ que fundamentaram o estabelecimento das UCs. Salienta-se que de acordo com Pádua (2011), neste período, em 1979, o país possuía somente, dezoito Parques Nacionais e oito Reservas Biológicas.

Em 1981, importantes dispositivos possibilitaram medidas mais efetivas para as áreas que necessitavam de proteção. A Lei nº 6.902 inovou com a criação das Estações Ecológicas e definiu-as como “áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista”²⁷ e incumbiu o IBAMA, responsabilidade pela coordenação e gestão destes espaços²⁸.

No mesmo ano, foram então criadas as primeiras UC desta categoria, através do Decreto Nº 86.061, de 2 de junho de 1981, sendo elas: a *Estação*

²³ Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, artigo 5º (Revogado pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000).

²⁴ Programa o Homem e a Biosfera (The Man and the Biosphere Programme - MaB), criado em 1971 pela UNESCO; a Convenção sobre Zonas Úmidas, estabelecida em 1971; Convenção do Patrimônio Mundial foi oficializada pela UNESCO, em 1972; a Publicação do relatório “Os limites do crescimento”, pelo Clube de Roma, em 1972; e I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência de Estocolmo), em 1972; e o II Congresso Mundial de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas, também em 1972 (o primeiro ocorreu em 1962, em Seattle (EUA)), pela União Internacional pela Conservação da Natureza; .

²⁵ Destaca-se a I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, criado em 1979 pelo IDBF em parceria com a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza;

²⁶ Destaca-se o Decreto Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros;

²⁷ Lei 6.902 de 1981, artigo 1º. Lei regulamentadas pelo Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990.

²⁸ Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990, artigo 25.

*Ecológica de Anavilhanas*²⁹ localizada nos municípios de Manaus, Airão e Novo Airão, Amazonas; a *Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda* localizada no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul; a *Estação Ecológica de Iquê*³⁰: localizada no município de Aripuanã, Mato Grosso; a *Estação Ecológica de Maracá* no município de Boa Vista, Roraima; a *Estação Ecológica de Maracá-Jipioca*: no município de Amapá, território federal do Amapá; a *Estação Ecológica Rio Acre*: nos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira, Acre; a *Estação Ecológica de Taiamã* localizada no município de Cáceres, Mato Grosso; e a *Estação Ecológica de Uruçui-Una*: localizada no Município de Ribeiro Gonçalves, Piauí.

Também em 1981, foi instituída a Lei 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente -, que estabeleceu como instrumentos a “criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas”³¹, ressaltando a necessidade de assegurar a proteção dos recursos e das áreas naturais.

De acordo com Brito (2010), nesta década, novos documentos técnicos³² foram elaborados, e novas medidas apareceram no cenário, como a criação, em 1985, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que assumiu a função de coordenar as políticas ambientais, incorporando em seu organograma, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a SEMA. Todavia, foi em 1988, com a elaboração da Constituição Federal Brasileira que a gestão ambiental tomou maior impulso. Nela, foi definido que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras

²⁹ Passou a denominar-se Parque Nacional de Anavilhanas, em 2008 - Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008.

³⁰ Passou em 1996 ser considerada Terra Indígena Enawenê-Nawê, de acordo com o Decreto s/n de 02 de outubro de 1996.

³¹ Lei 6.938 de 1981, artigo 9º VI. Lei regulamentadas pelo Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990.

³² II Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação elaborada pelo IBDF, em 1982; e Projeto de Assentamento (PA) elaborado pelo INCRA, em 1987.

gerações”³³ e se ressaltou a necessidade de determinar espaços territoriais, que devido as suas peculiaridades, deviam ser especialmente protegidos.

Neste mesmo período, em julho de 1988 o IBDF e a SEMA, assinaram um protocolo de intenções com a organização não governamental Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), a fim de executar a revisão e a atualização de conceitos, objetivos, e categorias estabelecidos pelo Plano Nacional de Unidades de Conservação³⁴, bem como elaborar um anteprojeto de lei criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (PÁDUA, 2011).

O processo foi árduo. Demandou a elaboração de mais dois Anteprojetos, e longas e demoradas discussões tanto no Executivo, com análise de minuta pelo CONAMA, como pelo Legislativo, que precisou realizar diversas consultas públicas para que, com muitas modificações, pudessem os resultados serem publicados em 1989, no documento intitulado *Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC, Aspectos Conceituais e Legais*, elaborado pelo IBAMA e FUNATURA (PÁDUA, 2011). Contudo, ainda sem dispor de um instrumento técnico-jurídico eficaz (RISSO, 2011), tramitou no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 2892/1992, que deu origem ao vigente *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*.

O SNUC, então instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000³⁵, apesar de ter representado avanços nas diretrizes e procedimentos para a criação, implantação e gestão das UCs, acabou por refletir em muitos dos artigos tendências políticas partidárias de membros do poder legislativo e dos seus assessores, que em última hora modificaram ideias previstas no Anteprojeto, demonstrando assim, muito desconhecimento sobre o tema que estava sendo legislado (PÁDUA, 2011).

Ainda assim, mesmo com as tribulações ocorridas, é inegável o avanço proporcionado com a criação deste sistema, que contribuiu para um salto quantitativo de UCs federais, estaduais e municipais no país (RANIERI, et al., 2011). Entretanto, pontos frágeis foram percebidos na lei que comprometeram a sua eficácia e sua aplicabilidade.

³³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 225.

³⁴ Vide nota 25 e 32.

³⁵ Regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Em relação aos avanços o SNUC, consolidou as normas esparsas relativas às UC no país em uma única lei (RANIERI, et al, 2011; PÁDUA, 2011); reconheceu que as ações apresentam maior efetividade quando organizadas de forma integrada e sistemática (MEDEIROS, 2006); e desta forma, integrou as UCs nas três esferas de governo possibilitando a convergência de ações; e permitiu a publicidade das informações sobre as UC federais, estaduais e municipais, com a criação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (SOUSA, et al 2011).

Também incentivou à participação social, através da criação de conselhos gestores – Consultivos e Deliberativos; e tornou obrigatório à elaboração e implementação de Planos de Manejo para orientar as atividades dos Parques Nacionais, das Reservas Biológicas e das Estações Ecológicas. Vale lembrar que com o advento do SNUC, diversos artigos na Lei de Crimes Ambientais³⁶ foram acrescentados visando a melhor proteção das UCs, tornando um agravante de pena, todo o crime praticado em UC contra a flora e a fauna ameaçadas de extinção presentes dentro destas áreas.

Além dos aspectos positivos expostos, o SNUC também definiu as UCs como sendo “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção³⁷” (BRASIL, 2000). E ainda dividiu-as em doze categorias, a serem contempladas em dois grupos: as de *Proteção Integral* e as de *Uso Sustentável*. Salienta-se que, segundo Pádua (2011), esta categorização enquadra-se aos critérios definidos pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), realizada em 1993, que propiciou ao sistema brasileiro adequar-se aos padrões internacionais.

As UCs de Proteção Integral apresentam como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei. Abrangem nesta categoria, as seguintes UCs: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). Já as UCs de

³⁶ Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, arts. 40 § 2º e 40-A § 2º.

³⁷ Lei do SNUC, artigo 2º § I.

Uso Sustentável, apresentam como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Abrangem nestas categorias as seguintes UCs: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Salienta-se, entretanto, que anteriormente à implantação do SNUC, em 1992, no Estado do RS, já havia sido implantado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)³⁸, constituindo-se pelo conjunto de Unidades de Conservação de domínio público e particulares criadas no território do Estado. Atualmente, as UCs Federais são implantadas, regulamentadas e fiscalizadas, pelo SNUC e as UCs Estaduais e Municipais são implantadas, regulamentadas e fiscalizadas, pelo SEUC (BRENTANO, et al, 2015), contribuindo ambos para assegurarem a proteção e conservação das UCs no país.

Em relação aos pontos frágeis, o SNUC pecou pela falta de clareza nos objetivos e nas diferenças das unidades, (PADUA, 2011; RANIERI, et al 2011), visto que muitas delas apresentam objetivos similares³⁹. Também demonstrou falta de clareza no tratamento de questões centrais na gestão e manejo das áreas; não apresentou indicação de operacionalidade nas questões fundiárias e sociais (populações tradicionais e povos indígenas), e deixou obscuro os artigos relacionados as demandas orçamentárias e de recursos humanos para assegurar a implantação e proteção das áreas (PÁDUA, 2011).

Em 2006, outro importante dispositivo legal foi criado – a Política Nacional de Áreas Protegidas⁴⁰. Nela, foram apresentadas diretrizes para a realização de ampla consulta popular prévia à criação de UC, inclusive para definição de sua categoria, bem como houve o reconhecimento dos conselhos enquanto componentes fundamentais na tomada de decisões sobre a gestão

³⁸ O SEUC do Rio Grande do Sul, originalmente foi criado pelo Decreto nº 34.256/1992, porém em 2016 foi atualizado de acordo com o SNUC, passando a ser regulamentado pelo Decreto nº 53.037.

³⁹ Categorias com objetivos similares: Reservas Biológicas com as Estações Ecológicas, as Reservas Extrativistas com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico com os Refúgios de Vida Silvestre, bem como as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, embora esta última tenha caráter de perpetuidade (PÁDUA, 2011).

⁴⁰ Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

dessas unidades (MMA, 2004), ressaltando a importância de uma gestão participativa.

No ano seguinte, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), é criado⁴¹ e torna-se responsável por, “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União⁴²”, e passa assim a gerir todas as Estações Ecológicas que como mencionado anteriormente, eram de responsabilidade do IBAMA.

Com a criação do novo Código Florestal Brasileiro⁴³, também novas mudanças foram notadas em relação às UC, tais como a permissão do “emprego da queima controlada em vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo” quando esta medida estiver prevista em PM e for autorizada pelo órgão gestor responsável. Percebe-se que após o ano de 2012, não foram instituídas novas leis sobre as UCs.

Atualmente, em virtude de um grande amparo legal e incentivo dos órgãos gestores, o aumento do número e da extensão as UCs têm se mostrado expressivo. O conjunto destas áreas abrange, nos dias de hoje, no Brasil, uma área maior do que a soma dos territórios da Espanha, França e Alemanha que possibilitam a preservação dos bens e recursos ambientais. Cabe salientar que o país foi responsável por 74% das áreas protegidas criadas em todo mundo entre os anos de 2003 e 2008, conforme pode ser observado na Figura 4, tendo em termos absolutos, a quarta maior área terrestre sob proteção com 1.423.821 km², atrás apenas dos Estados Unidos (2.607.132 km²), da Rússia (1.543.466 km²) e da China (1.452.693 km²) (MMA, 2015a).

⁴¹ Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007, artigo 1º.

⁴² Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, artigo 1º § I.

⁴³ Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; art. 12, I § 4º e 5º; art. 14, III; art. 38, II; art. 41, III § 6º; art. 44, IV; art. 56 § 4º; art., 61, V § 16; art. 64, V; art. 65, IV; art. 66, III § 8º e art. 70.

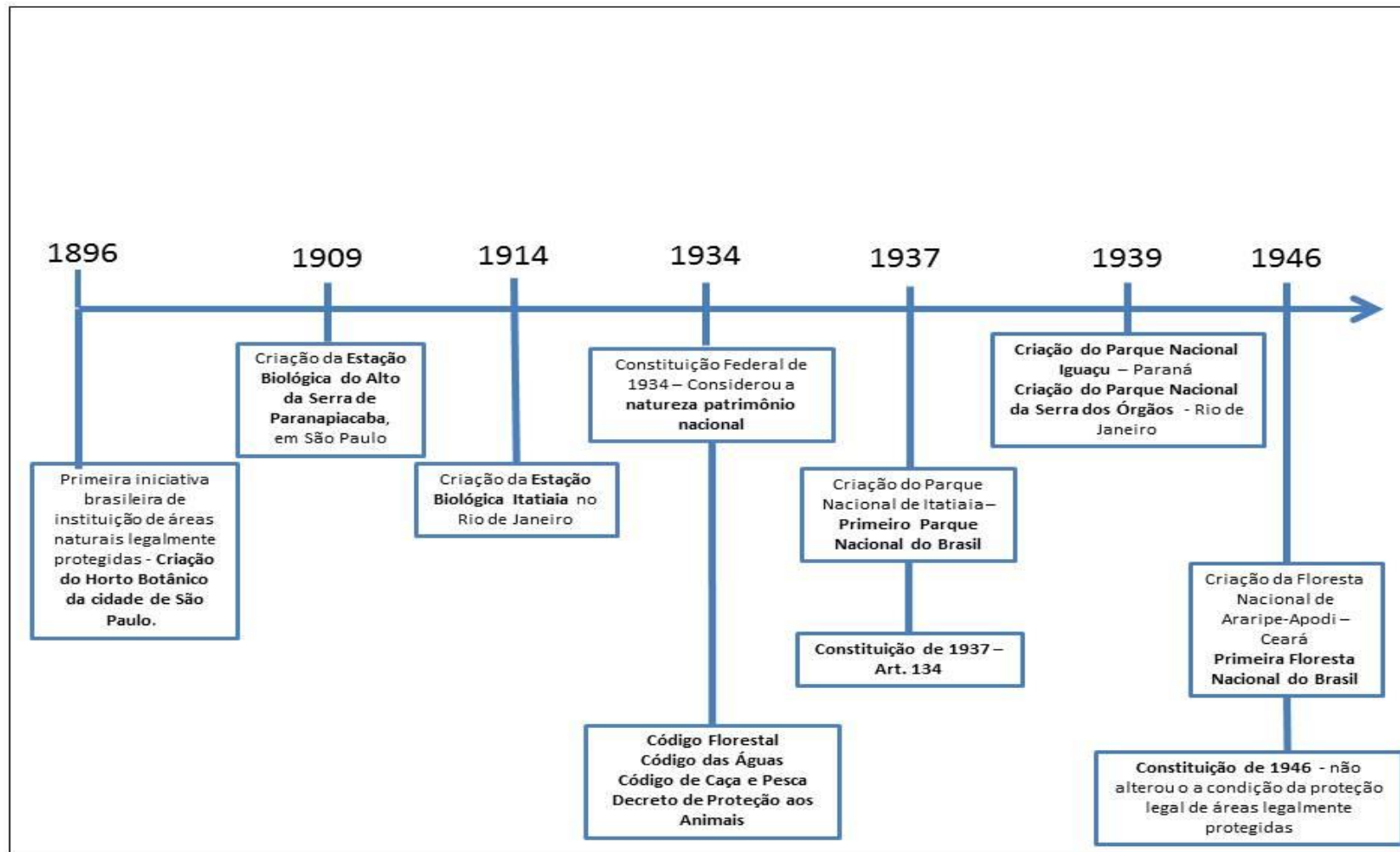


Figura 1 – Linha do tempo de **1896 a 1946** - Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria.

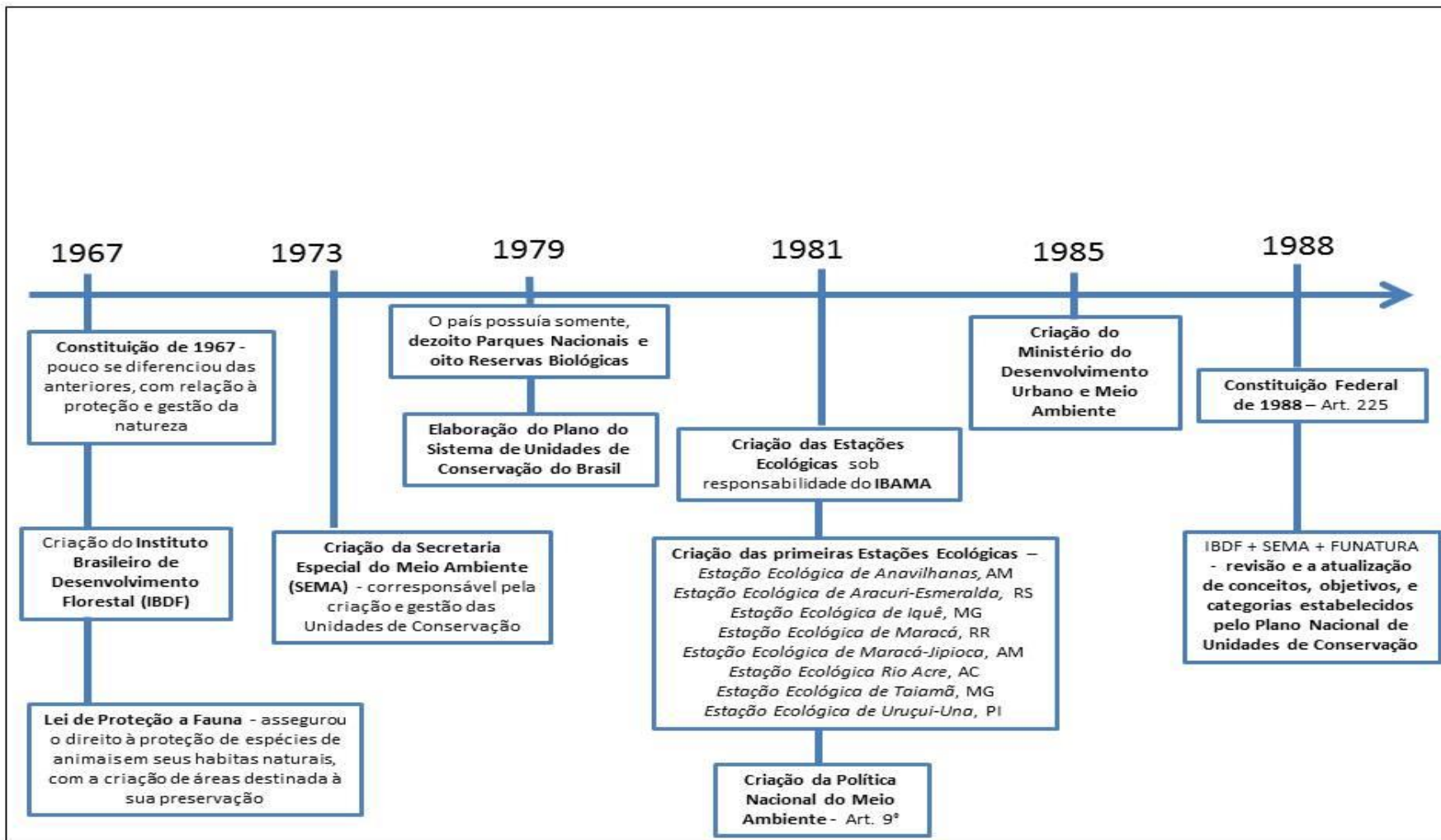


Figura 2 – Linha do tempo de 1967 a 1988 - Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria.

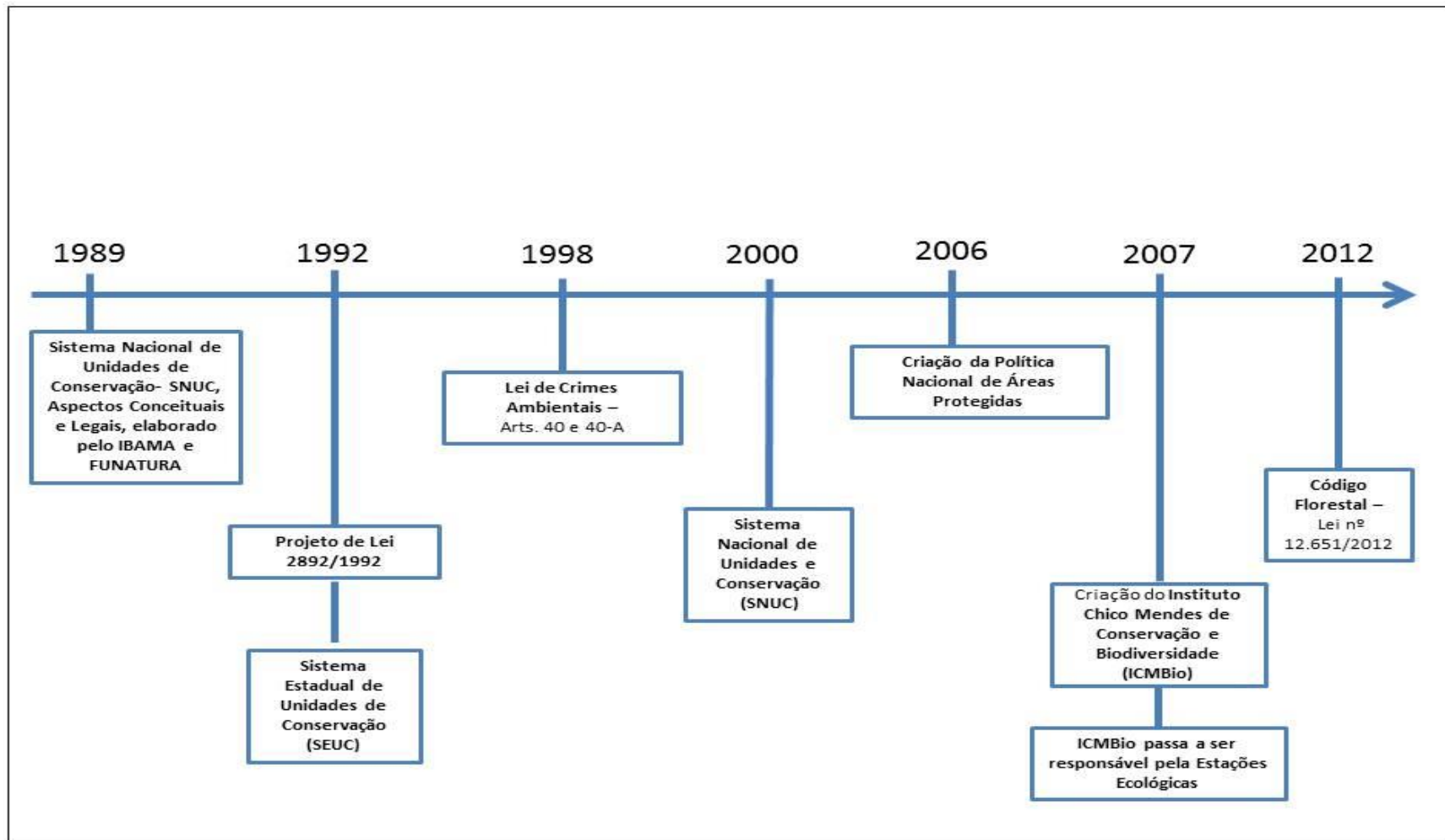


Figura 3 - Linha do tempo de **1989 a 2012** - Cenário Histórico e Legal das Unidades de Conservação. Fonte: Elaboração própria

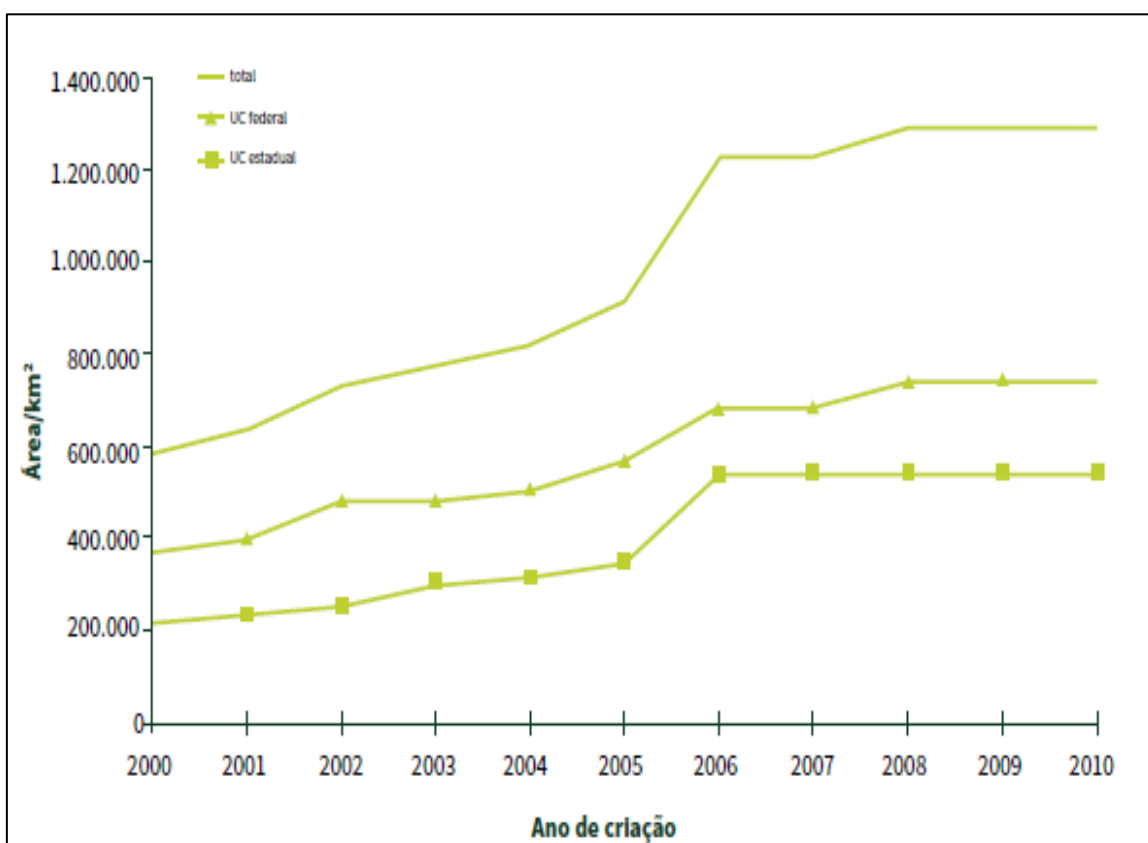


Figura 4 – Evolução da expansão das Unidades de Conservação federais e estaduais entre 2000 e 2010. Dados do CNUC/ MMA, 2014. Fonte: MMA, 2015a.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC/MMA, 2017) atualmente, no grupo de Proteção Integral constam 665 UCs e no grupo de uso Sustentável constam 1.435 UCs, totalizando 2.100 UCs espalhadas pelo território brasileiro, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de Unidades de Conservação no Brasil.

Tipo/Categoria	Esfera			Total
	Federal	Estadual	Municipal	
Proteção Integral	N°	N°	N°	N°
Estação Ecológica	32	61	4	97
Monumento Natural	3	29	14	46
Parque Nacional/ Estadual/ Municipal	73	206	127	406
Refúgio da Vida Silvestre	8	41	5	54
Reserva Biológica	31	23	8	62
Total Proteção Integral	147	360	158	665
Uso Sustentável	N°	N°	N°	N°
Floresta Nacional/ Estadual/ Municipal	67	39	0	106
Reserva Extrativista	62	28	0	90
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	32	5	39
Reserva de Fauna	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	33	189	85	307
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	26	9	48
RPPN	635	209	1	845
Total Uso Sustentável	812	523	100	1.435
Total Geral	959	883	258	2.100

Fonte: Elaboração própria. Dados do CNUC/MMA, atualizados em 10/07/2017.

Por fim, salienta-se que apesar de ser fundamental a criação de áreas que funcionem como amostras representativas dos ecossistemas, o aumento do número de UCs, bem como a sua expansão, por si só, não são suficientes para assegurar a proteção e a conservação dos recursos naturais. Medidas protetivas, como a elaboração e implementação de PMs em conjunto com a sociedade, tornam-se instrumentos essenciais para a construção de uma boa gestão e de um manejo adequado de uma UC.

4.2. PLANO DE MANEJO

A motivação para a adoção de PM no Brasil, segundo Pereira (2009), partiu da percepção de que era pertinente planejar o manejo das áreas legalmente protegidas, bem como otimizar a eficiência dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Assim, em 1976, foi elaborado o “*Guia de Elaboração de Planos de Manejo e Planos Interpretativos para Unidades do Sistema Brasileiro de Parques Nacionais*”, que objetivava servir de referência para a elaboração de PMs no Brasil. De acordo com este mesmo autor, em 1977, a equipe do IBDF, desenvolveu um esboço de um PM para Parques, baseado no livro “*Planejamento de Parques Nacionais para o Ecodesenvolvimento – Métodos e Casos da América Latina*”, do autor Kenton Miller e no PM do *Parque Nacional de Volcán Poás da Costa Rica*, elaborado em 1968. A partir destes instrumentos foi possível estruturar os objetivos, normas, requisitos, atividades, resultados esperados, e outros itens, dos PM.

Mas foi, em 1978, que o IBDF juntamente com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), estabeleceu um convênio que possibilitou a elaboração do primeiro Plano de Manejo Brasileiro: o *Plano de Manejo do Parque Nacional de Sete Cidades*, Estado do Piauí. Posteriormente, foram elaborados mais dois PMs: o do *Parque Nacional da Amazônia*, criado em 1974, realizada pelo IBDF em parceria com a ONG WWF; e do *Parque Nacional de Brasília* concluído em 1979 (PEREIRA, 2009). Contudo, somente após 42 anos da criação do primeiro Parque Nacional e a construção destes três documentos, que um novo dispositivo legal foi criado: o *Decreto n° 84.017, de 21 de setembro de 1979*, que regulamentou os Parques Nacionais.

Este inovou com a obrigatoriedade do PM para os Parques Nacionais e apresentou a primeira estrutura para a sua elaboração, contribuindo para mostrar a importância do planejamento na criação das áreas legalmente protegidas (PERREIRA, 2009). Por focar no zoneamento como estrutura essencial de um plano, este decreto apresentou no art. 7° a categorização de diferentes zonas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Zonas apresentadas no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

Zona Intangível – “É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação garantindo a evolução natural”.

Zona Primitiva – “É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação”.

Zona de Uso Extensivo – “É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos”.

Zona de Uso Intensivo – “É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio”.

Zona Histórico-Cultural – “É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente”.

Zona de Recuperação – “É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área”.

Zona de Uso Especial – “É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque”.

Fonte: Elaboração própria. Informações disponíveis no Decreto nº 84.017/1979.

Definiu o PM como um “projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (BRASIL, 1979, art. 6º). E com o objetivo de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, determinou que estes fossem elaborados e constituídos a partir de estudos que visassem um manejo ecológico adequado⁴⁴. Também determinou que em Parques Nacionais já instituídos os PMs deveriam ser elaborados em um prazo máximo de cinco anos e sofreriam revisão periódica também a cada cinco anos.

Entretanto, apesar deste decreto ter estabelecido zonas de uso e ocupação das áreas legalmente protegidas, e ter norteadado importantes questões que deveriam ser levadas em consideração nos PM, este não se deteve em apresentar como estes documentos deveriam ser planejados, elaborados e estruturados. Assim, com o objetivo de auxiliar na construção e padronizar os PMs, foi construído em 1996 o *Roteiro Metodológico de Elaboração do Plano de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Indireto* (IBAMA, 1996), conforme observado no Quadro 2

Posteriormente, com a promulgação da Lei SNUC, a elaboração e a revisão dos PMs tornaram-se obrigatórios para todas as UCs, assim como já acontecia com os Parques Nacionais. Em virtude deste dispositivo, e reconhecendo a complexidade na elaboração dos PMs, a dificuldade da sua organização e da sua execução, bem como a necessidade em se desenvolver um roteiro orientador que auxiliasse na sistematização e na uniformização do tratamento dos dados, foi elaborado, em 2002, um novo roteiro: o *Roteiro Metodológico de planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas* (GALANTE, et al, 2002), conforme observado no Quadro 3.

⁴⁴ Decreto n° 84.017, de 21 de setembro de 1979, art. 5º.

Quadro 2 – Síntese do Roteiro Metodológico de elaboração do Plano de Manejo de unidades de conservação de uso indireto.

<p style="text-align: center;">Roteiro Metodológico de elaboração do Plano de Manejo de unidades de conservação de uso indireto (IBAMA, 1996)</p> <p><u>Quando foi elaborado?</u></p> <p>1996.</p> <p><u>Quem elaborou?</u></p> <p>Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA, a partir da iniciativa do Departamento de Unidades de Conservação, sendo prevista no Programa Nacional do Meio Ambiente. Contou para o seu desenvolvimento com a colaboração da Cooperação Técnica da República Federal da Alemanha, através da GTZ⁴⁵.</p> <p><u>Comtemplava quais áreas?</u></p> <p>Unidades de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas e santuários ou refúgios da vida selvagem).</p> <p><i>O Plano de Manejo:</i></p> <p><u>Era elaborado em quantas etapas?</u></p> <p>Dividido em 3 fases, sendo estas desenvolvidas em um total de 28 etapas.</p> <p><u>Qual período previsto para a elaboração?</u></p> <p>5 meses a 5 anos.</p> <p><u>Como deveria ser estruturado?</u></p> <p>Em 8 encartes : 1° – Informações Gerais da UC; 2° – Contexto federal; 3° - Contexto estadual; 4° Contexto Regional; 5° Unidade de Conservação e Zona de transição; 6° Planejamento da Unidade; 7° Projetos específicos; e 8° Monitoria e avaliação</p> <p><u>E o planejamento?</u></p> <p>Deveria ser contínuo, gradativo, participativo e flexível.</p> <p><u>Pontos fortes:</u></p> <p>Foi um importante ponto de partida para orientar os novos PM e para desenvolver novas normas e outros documentos técnicos. Inovou com a inserção do encarte de monitoria e avaliação como instrumento de gestão.</p> <p><u>Pontos fracos:</u></p> <p>Centrou-se nos aspectos mais descritivos das áreas e pouco se deteve no planejamento. Manteve, mesmo depois de 17 anos, o zoneamento proposto pelo Decreto que regulamentava os Parques Nacionais.</p>

Fonte: Elaboração própria. Baseado no trabalho de Pereira, 2009.

⁴⁵ A GTZ é uma empresa alemã denominada Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH. No Brasil o nome é traduzido para Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, mais atualmente é conhecida por Cooperação Técnica Alemã, apenas. Esta é uma empresa pública de direito privado, criada em 1975, e atua através de programas cooperação técnica estabelecidos em comum acordo, a partir de um Convênio Intergovernamental entre o Brasil e a Alemanha (Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha), (VALENTE, 2010).

Quadro 3 – Síntese do Roteiro Metodológico de planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.

Roteiro Metodológico de planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (GALANTE, et al, 2002)
<u>Quando foi elaborado?</u>
2002.
<u>Quem elaborou?</u>
Diretoria de Ecossistemas (DIREC) juntamente com a Coordenação Geral de Unidades de Conservação (CGEUC) do IBAMA.
<u>Comtemplava quais áreas?</u>
Três categorias de UCs de proteção integral: os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas
<i>O Plano de Manejo:</i>
<u>Era elaborado em quantas etapas?</u>
De 10 a 11 etapas de execução de acordo com as necessidades de aprofundamento do conhecimento da UC. E mais 1 etapa para a implementação do PM.
<u>Qual período previsto para a elaboração?</u>
8 a 18 meses
<u>Como deveria ser estruturado?</u>
Em 6 encartes: 1º Contextualização; 2º - Análise Regional, 3º Análise da UC, 4º Planejamento, 5º - Projetos Específicos e 6º - Monitoria e Avaliação.
<u>E o planejamento?</u>
Deveria ser contínuo, gradativo, participativo e flexível, conforme o Roteiro original.
<u>Pontos fortes:</u>
Enquadrou as zonas de acordo com o grau de intervenção e acrescentou: as zonas: de uso conflitante, de ocupação temporária; superposição indígena e zona de interferência experimental, conforme pode ser observado na Figura 5. Levou em consideração a característica local da UC. Orientou a implantação de UCs recém-criadas e a construção da versão resumida dos PMs. Também passou a trabalhar com uma matriz de análise estratégica, contendo as forças restritivas (pontos fracos e ameaças) e forças impulsionadoras (pontos fortes e oportunidades) da UC, possibilitando uma análise mais objetiva, conforme Figura 6.
<u>Pontos fracos:</u>
Continuava primando pelos aspectos descritivos da área.

Fonte: Elaboração própria. Baseado no trabalho de Pereira, 2009.

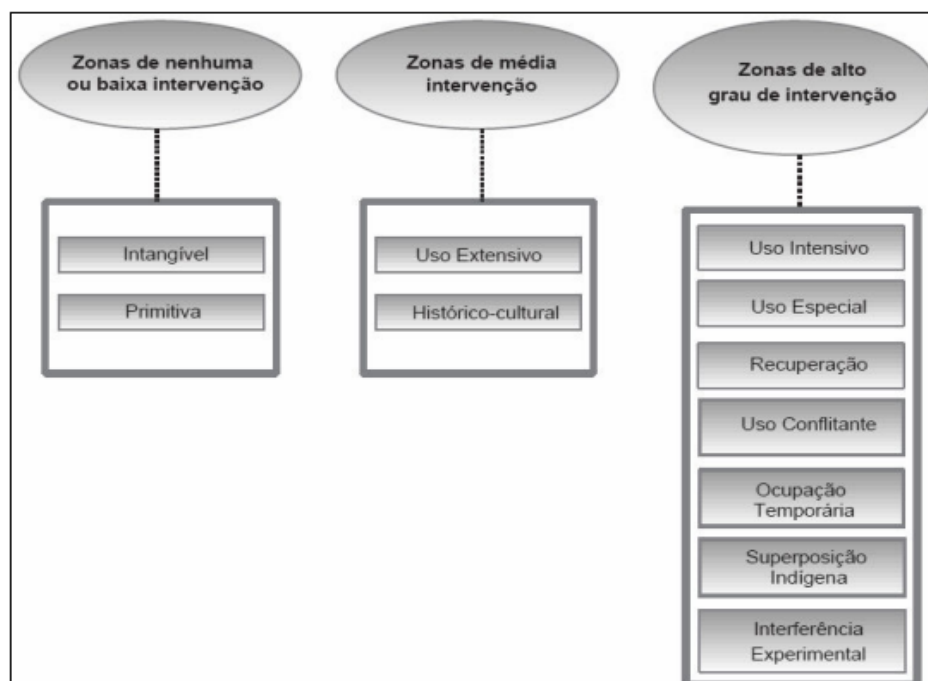


Figura 5 - Enquadramento das zonas por grau de intervenção. Fonte: GALANTE, et al, 2002 p. 97.

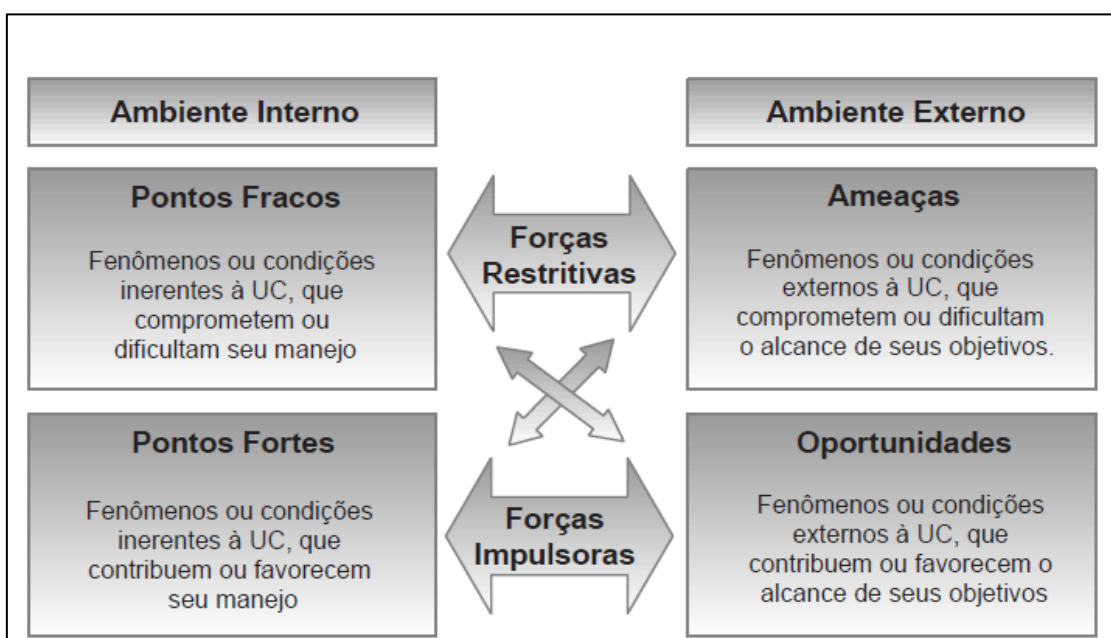


Figura 6 - Interação dos Fatores de Análise Estratégica. Fonte: GALANTE et al, 2002 p. 43.

Apesar do Roteiro Metodológico de 2002, ter apresentado pertinentes modificações em relação ao roteiro anterior, esse não foi capaz de tornar o processo de planejamento mais dinâmico. Assim, em 2011, o Roteiro Metodológico de 2002 foi revisado e elaborou-se o *Roteiro Metodológico de Planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - versão para discussão* (Quadro 4) que permanece em vigor⁴⁶ até os dias atuais.

Quadro 4 – Síntese Roteiro Metodológico de Planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - versão para discussão.

<p style="text-align: center;">Roteiro Metodológico de Planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - versão para discussão (FERNANDES, et al 2011)</p> <p><u>Quando foi elaborado?</u></p> <p>2011</p> <p><u>Quem elaborou?</u></p> <p>Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP) juntamente com a Coordenação Geral de Unidades de Conservação de Proteção Integral (CGEPI) e a Coordenação de Plano de Manejo (CPLAM) do ICMBio.</p> <p><u>Comtempla quais áreas?</u></p> <p>Três categorias de UCs de proteção integral: os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas.</p> <p><i>O Plano de Manejo:</i></p> <p><u>É elaborado em quantas etapas?</u></p> <p>9 etapas de execução. e mais 1 etapa para a implementação do PM (Quadro 5), em cada uma delas sendo detalhado os objetivos de cada etapa, os participantes, as estratégias execução e os produtos a serem entregues.</p> <p><u>Qual período previsto para a elaboração?</u></p> <p>No período máximo de 2 anos, de acordo com as necessidades de aprofundamento do conhecimento da UC</p> <p><u>Como deve ser estruturado?</u></p> <p>Não é estruturado em encartes. É composto pelo Diagnostico (12 itens – conforme Quadro 6) e pelo Planejamento (8 itens – Quadro 7).</p> <p><u>E o planejamento?</u></p> <p>Deve ser contínuo, gradativo, participativo e flexível, conforme o Roteiro original.</p>

Fonte: Elaboração própria. Dados e informações – Fernandes, *et al* 2011.

⁴⁶ Informação recebida através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Quadro 5 – Etapas para a elaboração do Plano de Manejo de Unidades de Conservação

1° Etapa: Organização do Planejamento – O objetivo desta etapa é estruturar a *Equipe de Planejamento* e desenvolver os trabalhos a partir de uma sequência de atividades, sendo elas 1) o alinhamento entre as partes envolvidas; 2) a definição da metodologia a ser seguida; e 3) a definição do cronograma de trabalho que constará em uma *Matriz de Organização do Planejamento*.

2° Etapa: Sistematização e análise das informações disponíveis – Versa-se neste item, a sistematização e a análise das informações obtidas a partir do levantamento bibliográfico e cartográfico, de fotos áreas e das imagens de satélite, visando o conhecimento preliminar da UC e a identificação da aplicabilidade das informações compiladas no manejo da UC.

3° Etapa: Levantamento de campo e sistematização de dados – Neste item objetiva-se através dos levantamentos de campo, realizar estudos para preencher as lacunas de informações identificadas na etapa anterior.

4° Etapa: Oficina de Pesquisadores – Nesta fase realiza-se uma oficina de pesquisadores para a apresentação dos resultados obtidos nos levantamentos em campo e/ou em pesquisas realizadas na UC ao longo dos anos, possibilitando o nivelamento de informações e trocas de experiências.

5° Etapa: Oficina de Planejamento Participativo (OPP) – Objetiva-se, neste item, garantir a participação social dos principais grupos de interesse no planejamento da UC, incentivando o comprometimento dos diversos atores envolvidos com a localidade.

6° Etapa: Consolidação do “Diagnóstico da UC” – Nesta fase, elabora-se o diagnóstico da UC, caracterizando a UC de acordo com a abrangência do planejamento.

7° Etapa: Estruturação do Planejamento – Realiza-se, nesta fase, uma oficina de Estruturação do Planejamento, sendo estabelecidas as diretrizes gerais para o planejamento da UC, levando em consideração os produtos das Oficinas de Pesquisadores, Oficina de Planejamento Participativo e Diagnóstico da Unidade.

8° Etapa: Avaliação do Planejamento - Objetiva-se, neste momento, discutir a versão preliminar do “Planejamento da UC”, identificando e consolidando os ajustes necessários e tornando-os aptos para a aprovação.

9° Etapa: Aprovação e divulgação do Plano de Manejo - Nesta fase objetiva-se aprovar e divulgar o Plano de Manejo.

10° Etapa – Implementação do Plano, Monitoria e Avaliação - Neste item objetiva-se implementar o PM e incorporar a monitoria e a avaliação da implementação como atividades rotineiras do processo de gestão da UC, possibilitando assim identificar desvios e propor, caso necessário, modificações ao planejamento proposto.

Fonte: Elaboração própria. Dados e informações – Fernandes, et al 2011.

Quadro 6 - Descrição do conteúdo do Plano de Manejo.

Informações gerais sobre a UC

Neste item deve constar a localização e o acesso da UC, bem como a origem do nome e o histórico de criação da UC;

Análise de Representatividade da UC

Aqui se discorre sobre a importância e representatividade da UC no contexto federal e estadual;

Aspectos históricos, culturais e socioeconômicos

Este item é preenchido com os aspectos históricos e o patrimônio cultural, os aspectos populacionais da região da UC e a Socioeconomia da região da UC e das comunidades do entorno; características da população no interior (quando houver); uso e ocupação da terra e problemas decorrentes para a região da UC; alternativas de desenvolvimento econômico sustentável e envolvimento dos grupos sociais com a Unidade;

Caracterização dos fatores abióticos e bióticos da UC

Neste item devem ser abordados aspectos do clima, da geologia, relevo/geomorfologia, solos, hidrografia/hidrologia/limnologia, espeleologia, oceanografia física e química, vegetação e fauna;

Situação fundiária

Neste item reúnem-se os documentos sobre a situação fundiária da UC e realiza-se o reconhecimento de campo para caracterizá-las;

Necessidade de recategorização e/ou ampliação da UC

Aqui, se identifica as dificuldades para manejar a unidade dentro da categoria, na qual se encontra, justificando a necessidade de recategorização e verifica-se a necessidade de ampliá-la caso seja necessário.

Incêndios e outras ocorrências

Aqui se apresenta o histórico de ocorrência de incêndio e sua origem, bem como se descreve as medidas de prevenção e combate. Também se aborda sobre outras ocorrências peculiares, como pequenos tornados, ressacas, dentre outras;

Visitação

Identifica-se as regiões utilizadas para visitação, as novas potencialidades, os atrativos, as atividades de visitação, o perfil dos visitantes, os impactos associados, o potencial eco turístico do entorno, dentro outros aspectos;

Aspectos Institucionais da UC

Discorre-se aqui, sobre os recursos humanos, a infraestrutura, os equipamentos, serviços, estrutura organizacional e atividade de gestão;

Declaração de Significância

Aqui se situa a UC com relação à raridade, representatividade, importância ecológica, exclusividade, distinção.

Fonte: Elaboração própria. Dados e informações – Fernandes, et al 2011.

Quadro 7 – Itens que devem compor a Etapa de Planejamento de um Plano de Manejo.

Histórico do Planejamento

Neste item, deve ser indicada a existência de planejamento anterior⁴⁷, tais como PM, Plano de Ação Emergencial (PAE), entre outros. Caso a UC não disponha deve ser informado a partir de levantamentos complementares.

Missão, objetivos específicos e visão de futuro

Declara a razão de ser da UC e esclarece o seu papel dentro da sociedade; abordam os atributos naturais e culturais protegidos pela UC – detalham missão; representa um estado ou condição ideal altamente desejável, respectivamente.

Objetivos estratégicos

Neste item, versa-se sobre o que se pretende realizar na UC nos próximos cinco anos para se alcançar a visão de futuro. Sinalizam as prioridades de gestão.

Normas Gerenciais da UC

Aqui, são definidos e esclarecidos os procedimentos que serão adotados na UC servindo como orientação institucional as ações e restrições necessárias ao manejo da Unidade. Podem ser abordados temas como: o trânsito, a pesquisa, a utilização da imagem da UC, eventos, entre outros.

Zoneamento

Neste item realiza-se o ordenamento territorial, dividindo-o em zonas, utilizado para atingir melhores resultados no manejo da UC. O zoneamento é dividido em zonas: intangível, primitiva, de uso extensivo, de uso intensivo, de uso especial, histórico-cultural, recuperação, de uso conflitante, de ocupação temporária, de superposição indígena, de interferência experimental, e de amortecimento.

Programas de Manejo

Estes programas constituem a forma de organização da gestão da UC à nível operacional, destacando-se os programas de uso público, de integração com a região da UC, de proteção.

Monitoria e Avaliação

Nesta fase, são medidos e comparados, continuamente e no longo prazo, os resultados obtidos em relação às metas previamente estabelecidas.

Fonte: Elaboração própria. Dados e informações – Fernandes, et al 2011.

⁴⁷ Algumas UC apesar de não possuírem PM, balizam a sua gestão a partir de outros instrumentos (FERNANDES, et al 2011).

Esta versão sequencia a elaboração do PM desde a organização do Planejamento, seguindo-se o diagnóstico e o planejamento e posterior implementação. Aqui o planejamento é destacado, sendo abordado em três diferentes perspectivas: *a estratégica* (define qual o objetivo); *a tática* (define a forma de agir) e *a operacional* (elabora de programas, planos e projetos), conforme Figura 7 (FERNANDES et al, 2011).

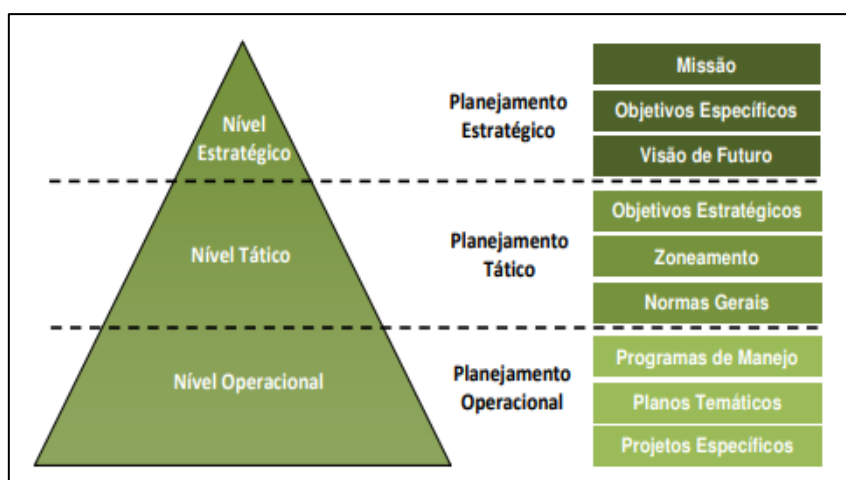


Figura 7 - Níveis Estratégico, Tático e Operacional do Planejamento da Unidade de Conservação. Fonte: Fernandes, et al 2011.

Mesmo o Roteiro Metodológico de 2011, apresentando avanços em relação aos anteriores, este não se mostrou suficiente para colaborar na elaboração e revisão dos PM. Assim, em 2016 e 2017, o ICMBio, com o intuito de aperfeiçoar o processo de elaboração de planos de manejo, realizou uma parceria com Serviço Florestal Norte Americano e com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), focando seus esforços na adaptação de um método de planejamento de áreas protegidas utilizado pelo Serviço de Parques Norte Americano (*National Park Service – NPS*), o *Foundation Document* (ICMBio, 2016a e 2012b; ICMBio, 2017a), possibilitando a construção dos seus instrumentos de gestão para as unidades de conservação federais brasileiras⁴⁸.

Este método foi identificado pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN) do ICMBio como uma excelente estratégia de construção de PM, em virtude de ser um método mais objetivo, simples, com

⁴⁸ Informação recebida através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

prazos mais curtos, menores custos e estabelecimento mais dinâmico (ICMBio, 2016a).

Para fins de análise, o método foi aplicado em duas UC: *Parque Nacional de São Joaquim* e *Reserva Extrativista Marinha de Soure*, as quais possuíam a conclusão de seus planos de manejo previstos para o 1º semestre de 2017 (ICMBio, 2016a e 2016b). Também o método foi aplicado posteriormente na *Área de Proteção Ambiental de Cairuçu*. Com os resultados obtidos e as experiências adquiridas, o Instituto, pretendia aperfeiçoar e divulgar o método em 2017, visando a sua incorporação na elaboração dos PM, porém adiou-se a divulgação para o final do ano de 2018⁴⁹. A partir desta iniciativa, foi publicada no final de 2017 a Instrução Normativa/ICMBio Nº 7, de 21.12.2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de PM de UCs da natureza federais.

Atualmente, os documentos que orientam a construção de oficinas para elaboração do PM do *Parque Nacional de São Joaquim*⁵⁰, Santa Catarina; *Reserva Extrativista Marinha de Soure*, Pará; ambos publicados em 2016 e da *Área de Proteção Ambiental de Cairuçu*, Rio de Janeiro, publicado em 2017; trazem mais informações sobre esta nova metodologia.

Um plano de manejo com base no *Foundation Document* possui muitas funções, tais como:

- Fornece um meio de comunicar aos diferentes públicos, por meio de um documento objetivo, o que é mais importante acerca da UC;
- Ajuda a concentrar esforços nos recursos e valores prioritários para a proteção da UC, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância;
 - Fornece uma base para garantir a coerência na UC quanto aos planos e decisões, além de garantir que programas e ações subsequentes contribuam para atingir o propósito da UC e outros objetivos;
 - Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planejamentos posteriores.
 - Descreve as diretrizes políticas para os recursos e valores-chave da UC;
 - Identifica as condições, ameaças e problemas da UC em relação aos seus recursos e valores-chave;

⁴⁹ Informação recebida através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

⁵⁰ Guia Complementar do Participante – Oficinas de Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim, teve a sua elaboração realizadas pelos próprios gestores do Parque, juntamente com a Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo, e o Serviço de Parques Nacionais Americano (ICMBio, 2016b), disponibilizado pelo ICMBio através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para a UC;
- Identifica as diferentes zonas de manejo, cujas respectivas ações de manejo visam atingir o propósito da UC (ICMBio, 2017a).

Ressalta-se também que esta nova abordagem, considera que o desenvolvimento do PM, deva ser integrado (Figura 8), e deixa claro que deve-se atentar para a interligação dos que os itens/elementos. O processo inclui apenas os seguintes itens: declaração de propósito, declarações de significância, recursos e valores fundamentais, temas interpretativos, avaliação das necessidades de planejamento e dados, zoneamento e normas gerais, atos legais e administrativos, conforme Quadro 8.

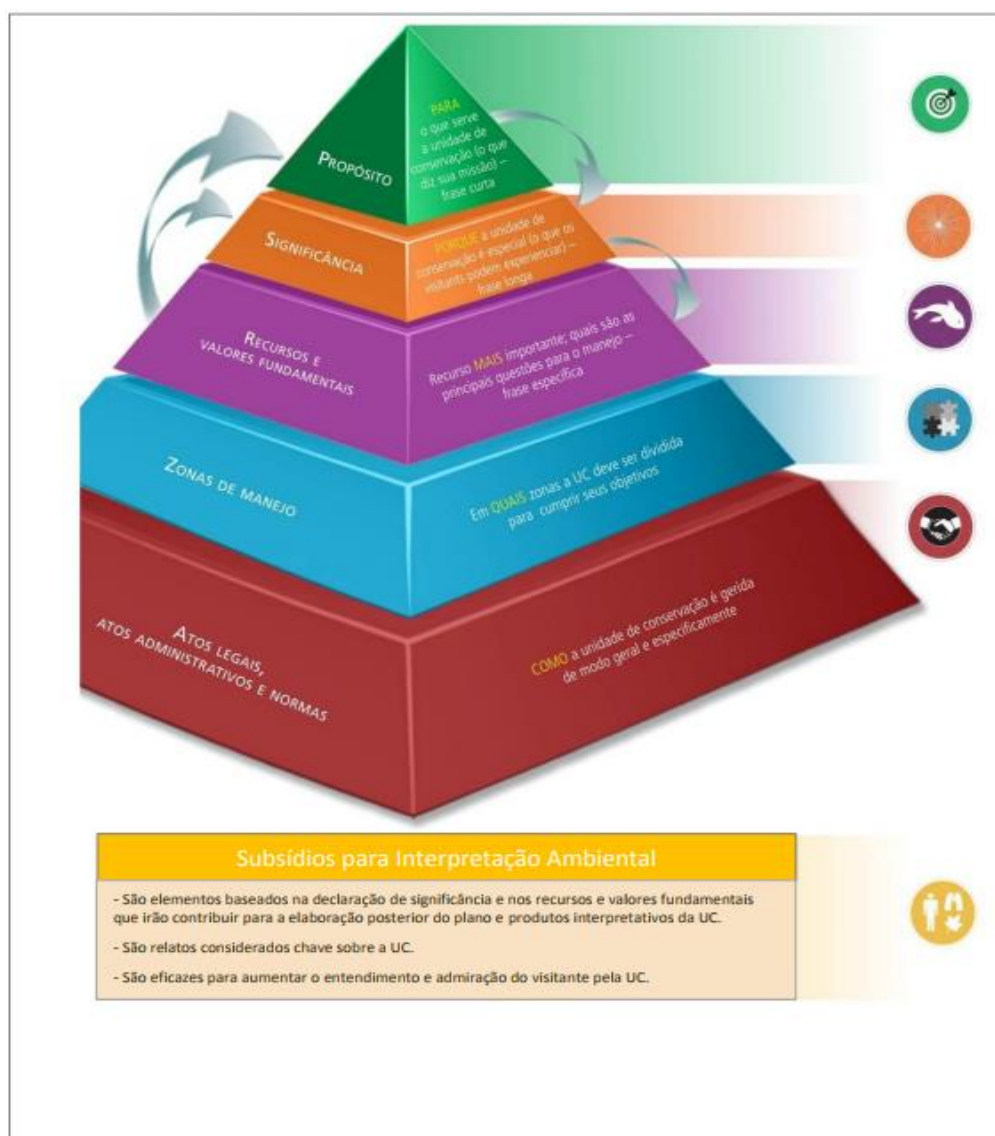









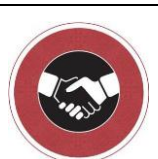
Figura 8 - Demonstração sobre a integração e interligação das etapas do Plano de Manejo. ICMBIO, 2017a p. 9.

Quadro 8 – Itens /elementos que devem constar no Plano de Manejo, segundo o *Foundation Document*.

	<p>Declaração de Propósito – <i>Purpose Statement</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Este item define o propósito da UC e identifica o(s) motivo(s) específico(s) que levaram a criação da Unidade; • Baseia-se em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à sua criação e a legislação que influenciou a implantação da UC, • É apresentado de forma direta, concisa e com linguagem acessível ao público em geral, • Possibilita que a UC possa ser distinguida das demais, apenas ao se ler a Declaração.
	<p>Declaração de Significância da UC – <i>Significance Statements</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Neste item se expressa porque os valores e os recursos da Unidade são importantes e relevantes para justificar a criação e integração desta, ao Sistema federal de UC; • Descreve-se a natureza única da UC – ‘Fator UAU’ -, no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive incluindo a provisão de serviços ecossistêmicos; • Reflete-se as demandas científicas e acadêmicas, bem como as percepções culturais mais atuais, as quais podem ter mudado desde o estabelecimento da unidade, e orientará as decisões relativas ao manejo e ao planejamento da UC.
	<p>Recursos e Valores Fundamentais (RVF) - <i>Fundamental Values and Resources (FRVs)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Neste item, aborda-se os aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), sociais (bem estar social), econômicos, culturais, históricos, geológicos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC; • Os RVF auxiliam a concentrar os esforços de planejamento e manejo no que seja realmente significativo acerca da UC; • São mais específicos que as declarações de significância. <p><i>Cabe salientar que se os RVF forem degradados, o propósito e/ou significância da UC podem estar em risco.</i></p>

	<p>Avaliação de Necessidades de Dados e Planejamento – <i>Assessment of Planning and Data Needs</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aqui, se complementa e/ou aprofunda os dados que não foram contemplados no item anterior; • Identificam-se as questões-chave • Delineia-se as diretrizes para o planejamento, os projetos que irão contemplar as questões-chave e os requisitos de informação relacionados; <p><i>As necessidades de planejamento não uma lista de atividades. Elas devem indicar a realização de uma estratégia mais ampla ou programa, que posteriormente será detalhado em atividades.</i></p>
	<p>Subsídios para Interpretação Ambiental⁵¹ ou temas interpretativos – <i>Interpretive Themes</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • É um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido; • É uma ferramenta de grande potencial de sensibilização e aproximação com a sociedade. • Contribui para o fortalecimento da compreensão sobre a importância da UC e transforma a visita em uma experiência enriquecedora e agradável. • Estes subsídios serão um referencial para a elaboração de planos, produtos e serviços interpretativos. • Referem-se aos principais atributos tangíveis e intangíveis, histórias, lendas e significados da UC, que toquem o emocional do visitante, conectando-o de forma mais ampla com a UC.
	<p>Sistema de Informação Geográfica – GIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aqui se gera um atlas com dados geoespaciais que servirão como referência para os trabalhos da UC e facilitarão as decisões de planejamento como uma ferramenta de suporte de planejamento baseada no SIG. • Neste item incluem-se dados referentes ao uso e ocupação do solo; Vias de acesso; Infraestrutura; Vegetação, Situação fundiária, Zoneamento, dentre outros. <p><i>Os dados devem ser apresentados em um mapa interativo em plataforma digital, sem ser descritivo com listas e tabelas, para se tornar mais claro, para o público em geral.</i></p>

⁵¹ Um dos objetivos do SNUC é favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental (Artigo 4º inciso XII). Além da prerrogativa legal, a interpretação ambiental no ICMBio segue as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006.

	<p>Zoneamento – Management Zoning</p> <ul style="list-style-type: none">• Constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC,• Aqui, podem ser criadas zonas que contemple a realidade da UC. Exemplo: Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS), Zona de Conservação da Costeira (ZCC), Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR), Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer (ZUCEL), Zona de Sitio Histórico (ZSH), dentre outros;• Nelas se inclui: descrição, objetivos, normas gerais, usos proibidos, usos permitidos, ou usos não recomendado, com suas respectivas justificativas.
	<p>Atos Legais⁵², Administrativos⁵³ e Normas⁵⁴</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar os dispositivos legais é uma parte fundamental em um PM;• As decisões serão dirigidas ou influenciadas por estes dispositivos, e devem constar no PM;• Porém não trata-se de um inventário de todas as leis aplicadas a UC, mas sim da apresentação das principais que influenciam a UC analisada.

Fonte: Elaboração própria. Informações descritas na metodologia *Foundation Document*. ICMBIO, 2017a.

⁵² Os atos legais são requisitos específicos de cada UC que devem ser atendidos, por exemplo, instruções normativas e portarias específicas, eventualmente existentes. Podem dar respaldo para uma rede de parceria com outras organizações.

⁵³ Os atos administrativos são, em geral, acordos que tenham sido atingidos por meio de processos formais e documentados. São exemplos, os termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, etc. Podem dar respaldo para uma rede de parceria com outras organizações.

⁵⁴ As normas gerais são regras ou diretivas feitas e mantidas pela UC que guiam o manejo e o uso da área. Constituem componente essencial de gestão e planejamento de uma UC.

Embora necessite de constante aperfeiçoamento, as medidas para orientar a elaboração e o planejamento dos PM, bem como a sua implementação, vem de uma necessidade de contribuir para que os PM estejam, dentro do possível, mais claros, objetivos e que de fato funcionem como uma ferramenta para orientar os responsáveis na tomada das decisões (PADUA, 2011). Ressalta-se que a elaboração e a implementação de um PM é condição *sine qua non* para propiciar a prosperidade de uma UC, pois este faz parte da sustentação de toda a estrutura da uma Unidade, juntamente com o Conselho Gestor (Figura 9). A ausência deste documento compromete o aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental de uma UC (ICMBio, 2016c).

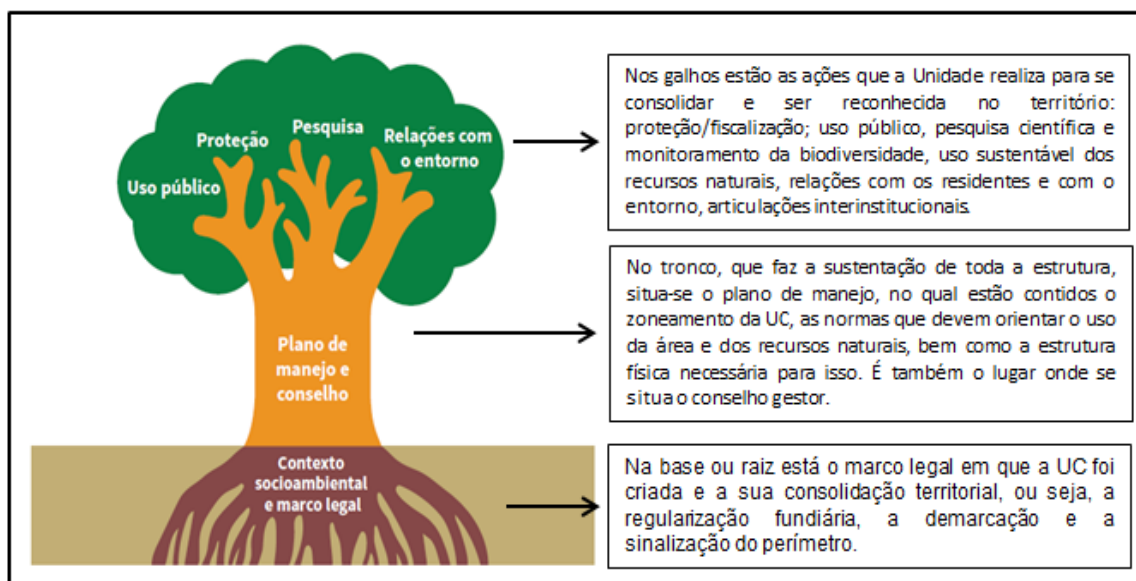


Figura 9 - Analogia da estrutura de uma UC com uma árvore. Adaptado. Fonte: MMA, 2015c.

Entretanto, salienta-se que este documento deve ser elaborado da melhor forma possível, evitando os problemas mais comuns que são encontrados na maioria dos PM. Dourojeanni (2013) aponta para os excessos e erros descritivos; a falta de informação e interpretação cartográfica; a análise deficiente da informação; e o zoneamento e programas baseados em ritos e não em necessidades, como sendo os principais obstáculos para a eficaz aplicabilidade dos PMs nas UCs.

Infelizmente, cabe ressaltar que muitas UCs brasileiras não apresentam PM. Em 2016, de acordo com o ICMBio das 327 UC federais⁵⁵ sob responsabilidade deste órgão apenas 175 (53,52%) possuíam PM, desses 34 estavam sendo em revisados; e 152 (46,18%) não apresentavam PM. Considerando as UCs sob responsabilidade da Coordenadoria Regional de Florianópolis, SC, CR-09⁵⁶, 48% destas não apresentam este documento (ICMBio, 2016c). Salienta-se também que dentre estes, alguns permanecem desatualizados e ainda muitos são construídos sem uma participação efetiva da sociedade (MMAb, 2015).

Por fim, ressalta-se que este importante documento necessita ser construído de forma conjunta, conforme estabelecido no decreto que regulamenta o SNUC, incluindo o Conselho Gestor, as prefeituras e outras instituições de interesse nos municípios onde a UC está inserida, bem como contar com a participação das universidades que desenvolvem trabalhos na área, das ONGs e de outros atores locais quando identificada a necessidade da sua participação, garantindo assim a transparência e o exercício da cidadania (FERNANDES, *et al*, 2011).

⁵⁵ Excluindo-se as RPPN.

⁵⁶ Coordenação Regional abrange os três estados da região Sul do Brasil e porção sudeste do estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo 42 UC, além de 115 RPPN. A sede da Coordenação Regional situa-se no Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina (ICMBio, 2016c).

4.3. CONSELHO GESTOR

Diversas leis⁵⁷, documentos técnicos⁵⁸ e conferências internacionais já consideraram de extrema importância à participação da sociedade na gestão dos recursos naturais, incentivando a construção de conselhos e comitês. Mas foi em 2000, que esta temática ganhou mais visibilidade. Ao introduzir alterações na política de criação e gestão das UC, o SNUC, assegurou a participação de diferentes atores sociais, primando para o sucesso ao longo prazo da estratégia de conservação destas áreas (MMA, 2004).

Para tal, inovou com a criação dos Conselhos Gestores, e estabeleceu que as UCs deveriam ser administradas em conjunto, proporcionando maior interação e participação da sociedade. Dividiu-os de acordo com a forma de atuação em: *Conselho Consultivo* entendido como uma “instância colegiada que tem função de tratar de temas afetos à UC, subsidiar tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber”; e *Conselho Deliberativo* entendido como uma “instância colegiada que tem função de tratar e deliberar sobre temas afetos às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, subsidiar a tomada de decisão do órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber” (ICMBio, 2014).

Este instrumento de relacionamento entre a UC e a sociedade (MMA, 2015), pode ser definido, como “fórum de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da UC, e seu território de influência para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a UC” (ICMBio, 2014).

⁵⁷ Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981, art. 2º); Constituição Federal de 1988 (art. 225); Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Lei 9433/1997); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.395/1999, arts. 4º e 5º); SNUC (Lei 9.985/2000, art. 5º II, III, IV) e Decreto de regulamentação (4.340/2002, art. 20); Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto 5.758/2006) e Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/2014).

⁵⁸ Destaca-se a Agenda 21 de 1992, Documento acordado e assinado por 179 países participantes da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), que visa articular e integrar iniciativas para o desenvolvimento sustentável, é um processo participativo para sensibilização, mobilização, interação e pactuação entre diferentes setores da sociedade e do governo para políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a lei do SNUC, compete a estes conselhos

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
- IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2000, art. 20).

Com o intuito de estabelecer procedimentos para a formação e o funcionamento dos diferentes tipos de Conselho, o ICMBio, elaborou duas Instruções Normativas: uma para os *Conselhos Deliberativos* - IN n° 02/2007 - e a outra para os *Conselhos Consultivos* - IN n° 11/2010. Mas foi a partir de 2013 que através de um processo institucional participativo de revisão das IN, que o ICMBio optou por unificar o conteúdo das instruções em apenas uma, resultando na IN n° 09/2014 no qual detalha a competência de ambos os Conselhos.

Basicamente pode-se dizer que como o próprio nome diz o Conselho Deliberativo, delibera sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação e emite Resoluções. Já o Conselho Consultivo emite manifestações sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação (ABIRACHED, et al, 2014). Contudo, apesar das distinções ambos promovem uma gestão participativa e possibilitam uma administração da UC de forma compartilhada, como preconizado pelo SNUC.

Mesmo com o reconhecimento de que a participação social possibilitada a partir dos Conselhos Gestores são essenciais para a construção de um processo de gestão das UC, em 2016 o ICMBio atingiu a meta de contar com cerca de 85% das áreas sob sua gestão contempladas com estes espaços de diálogo com a sociedade já constituídos. E neste mesmo ano, lançou 1º edital para chamada de propostas de capacitação para funcionamento e criação de conselhos de UC, com apoio do Projeto PNUD BRA/08/23, capacitando 479 conselheiros (ICMBio, 2016c).

Todavia, já em 2017, ainda o número destes espaços de diálogo é inferior ao número de UCs federais instituídas no país, conforme pode ser observado na Figura 10.

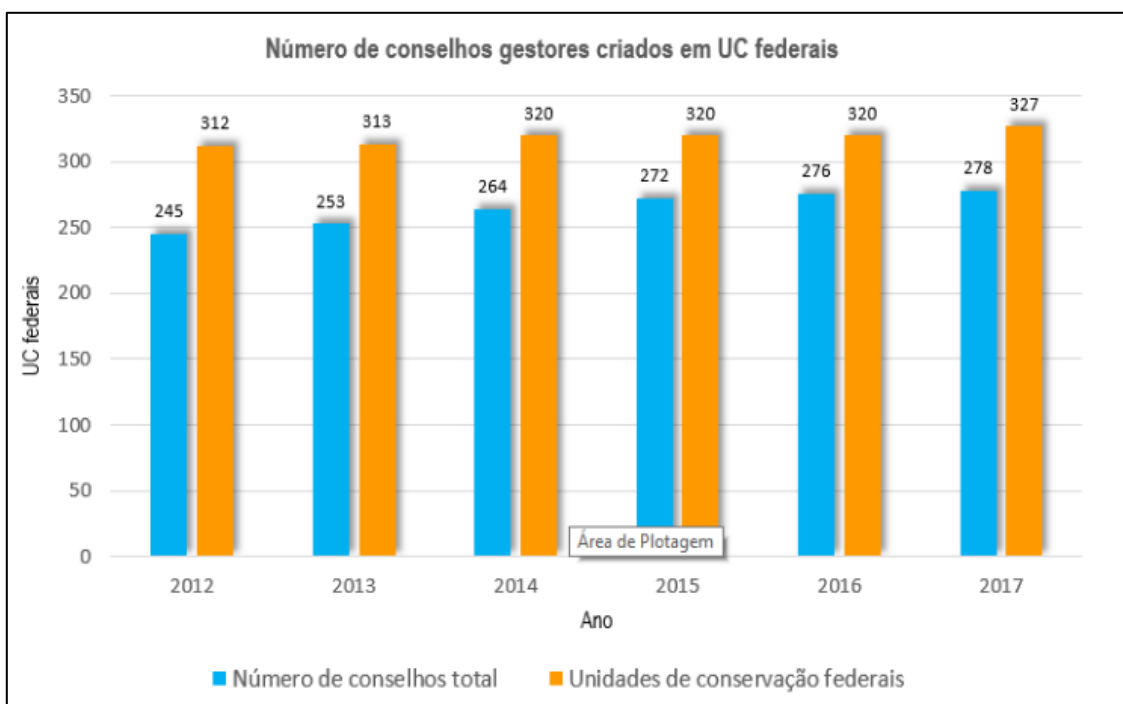


Figura 10 Número de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação criados na Esfera Federal. Fonte: MMA, 2018

No país, quatro Conselhos Gestores se destacam, pela estrutura, capacitação e envolvimento com a sociedade:

- *Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia* que a cada ano apresenta os resultados da Gestão Socioambiental, Gestão da Proteção, da Gestão do Uso Público e Negócios, da Gestão Territorial, e divulga os produtos das Câmaras Técnicas para os representantes. Ademais, também elabora as ações para o próximo ano;
- *Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé* que desenvolve projetos específicos para construir coletivamente o Plano de Ação da UC e promove a capacitação dos seus conselheiros;
- *Conselho Consultivo da APA Baleia Franca* em Santa Catarina, desenvolve um projeto específico, intitulado Educação Ambiental no Fortalecimento da Gestão Participativa, para formação de conselheiros. ,
- *Conselho Consultivo da ESEC-Taim*, que realizou um trabalho de produção coletiva com ampla divulgação, quando optou por ampliar a UC.

De acordo com o MMA, (2015b), o Conselho Consultivo da ESEC-Taim teve “a população local como aliada da ampliação de uma área protegida altamente restritiva constituindo uma proeza digna de nota”. A UC contou a proposta construída de forma participativa, o que não apenas fortaleceu a política de conservação da biodiversidade, mas evitou conflitos e apontou para a corresponsabilidade na gestão da UC.

4.4. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM

4.4.1 Área de estudo

A ESEC-Taim⁵⁹ (Figura 11) pertence à zona costeira e marinha, com coordenadas 32°32'S e 32°50'S e 52°23'W e 52°32'W, abrangendo os municípios do Rio Grande (4° distrito) e de Santa Vitória do Palmar (2° distrito) – Rio Grande do Sul (NEMA, 2002). É reconhecida mundialmente como uma das mais importantes áreas de conservação, preservando banhados, lagoas, campos, dunas e matas, e abrigando uma grande diversidade de espécies de vegetais e animais (SCOTT *et al.*, 1986 apud NEMA, 2002).

A UC apresenta grande significância e é um lugar de abrigo, alimentação e reprodução de muitas espécies, sendo um dos criadouros de maior significado ecológico do sul do Brasil, abrigando espécies ameaçadas e endêmicas. Destaca-se pelo seu valor como patrimônio genético e paisagístico, devido a sua grande diversidade biológica e ecossistêmica. (ICMBio, 2013).

As atividades econômicas da área de entorno da ESEC Taim estão predominantemente relacionadas com o setor primário, destacando-se a cultura de arroz irrigado, a pecuária e a pesca artesanal. Destaca-se também, as expedições de veículos “fora de estrada” – jipeiros e o turismo de sol e praia na Lagoa Mirim (ICMBIO, 2013).

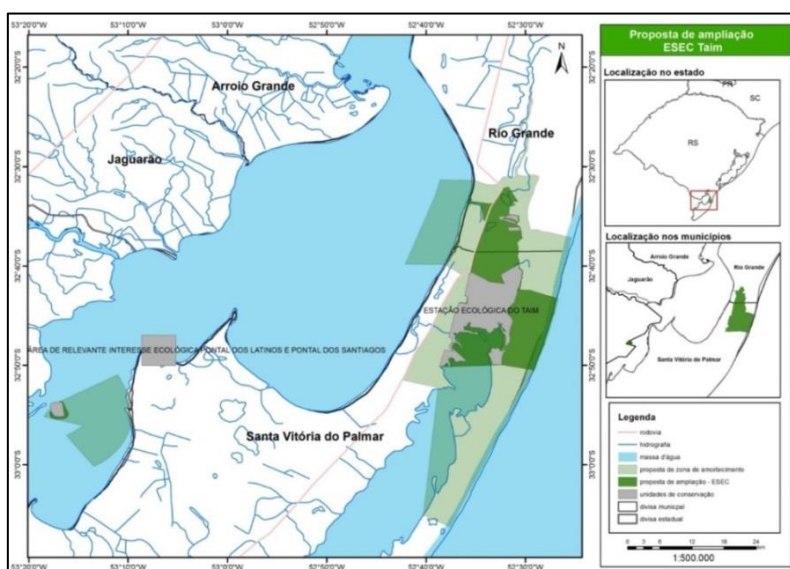


Figura 11 – Área atual da ESEC-Taim. Limites da Unidade e da sua respectiva zona de amortecimento. Fonte: ICMBio, 2017b.

⁵⁹ De acordo com a Categoria IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), a ESEC-Taim enquadra-se na Category Ia: Strict Nature Reserve (IUCN, 2018).

4.4.2. Significância biológica

A ESEC-Taim abarca em seus limites alta biodiversidade e grande beleza cênica por contar com uma fauna exuberante e de fácil visualização sendo um diferencial que a região oferece. (ICMBio, 2013): Destaca-se na UC:

- O registro de 63 espécies de peixes; tendo duas espécies de Rivulídeos que se encontram na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção;
- O registro de 18 espécies de anfíbios, sendo 27% destas já conhecidas para todo o Estado do Rio Grande do Sul.
- O registro de 21 espécies de répteis tendo seis espécies que se encontram na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção: o Lagartinho-da-praia (*Liolaemus occipitalis*), a Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), a Tartaruga-oliva (*Lepidochelys oliveacea*) a Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) e a Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriácea*).
- Mais de 220 espécies de aves registradas, destacando-se o Cisnes-do-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*); a Tachã ou Tarrã (*Chauna torquata*), e o Biguá (*Phalacrocorax brasilianus*);
- E mais de 40 espécies de mamíferos. É sabido que há presença de espécies que se encontram ameaçadas de extinção como: Gato-domato-grande (*Leopardus geoffroyi*); Lontra (*Lontra longicaudis*) Rato-domato (*Wilfredomys oenax*), Tuco-tuco (*Ctenomys flamarioni*) e. Veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*).

Em relação à flora, a UC apresenta 49 espécies já registradas de macrófitas emergentes e flutuantes, distribuídas por 28 famílias, no Banhado do Taim. Destas três estão ameaçadas de extinção: *Scirpus californicus*, *Zizaniopsis bonariensis* e *Scirpus giganteus* (ICMBio, 2013).

5. METODOLOGIA

A metodologia empregada para estruturar um prognóstico para a elaboração de um PM na ESEC-Taim, foi baseada na Análise Estratégica utilizada pelo IBAMA/MMA (GALANTE, et al., 2002) que apresenta as forças impulsoras (pontos fortes e oportunidades) e as forças restritivas (pontos fracos e ameaças), aplicada através da ferramenta SWOT⁶⁰ (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats), conforme o modelo apresentado no Quadro 9.

	Ambiente interno	Ambiente externo
Forças restritivas	Pontos Fracos	Ameaças
Forças impulsoras	Pontos Fortes	Oportunidades

Quadro 9 – Análise Estratégica da ESEC-Taim. Forças restritivas e Forças impulsoras. Fonte: Modificado de IBAMA/MMA (Galante, et al., 2002).

Aqui cabe ressaltar que as *forças restritivas* abarcam os fatores que debilitam a Unidade comprometendo o seu manejo. Sendo eles (BANZATO, 2012):

Pontos fracos: os fenômeno ou condições inerentes à UC, que comprometem ou dificultam seu manejo;

Ameaças: os fenômenos ou condições externas a ESEC-Taim, que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos.

Já as *forças impulsoras* são aquelas que abrangem os fatores que fortalecem a UC, contribuindo para o manejo e para o alcance dos objetivos. Sendo eles (BANZATO, 2012):

Pontos fortes: fenômenos ou condições inerentes à ESEC-Taim, que contribuem ou favorecem seu manejo;

Oportunidades: fenômenos ou condições externas que contribuem para o alcance de seus objetivos.

⁶⁰ No Brasil conhecida como Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Pode também ser conhecida como Análise DAFO.

A origem da técnica de Análise SWOT poderá ser creditada a Albert Humphrey, que conduziu um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford, nas décadas de 1960 e 1970, usando dados de grandes empresas (HOFRICHTER, 2017).

A ferramenta SWOT é um instrumento de análise de temas específicos, útil para subsidiar a tomada de decisão e a construção de um plano de ação, pois auxilia na sistematização das diferentes opiniões (GALANTE, et al., 2011), sendo comumente utilizada em empresas. Salienta-se que essa metodologia já foi utilizada como ferramenta auxiliar na criação de PMs em diferentes localidades brasileiras, tais como *Parque Estadual do Rio do Peixe*, *Parque Estadual da Campina do Encantado*, *Parque Estadual Intervalles*, *Parque Estadual do Aguapeí* e o *Parque Estadual do Morro do Diabo* (BANZATO, 2012) visto que a partir dela é possível identificar o que pode ser um entrave e o que pode contribuir para atingir os objetivos da UC.

Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental exploratória. Nesta etapa foi desenvolvida uma análise da literatura específica, englobando as teses, dissertações, artigos, leis, decretos, instruções normativas, documentos técnicos e roteiros metodológicos. Também foram analisados os resultados do Método RAPPAM⁶¹ aplicados as UCs no período de 2015 e 2016, bem como os documentos oficiais disponíveis no período na pesquisa, relacionados com a ESEC-Taim, tais como as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas entre 01/2002 e 12/2017, decreto de criação, regimento interno e as portarias com a lista de composição das entidades representantes.

Visando complementar os dados buscou-se realizar entrevistas com os 16 representantes que compõe o Grupo de Trabalho do Plano de Manejo da ESEC-Taim. As consultas deram-se através de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1), presenciais, que foram gravadas em mídia digital para permitir o fiel registro dos dados obtidos e posteriormente foram transcritas. No momento da entrevista foram entregues, uma Carta de Cessão de Direitos (Apêndice 2), a fim de garantir a segurança do Conselheiro, sobre o seu depoimento oral.

Foi possível também a partir da pesquisa bibliográfica e documental exploratória, compreender as dificuldades que justificavam a ausência do PM, bem como verificar os principais temas que devem estar presentes neste documento.

⁶¹ O RAPPAM (Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management) é um método desenvolvido pela Rede WWF para a avaliação rápida e priorização do manejo em unidades de conservação (WWF, 2018).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Visando melhor compreender a dinâmica do colegiado, no dia 14 de julho de 2017, na Sede da ESEC-Taim, BR 471 km 537, foi realizada uma participação como ouvinte, sem direito a voz e voto, da reunião plenária do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Nesta participaram 27 representantes (Figura 12 e 13), que debateram sobre os diversos temas, destacando-se a temática PM, Situação fundiária, BR 471, entre outros, conforme Apêndice 4 - Quadro 42.



Figura 12 – Fotografia da Reunião plenária do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Imagem cedida pelo ICMBio, 2017.



Figura 13 – Fotografia da Reunião plenária do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Imagem cedida pelo ICMBio, 2017.

Neste encontro observou-se que os representantes interagem bem, participavam ativamente dos debates e contribuíam com as suas experiências. Aqui, foi possível entrar em contato com os atores-chave - os entrevistados - que compunham o Grupo de Trabalho (GT) do Plano de Manejo – 18 instituições-membro. De acordo com informações colhidas na reunião e nos documentos de registro, este grupo formou-se em 2013, com o objetivo de examinar as demandas na ESEC-Taim, bem como os conflitos, visando à elaboração de um PM para a UC.

Após este primeiro encontro, no período de setembro de 2017 a janeiro de 2018, buscou-se estabelecer o contato com os conselheiros do GT do Plano de Manejo via e-mail para a realização das entrevistas, no qual se obteve o retorno de (9) conselheiros, sendo que apenas (7) optaram por participar da pesquisa. Sendo eles os representantes da:

- Entrevistado 1 - Marinha do Brasil;
- Entrevistado 2 - Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- Entrevistado 3 - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);
- Entrevistado 4 - Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA);
- Entrevistado 5 - Prefeitura Municipal do Rio Grande;
- Entrevistado 6 - Sindicato Rural do Rio Grande;
- Entrevistado 7 - Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar.

Quatro representantes destas instituições aceitaram realizar a entrevista presencialmente (Marinha do Brasil, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal do Rio Grande e Sindicato Rural do Rio Grande), os demais (Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas e Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar), optaram por responderem as questões através de mensagens eletrônicas (e-mails). Para estes últimos, foi encaminhado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo as informações sobre a pesquisa e sobre a utilização dos resultados (Apêndice 3).

6.2. APURAÇÃO DOS DADOS

Além dos dados obtidos nas entrevistas, foram exploradas, a partir de uma análise documental, trinta e três (33) Atas das reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim, realizadas no período de 2002 a 2017, no qual foram elaborados trinta e três (33) quadros-síntese, contendo informações sobre o período de realização da reunião, sua tipologia (ordinária ou extraordinária), número do documento, assunto/tema central e os aspectos relevantes de cada um delas (Apêndice 4).

Através destas informações foi possível construir uma listagem com uma classificação ordenada dos temas debatidos em assembleia. Verificou-se então que no período mencionado, trinta e sete (37) temas foram amplamente debatidos, sendo a Ampliação da ESEC-Taim, a temática mais discutida, seguida do Plano de Manejo e da BR 471 (Tabela 3).

Com base na análise das Atas e composição da listagem também foi possível constatar que o tema Plano de Manejo é reconhecido como temática relevante para a manutenção da qualidade da UC, sendo discutida com grande frequência nas reuniões plenárias do Conselho Consultivo da ESEC-Taim.

Ademais notou-se que o tema tanto aparece nas Atas do Conselho Consultivo como temática de pauta, como também foi recorrente sua menção nas reuniões, principalmente após os anos de 2009, demonstrando que a não elaboração do mesmo, não se deu por desinteresse do Órgão Gestor, tampouco da instância colegiada.

Tabela 3 – Relação dos temas discutidos nas reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim no período de 2002 a 2017, ordenados pelo número de ocorrências.

Classificação ordenada	Número de ocorrências	Tema central
1.	17	Ampliação da ESEC - Taim
2.	14	Plano de Manejo
3.	13	BR 471
4.	9	Centro Interpretativo ⁶²
5.	8	Conselho Consultivo
6.	7	Práticas Sustentáveis na ZA
7.	6	Compensação ambiental
8.	6	Estudo fundiário
9.	6	Regimento interno
10.	6	Zona de Amortecimento
11.	6	Aniversário da ESEC - Taim
12.	5	Inclusão de membros no Conselho
13.	5	Recursos hídricos – gestão das águas
14.	3	Fiscalização
15.	3	Grupos de trabalhos
16.	3	Pesquisas
17.	3	Proteção
18.	2	Incêndio
19.	2	Licenciamento
20.	2	<i>Pinus sp.</i>
21.	2	Planejamento
22.	2	Apresentação da nova chefia
23.	1	Análise da situação da ESEC – Taim – política e administrativa
24.	1	Avaliação do Conselho
25.	1	Criação de áreas protegidas
26.	1	Impacto e ações mitigadoras
27.	1	Linhas de transmissão de energia
28.	1	Novas Instruções Normativas
29.	1	Parques eólicos
30.	1	Qualidade da água
31.	1	Reformas
32.	1	Servidores e capacitação
33.	1	SIG Participativo
34.	1	Situação das bases
35.	1	Cooperação entre as prefeituras de Rio Grande e SVP ⁶³
36.	1	Turismo rural
37.	1	Visitação

Fonte: Elaboração própria.

⁶² De acordo com as Atas das reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim, o termo Centro Interpretativo sofreu algumas alterações em sua denominação ao longo dos anos, sendo chamado inicialmente de Centro de Visitantes e Centro de Educação Ambiental e posteriormente Centro Interpretativo. Optou-se por utilizar na listagem o termo mais recente.

⁶³ Município de Santa Vitória do Palmar.

Percebendo a relevância e o interesse no tema PM, buscou-se então verificar as razões que justificavam a ausência deste documento, até os dias atuais, bem como verificar as dificuldades e entraves para a sua elaboração e consequente implementação.

Entretanto, foi a partir das entrevistas que alguns esclarecimentos vieram à tona. Em 2002 com o regulamento do SNUC, foi conferida a cada UC a responsabilidade na elaboração e construção de um PM, que disciplinasse as suas atividades. Contudo, nesse ano o Conselho Consultivo da ESEC-Taim, estava começando a se estruturar. Ainda não apresentava normas internas, que foram surgir apenas em 2003, com a aprovação do Regimento Interno 01/2003. Também neste período, conforme percebido nos documentos de registro, o Conselho foi lentamente se constituindo e se apropriando das demandas da UC.

Outra importante questão foi que a UC em 1978, em face da sua relevância foi decretada através do Decreto nº 81.603/1978 como área de utilidade pública para fins de desapropriação. Esta área abrangia 33.815 hectares e situava-se entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, ocupando uma porção do município de Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar, necessária para a instalação de uma Estação Ecológica: a *Estação Ecológica do Taim* (Figura 14a).

Entretanto, foi somente em 1986 que o Banhado do Taim foi decretado como UC Federal, de acordo com o Decreto nº 92.963/1986, sendo criada com apenas 10.764 hectares (Figura 14b) deixando de fora áreas que necessitavam de importante conservação.

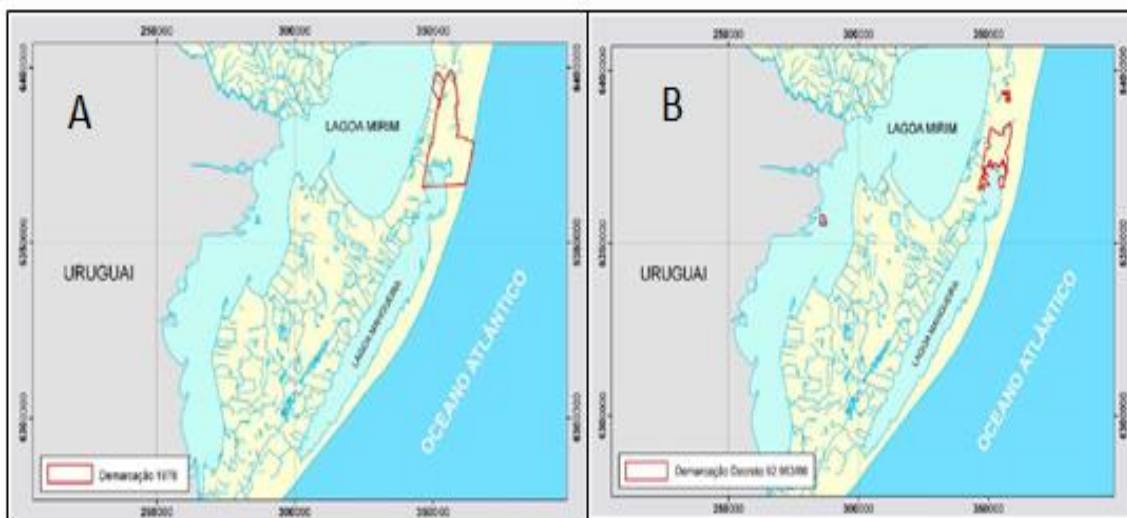


Figura 14 - A) Limites da ESEC-Taim Decreto 81.603, de 26 abril de 1978. B) Limites da ESEC-Taim, Decreto 92.963, de 21 de julho de 1986. Fonte ICMBio 2013.

Esta situação forçou os responsáveis a reajustarem os limites estabelecidos, o que demandou longos anos de acordos e discussões. A partir de 2009, com a nova gestão foi que esta questão ganhou impulso. De acordo com o gestor foram 5 anos de discussão e 3 anos esperando a publicação do decreto (Quadro 42). Assim foi somente com o reajuste na poligonal da UC que foi possível atentar para elaboração de um PM. Na fala dos entrevistados também é possível confirmar esta informação, como pode ser observado a seguir:

“ Custou ter o Plano de Manejo por que primeiro teve que se definir a poligonal e a zona de amortecimento, então houve um atraso, até em Brasília, para poder homologar, definir e aprovar estas poligonais e depois discutir em audiência pública e eu acho que ai foi o principal motivo de ter retardado... em 2002 acho que era impossível... hoje se fala em um Plano de Manejo em cima do que foi aprovado... os 33 mil hectares com a ampliação, juntamente com a sua zona de amortecimento...” (Entrevistado 6 – representante atuante desde a formação do Conselho Consultivo).

“(...) desde 2009, que foi o período que mudou a gestão, entrou o Henrique... daí ele entrou com uma sistemática... elencou pontos e começou a trabalhar... e uma das questões foi ver a questão fundiária, e quando ele começou a trabalhar nas questões fundiárias... e aí entrou essa coisa confusa que era a área do Taim... então primeiramente foi-se trabalhado esta parte da ampliação e a criação da zona de amortecimento que não tinha, para depois ver o Plano de Manejo... e lá se foram anos de discussão... o processo de ampliação foi construído todo dentro do Conselho ... então foi um processo demorado... não foi uma coisa no canetaço.... foi uma coisa bem discutida... e depois ficou muito tempo para ser... embora tenha tido a chancela de toda a comunidade da região... passou pelo Governo do Estado, Prefeitos dos dois municípios... custou a sair... então acredito que por isso é que demorou para sair o Plano de Manejo” (Entrevistado 4).

Em 2017 então, foi decretada a ampliação da Unidade, sendo acrescidos mais de 22 mil hectares, totalizando uma área de 32.797 hectares (Figura 11), de acordo com o Decreto s/n de 5 de junho de 2017. Esta extensão dos limites da UC teve como objetivo, conforme o Art. 1º “preservar banhados e lagoas, dunas, campos, matas e ecossistemas associados; proteger os recursos hídricos; e garantir a manutenção dos serviços ambientais”, que não haviam sido considerados anteriormente.

Outra questão também importante destacada pelos conselheiros foram as dificuldades financeiras que prejudicaram que algumas ações fossem estabelecidas, como aquelas relacionadas ao setor fundiário, por exemplo.. Cinco (5) dentro dos sete (7) entrevistaram apontaram para esta questão como uma dificuldade na elaboração do PM dentro da UC.

Também através das entrevistas temas importantes que devem ser priorizados no PM foram apontados. Para os atores-chave consultados a mortandade dos animais na BR-471, os alvos de conservação, as ações de fiscalização, as práticas sustentáveis na ZA e o manejo do hidroperíodo deve ser claramente e amplamente debatidos e devem constar no PM da ESEC-Taim.

Posteriormente, a partir de todas as informações obtidas, tanto pelos documentos como pelas entrevistas, foi possível elaborar um quadro contendo os principais pontos fracos e fortes do ambiente interno e as principais ameaças e oportunidades do ambiente externo, conforme Quadro 10.

Quadro 10 – Análise Estratégica – Pontos fracos, ameaças, pontos fortes e oportunidades.

	Ambiente Interno	Ambiente Externo
Forças Restritivas	<p><u>Pontos Fracos</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade de fiscalização; 2. UC cortada por uma rodovia federal; 3. Dificuldade orçamentária; 4. Morosidade na elaboração e implementação de programas, planos e ações; 5. Pouco recurso humano para atuação na Unidade; 6. Poucas reuniões ao longo dos anos; 7. Baixo retorno dos resultados e dos estudos técnicos – científicos para a comunidade; 	<p><u>Ameaças</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 8. Atropelamento de animais na BR-471; 9. Caça e pesca ilegal; 10. Ocorrência de incêndio de origem natural e antrópico; 11. Plantio de espécies exóticas invasoras; 12. Pressão turística sobre a UC; 13. Restrições orçamentárias;
Forças Impulsoras	<p><u>Pontos Fortes</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 14. Apresenta 'vontade de gestão'; 15. Existência de um Conselho Consultivo estruturado e ativo; 16. Envolvimento com a comunidade; 17. Práticas Sustentáveis; 18. Iniciativa de ecoturismo programado; 19. Formação de grupos de trabalhos; 20. Medidas para reduzir os impactos da BR-471; 	<p><u>Oportunidades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 21. Reconhecimento internacional; 22. Existência de instrumentos legais e técnicos que contribuem com a proteção da unidade; 23. Realização de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais e internacionais; 24. Desenvolvimento de pesquisas; 25. WebGIS Taim; 26. Apoio e envolvimento da comunidade local.

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor compreensão as discussões foram apresentadas em duas partes:

- a) *Análise das Forças restritivas* incluindo o diagnóstico dos pontos fracos do ambiente interno e das ameaças do ambiente externo, juntamente com o prognóstico para a sua superação; e
- b) *Análise das Forças impulsoras*, incluindo o diagnóstico dos pontos fortes do ambiente interno e das oportunidades do ambiente externo, juntamente com o prognóstico para o seu incentivo.

6.2.1. ANÁLISE DAS FORÇAS RESTRITIVAS

6.2.1.1. Diagnóstico dos Pontos Fracos

A fiscalização do meio ambiente é um mecanismo estratégico de proteção das UCs. Esta prática está alicerçada no poder de polícia ambiental, previsto no ordenamento jurídico brasileiro⁶⁴, e exercido pelo ICMBio, IBAMA e demais órgãos do SISNAMA. No caso da ESEC-Taim, destacam-se as ações de fiscalização que ocorrem em áreas com eventos e demandas já conhecidas, que necessitam de acompanhamento e intervenção periódica; e as que ocorrem por denúncia da comunidade local. De acordo com os documentos de registro (Ata 01/2017), há a dificuldade de atuação do ICMBio (1), em limites externos a UC. Fora da zona de amortecimento há a necessidade da cooperação da PATRAM e do IBAMA. Outra questão importante, é que o treinamento do ICMBIO é diferente destes outros órgãos. O ICMBio como destacado pelo gestor da UC

“(...) é treinado para se proteger e fazer o olhar sobre a área ambiental o que já é diferente da doutrina da PATRAM. O que podemos fazer mais é a presença ostensiva” (Fala - Gestor 2009/2017; Ata 01/2017 – Quadro 42).

⁶⁴ Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 – Poder de polícia ambiental exercido pelo ICMBio, arts 1º e 5º; Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, a Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009, que dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e a Portaria ICMBio nº 44/2008, que regulamenta a fiscalização do Instituto.

Importante também destacar que a dificuldade também se encontra no acesso a determinados locais da UC, por exemplo, em áreas onde ocorrem pesca ilegal. Como pode ser observado na fala do Entrevistado 1:

(...) não temos como acessar aqueles pescadores que ficam ali dentro do Taim, irregularmente, neh lógico... porque não temos acesso... mas a gente prometeu que quando eles quisessem a gente poderia fazer uma inspeção naval, com helicóptero, só que esta inspeção impossibilita da gente descer com a aeronave no local aonde esta acontecendo a pesca irregular... é possível somente visualizar (...) (Entrevistado 1).

Outro ponto fraco da UC, esta na instalação da BR-471 (2), que corta e margeia a ESEC-Taim (Figura 15). Esta rodovia foi implantada na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1953 e asfaltada na década de 1960 (MPF, 2017), há 33 anos antes da criação da ESEC-Taim na localidade e estando sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT)^{65 66},

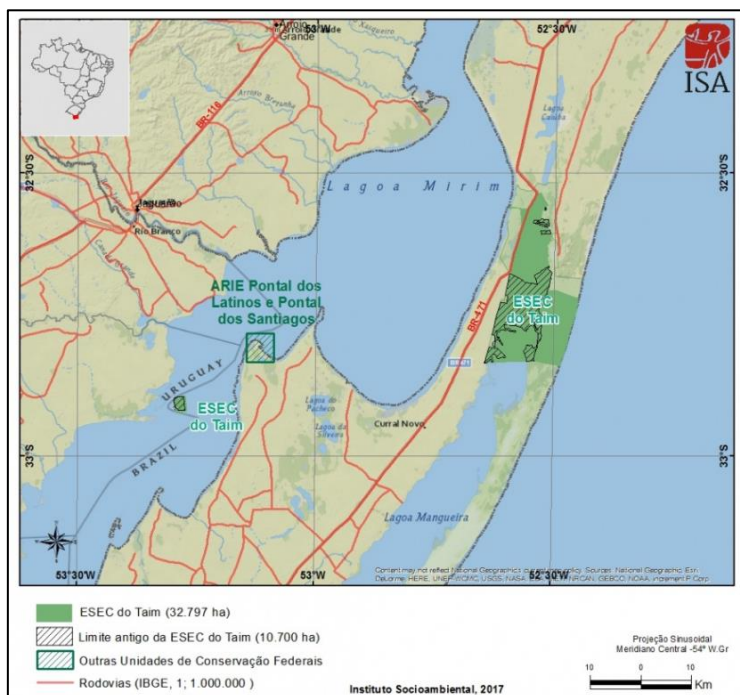


Figura 15 – Rodovia BR-471. Fonte MPF, 2017.

⁶⁵ Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. Cria Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.

⁶⁶ Com a criação do DNIT, ficou extinto o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, antigo responsável pela rodovia BR-471. Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 102.

Claro que, tendo em vista as grandes proporções de bens transportados, bem como a possível melhor mobilidade dos indivíduos, é evidente a importância das rodovias para a economia brasileira. Contudo, a instalação destas podem comprometer a hidrologia, a geomorfologia, e a distribuição e estrutura de populações vegetais e animais (BARGER, 2003), como é observado na própria ESEC-Taim, visto que a rodovia tornou-se um grande corredor faunístico, impactando sobremaneira as espécies que ali habitam.

Dificuldades financeiras (3) foi outro ponto fraco apontado para a elaboração do PM, pelos Conselheiros.

“(...) um ponto fraco é o baixo incentivo financeiro... eles têm bastante vontade... falta o financeiro... eu os vejo pedindo muito apoio, reunindo a gente para pedir apoio... ou seja, eles não têm muita independência ao que eles querem fazer... (...) eles não tem independência econômica” (Entrevistado 1).

“Acredito que deva estar diretamente relacionado com recurso... porque a partir do momento que se institui o Plano de Manejo... se constrói compromissos, de obrigatoriedade que envolve recursos... (...) acho que o nosso problema não é legislação... nós temos de sobra... o nosso problema é ter dinheiro para fazer cumprir estas legislações... então eu acho que o Plano de Manejo é um documento muito técnico e que precisa de recurso para ser aplicado após firmado... acredito eu que este seja um grande empecilho no momento” (Entrevistado 5).

Vale lembrar que a muitas das ações da ESEC-Taim, dão-se a partir dos valores advindos das compensações ambientais, previstas pelo SNUC, e pelo orçamento do próprio ICMBio. Destaca-se que de acordo com as entrevistas e com os documentos de registro a UC apresenta baixa captação de recursos de outras fontes.

Outro item a ressaltar é a morosidade na elaboração e implementação de programas, planos e ações (4). Nota-se que conforme os documentos de registros, muitas iniciativas levam tempo para saírem do papel. Dentre outros fatores, que não puderam ser observados na pesquisa, o baixo número de profissionais (5), bem como o baixo número de reuniões (6), podem ter contribuído para esta realidade. Pelo que se observou há grande demanda e poucos encontros da instância colegiada. Quando as reuniões acontecem, muitos temas são pouco aprofundados e acabam ficando para serem analisados ou reanalisados meses depois, o que sem dúvida, permanecendo assim dificultará a elaboração e consequente elaboração do PM.

Aqui vale destacar que os itens 4, 5, 6, apesar de estarem mais voltados para os pontos fracos da gestão da ESEC-Taim, estes acabam por, mesmo que de forma indireta, contribuir de forma negativa para todo o processo de construção do PM da UC.

Por fim, salienta-se que a UC também apresenta outro ponto fraco em seu ambiente interno que pode comprometer a elaboração do PM: o baixo retorno dos resultados e dos estudos técnicos – científicos para a comunidade (7), com exceção do material desenvolvido pelo GT de Ampliação da UC, que foram apresentados no “*Resumo Executivo da proposta de ampliação da Estação Ecológica do Taim*”, que contou com a participação efetiva do Conselho Consultivo, sendo publicado pelo ICMBio e disponibilizado via internet no ano de 2013. Muitos dos trabalhos desenvolvidos dentro da ESEC-Taim, como o resultado dos GTs, não são divulgados para a população, o que de acordo com Loureiro & Cunha, (2008), dificulta o público em geral acompanhar o processo de gestão, o que é um direito.

6.2.1.2. Prognóstico dos Pontos Fracos

A ESEC-Taim apresenta pontos fracos que necessitam serem superados para que não haja comprometimentos na elaboração do PM, visto que a permanência destas ações no ambiente interno acaba por potencializar as ameaças advindas do ambiente externo, como por exemplo, a dificuldade de fiscalização (1), aliada a dificuldade com os recursos financeiros (3) e humanos (5), acabam por fortalecer e intensificar a ameaça caça e pesca ilegal (9), que sem medidas protetivas tendem a tornarem-se mais prejudiciais.

Outro exemplo, é o caso da morosidade na elaboração e implementação de planos e ações (4), que além de serem dependentes de recursos financeiros e humanos, estão vinculados e prejudicados pelas poucas reuniões do Conselho Gestor (6) que por serem muito espaçadas tornam o processo bem mais lento do que necessitaria.

Outra questão é a existência da BR-471 na ESEC-Taim (2). Este ponto fraco pode ser superado com o fortalecimento de um ponto forte do ambiente interno: as ações desenvolvidas pela UC para mitigar os impactos da rodovia (20).

Assim, para atenuar e/ou extinguir alguns pontos fracos recomenda-se a gestão da ESEC-Taim:

- Captação de recursos financeiros de outras fontes, podendo se estabelecer parcerias com outras instituições (23) que possam contribuir neste aspecto;
- Aproveitar o apoio e envolvimento da comunidade (16, 26) para auxiliar na proteção da UC, podendo através de programas de Educação Ambiental fortalecer a noção de pertencimento dos lindeiros e estimulá-los a monitorar situações suspeitas;
- Aumentar o número de reuniões do colegiado, para que a quantidade de assuntos sejam melhor debatidos e aprofundados;
- Divulgar os resultados dos estudos dos GT e demais estudos para a comunidade, podendo utilizar a Plataforma WebGIS (25), desenvolvida pela UFRGS.

6.2.1.3. Diagnósticos das Ameaças

É sabido que a malha rodoviária impacta sobremaneira os ecossistemas onde inserida, promovendo a perda de biodiversidade – mortalidade por atropelamentos – e a fragmentação de habitats, gerando uma pressão negativa sobre as populações de animais que ali habitam. Os efeitos da presença de estradas sobre a fauna terrestre, sobretudo aquela constituída por vertebrados, têm sido continuamente reportados. Diversos pesquisadores, como Novelli, 1988; Fisher, 1997; Motta, 1999; Bagatini, 2006; Prado, *et al* 2006; Weiss & Vianna, 2012; Matia, 2016; Souza, *et al* 2017; Santos, 2017, demonstraram interesse por esta temática e puderam perceber o crescente número de atropelamentos à fauna que ocorrem em rodovias brasileiras. Situação semelhante é encontrada na BR 471, rodovia que se situa entre os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, e liga a região sul do Brasil aos países Uruguai e Argentina, e que atravessa e margeia a ESEC-Taim.

Não é de hoje, que elevados índices de mortandade de animais silvestres são encontrados nesta rodovia (8). Desde 1991, as mortes de

animais são objeto de atuação do Ministério Público Federal (MPF)⁶⁷. Em 2017, foi instaurado uma Ação Civil Pública, pelo MPF, contra o DNIT, responsável pela rodovia e contra o IBAMA, em virtude dos alarmantes números de animais vitimados pelos atropelamentos. No período de abril de 2010 a outubro de 2016 foram encontrados um total de 2.599 animais, dos quais 1.545 mamíferos, 284 aves, 633 répteis e 137 anfíbios, incluindo espécimes ameaçadas de extinção - gato-do-mato-grande (*Oncifelis geoffroyi*) e jaguarundi (*Felis yagouaroundi*). Somando aos dados disponíveis para o ano de 2017, foram encontrados nesta rodovia 3.389 animais silvestres mortos por atropelamento (MPF, 2017).

Ressalta-se que de acordo com Nauderer (2016) a partir dos levantamentos realizados uma das espécies com maior índice de atropelamento é a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), e que de acordo com os dados apresentados pelo MPF (2017), entre os meses de abril de 2010 e outubro de 2016 apresentaram na rodovia mortandade de 1.291 espécimes.

Esta ameaça é corroborada nos últimos resultados, dos anos de 2015 e 2016 do método RAPPAM aplicados na ESEC-Taim. Também segundo as informações colhidas nas entrevistas este item foi apresentado como uma grande fragilidade do UC, como pode ser observada nas falas de três entrevistados:

“A olhos nu, a maior ameaça seria a mortandade dos animais na BR... é o que mais choca...” (Entrevistado 6).

“(...) no Taim, outra fragilidade é a BR, o atropelamento dos animais ... uma coisa bem discutida (...)” (Entrevistado 4).

“(...) ameaça?! A gente tem a estrada, qual o problema da estrada?!... mortandade dos animais” (Entrevistado 5).

Outra ameaça encontrada foi a caça e a pesca ilegal (9), sendo a UC alvo constante de infratores. Estas práticas são encontradas na UC já há algum tempo, mas é partir do ano de 2009, de acordo com os documentos de registro da UC, que houve um aumento no número de indivíduos com redes de pesca e armas de fogo. Em 2017, foi observado um cenário de maior violência no campo. Foram apreendidos 3 embarcações, 2 automóveis, 2.000 mil metros de rede e 3 armas de fogo e foram aplicadas 17 multas no setor de caça e pesca

⁶⁷ Inquérito Civil nº 08119.000081/92-51 (Portaria nº 04, de 24/09/91, in DJ 23/10/91, Seção I, p. 14.939).

(Quadro 42). As consequências destas ações passam pelo desequilíbrio da cadeia alimentar e do ecossistema, visto que cada animal apresenta uma função ecológica; até a possível extinção de espécies, uma vez que muitas que ali se encontram já estão ameaçadas. Ressalta-se também que além dos efeitos negativos para o ambiente natural, esta ação acaba possibilitando que outros crimes venham a ser cometidos como o comércio ilegal de animais silvestres, previstos no Art. 29 da Lei de Crimes Ambientais.

Outra ameaça a UC é a ocorrência de incêndios (10). De acordo com o noticiário local, a ESEC-Taim entre 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2008, teve aproximadamente 4.000 hectares de área atingida. Em 2013, de acordo com os documentos de registros da UC, foi atingida em 5.600 hectares de terra (3,1hc dentro da UC e 2,5hc fora dos seus limites), comprometendo a biodiversidade ali presente. Conforme o entrevistado 6 medidas de prevenção necessitam serem tomadas:

“(...) acredito que precisa se ter uma preocupação grande também com os incêndios, já que teve 2 incêndios grandes.... que demandou bastante esforço de todos... este ultimo por eu estar mais nestas questões da Estação e do Conselho eu fiquei mais abatido... porque a gente esta ali, esta muito próximo da Estação ... tu via , tu verificava a impossibilidade e a impotência do homem em controlar aquele fogo, então temos que trabalhar mais com prevenção...” (Entrevistado 6).

Outra importante ameaça a ser superada é a existência de espécies exóticas invasoras (11) no entorno da UC. Na década 70, como alternativa econômica para a utilização das áreas arenosas do litoral, antes destinadas ao pastoreio ou inexploradas, exemplares da espécie *Pinus sp.* - nativas do Norte Hemisfério, com o mais alto potencial invasivo em todo o mundo (REIS et al 2006, ZANCHETTA & PINHEIRO, 2007) - e *Eucalyptus sp.* foram plantadas nos limites da ESEC-Taim.

A madeira advinda das florestas destas espécies foi basicamente utilizada pela *Companhia Trevo Florestal*, proprietária de cerca de 7.500 hectares Foi a partir da instalação desta empresa que a comunidade local começou a crescer, devido a formação do núcleo inicial com seus funcionários, que passaram a viver com suas famílias na pequena vila construída pela empresa (NEMA, 2002).

Entretanto, apesar do crescimento econômico advindo desta prática, sabe-se que o *Pinus sp.*, em escala industrial é apontado como fator de desequilíbrio ecológico, devido a sua dispersão fácil e por inibir o desenvolvimento de populações da fauna e flora nativas (NEMA, 2002) prejudicando a UC. Considerando estas questões em 2011 aproximadamente 10 mil hectares de *Pinus sp.* foram removidos da região do Taim (Quadro 28), e em 2014 (Quadro 37), houve um pedido por parte da administração da UC para a remoção desta espécie em localidades em que os proprietários não apresentavam autorização para o plantio. Contudo, por ser uma espécie considerada invasora necessita constantemente de manejo adequado.

A pressão turística (12) vem a ser também outra ameaça a região. Autores como Sete (2010), Schreiner (2012) e Eichenberger (2015), têm destacado para o aumento do turismo, principalmente o de sol e praia⁶⁸, na localidade da Capilha. Salienta-se então que como qualquer outra atividade turística, esta propicia o aumento de turistas, resíduos e veículos, que acabam por comprometer o ambiente, quando não estabelecido de forma adequado. Assim, necessita-se atentar para esta emergente atividade em virtude dos potenciais impactos.

O contingenciamento dos recursos financeiros (13) vem a ser outra importante ameaça a ser driblada, na elaboração e na implementação do PM. De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2018), em 2014, por exemplo, três atividades essenciais à gestão das UC não ocorreram ou aconteceram parcialmente devido a cortes orçamentários, sendo elas: a fiscalização (-31%), ações de educação e sensibilização ambiental (29%) e monitoramento da biodiversidade (-27%). Sem dúvida, uma situação que afetou e afeta a boa gestão da ESEC-Taim, que provavelmente foi atingida.

Cabe ressaltar que de acordo também com o INESC (2018), o orçamento aprovado para o MMA e seus órgãos vinculados, em 2017 foram reduzidos em 12% totalizando R\$ 480,5 milhões. Em termos globais, os recursos destinados à área ambiental passaram de R\$ 3,97 bilhões em 2017 para R\$ 3,49 bilhões

⁶⁸ Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. (BRASIL, 2010).

em 2018, o que pode comprometer não só a gestão da ESEC-Taim como das demais UC e atividades relacionadas a esta temática no país.

6.2.1.4. Prognóstico das ameaças

As ameaças advindas do ambiente externo apresentadas na ESEC-Taim, não sendo superadas comprometem sobremaneira a qualidade da UC. Os altos índices de animais mortos na BR-471 (8), a caça e a pesca ilegal (9), a ocorrência de incêndios (10), bem como a presença de espécies invasoras (11), podem prejudicar de forma expressiva alta biodiversidade e a própria beleza cênica da ESEC-Taim.

Além das recomendações anteriores, que de certa forma estão atreladas, sugere-se aos gestores da ESEC-Taim, para atenuar e/ou extinguir estas ameaças, ações que devem estar previstas no PM:

- Fiscalização e presença ostensiva do ICMBio, PATRAM e demais órgãos tanto dentro da UC quanto fora, evidentemente respeitando a jurisdição de atuação;
- Atenção especial, para a ameaça *Incêndio* (10), devendo constar no PM medidas de prevenção, bem como parcerias formalizadas com instituições capazes de atuarem em momentos de emergência;
- Fortalecimento de práticas sustentáveis como a plantação de espécies nativas - Pimenta-rosa, por exemplo – para auxiliar na não dispersão do *Pinus sp* – espécie exótica;
- Fazer parcerias com outras instituições e aproveitar o apoio da comunidade para melhor monitorar as práticas dentro e fora da UC;
- Desenvolver o ecoturismo de forma ordenada e programada no entorno da UC.

6.2.2. ANÁLISE DAS FORÇAS IMPULSORAS

6.2.2.1. Diagnóstico dos Pontos Fortes

Como ponto forte, foi destacado a 'vontade de gestão' (14), aqui entendida como a intenção e iniciativa efetiva dos gestores da UC em desenvolver atividades que propiciem a preservação. Foi ressaltado que a gestão de 2009 a 2017 apresentou um perfil mais acolhedor, que considerava e estimulava o envolvimento da comunidade (16), outro ponto forte da ESEC-Taim. Este envolvimento promovido pela administração é percebido principalmente no desenvolvimento das práticas sustentáveis do entorno. Ambos aspectos tendem a contribuir para a elaboração e implementação do PM na ESEC-Taim, como pode ser percebido na fala do entrevistado 6:

“ O plano de manejo da Estação, da Unidade é uma questão muito técnica, acho que a academia vai nos dizer... acho que ele tem que ter primeiro um objetivo compatível com a realidade da Estação... com a realidade do País... e ter o intuito de preservar, ter o zelo com as comunidades e as atividades dali daquele entrono, porque não existe uma conservação do ambiente que não preserve o homem enquanto o seu... a sua base... tem que compatibilizar isso aí... mas o importante é não gerar um entorno miserável, tu tem que ter atividade econômica regulada, licenciada, e isto vai fortalecer a própria Unidade...” (Entrevistado 6).

Outro importante ponto forte dentro da ESEC-Taim é a existência de um Conselho Gestor (15). Por ser uma UC de Proteção Integral a ESEC-Taim dispõe de um Conselho Consultivo, desde o ano de 2002, que passou por diversas modificações ao longo dos anos (Figuras 16, 17, 18 e 19), apresentando atualmente 28 instituições-membros, que representam o setor do Poder Público ou o setor da Sociedade Civil.

Esta instância colegiada participa ativamente, auxiliando para que seja cumprido os objetivos da UC e tem por finalidade apoiar o ICMBio, na implementação, conservação e no desenvolvimento da UC, contribuindo para uma gestão mais democrática. Conta com um Regimento Interno coerente com as necessidades da UC e atualizado, tendo passado por aprimoramento no ano de 2014 (Regimento interno nº 01/2014).

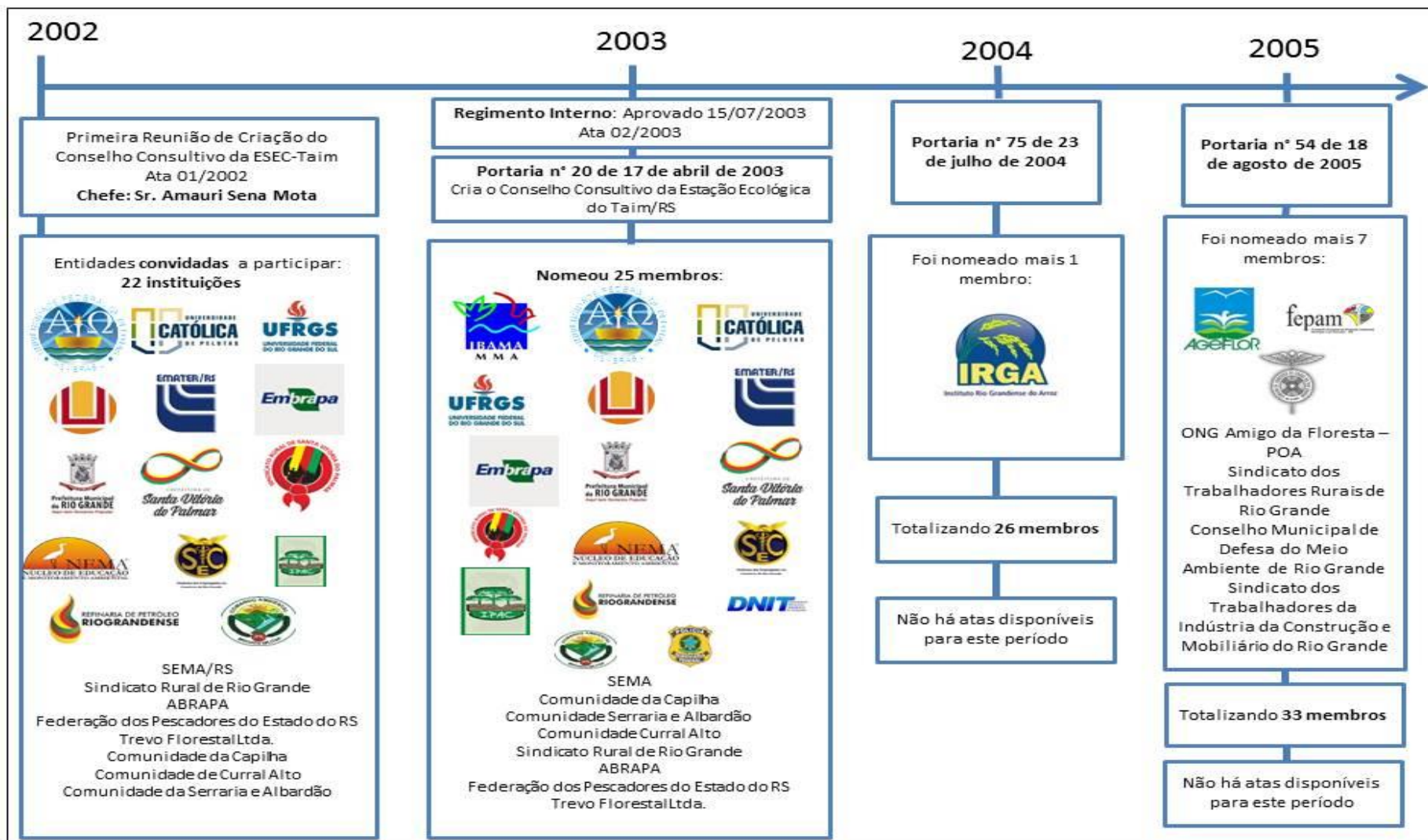


Figura 16 – Linha do Tempo de 2002 a 2005– Histórica do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria.

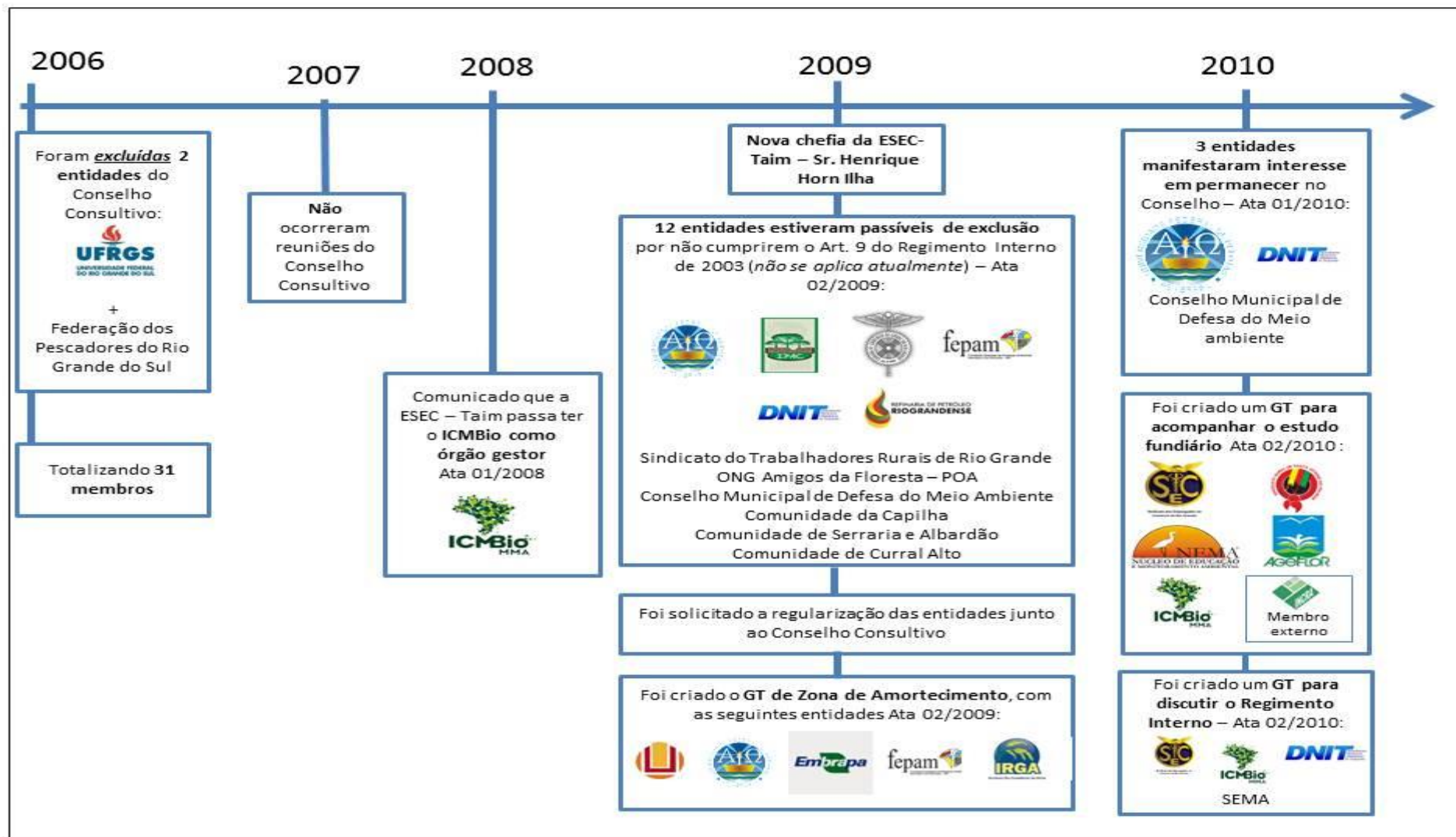


Figura 17 - Linha do Tempo de 2006 a 2010– Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria.

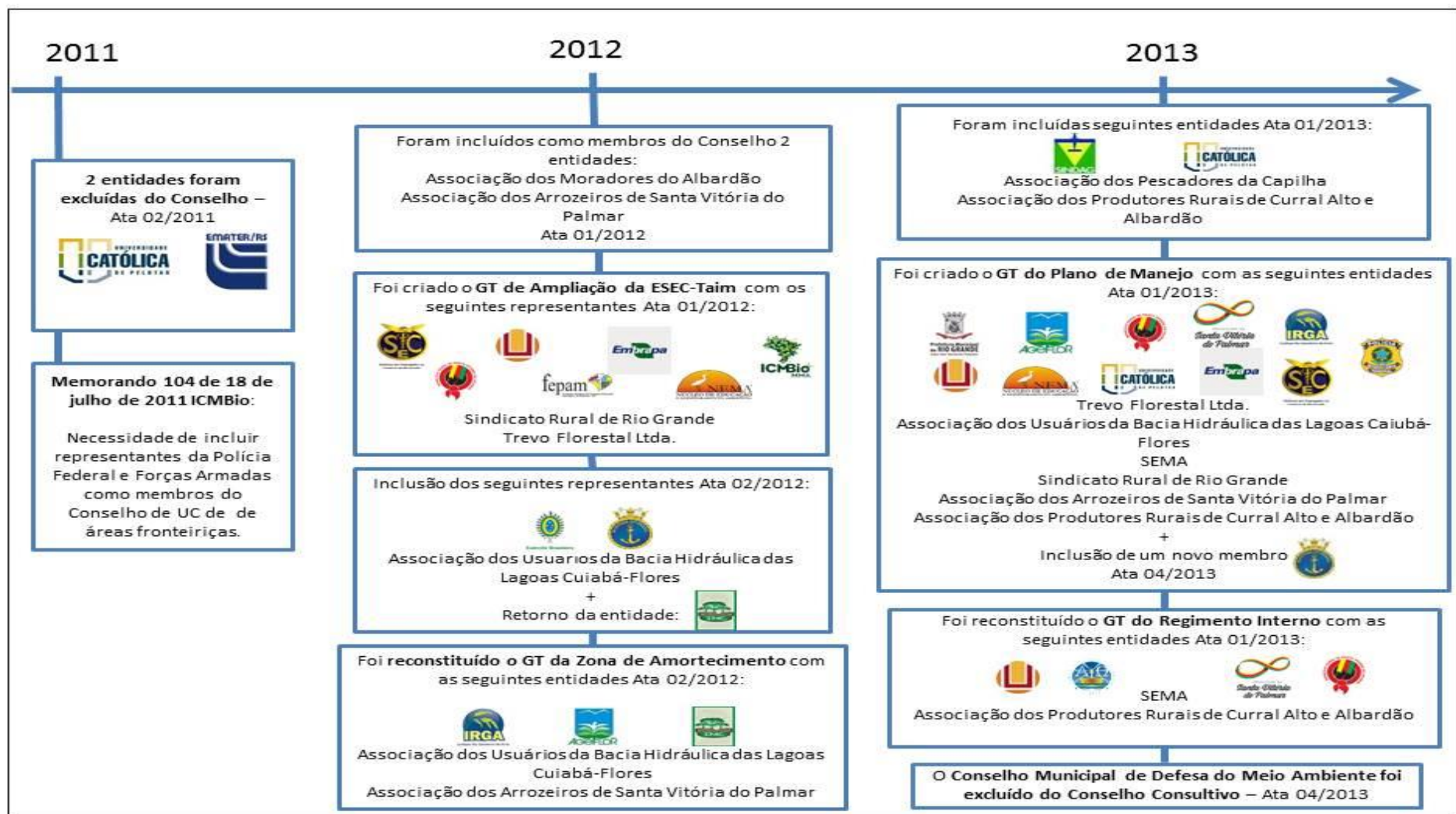


Figura 18 - Linha do Tempo de 2011 a 2013– Histórica do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria.

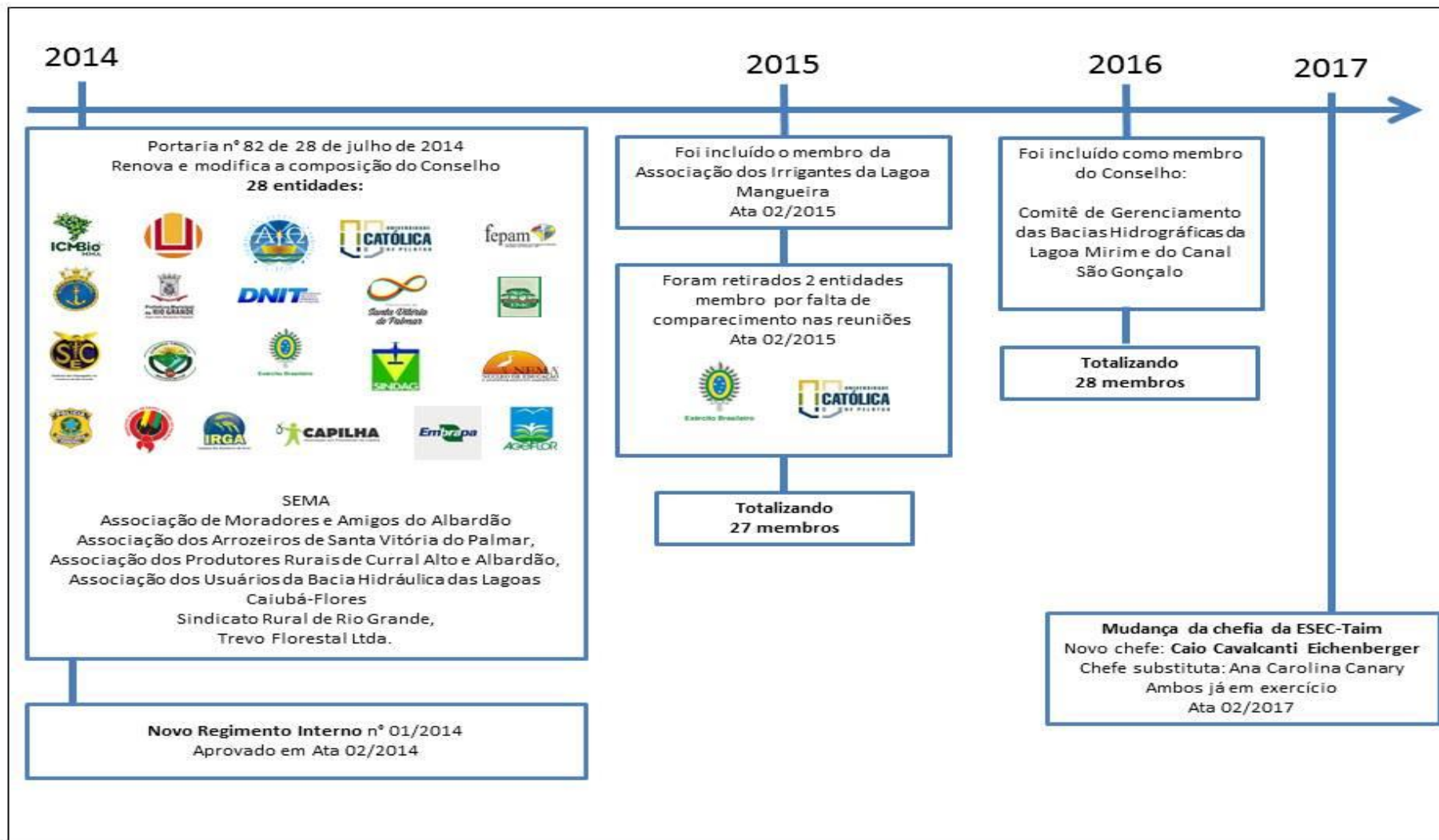


Figura 19 - Linha do Tempo de 2014 a 2017 – Histórico do Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Fonte: Elaboração própria.

As práticas sustentáveis (17) na zona de amortecimento são o grande diferencial da UC. Desde 2014, a gestão tem proporcionado atividades visando melhorar a condição da comunidade do entorno, bem como aproximá-las da UC. Sendo elas:

- Pecuária orgânica⁶⁹, incluindo a homeopatia para os animais.
- Pesca Sustentável;
- Plantio de pimenta-rosa que beneficia as aves; forma corredores ecológicos; funciona como uma cortina arbustiva; auxilia na não dispersão do *Pinus sp.* e também forma sombra e proteção para os animais da pecuária;
- Plantio do arroz orgânico – Arroz Amigo do Taim;
- Soja orgânica – cultivo convencional, com rotação do plantio de soja com a pecuária; - implantação da lavoura em 2016-2017;
- Ecoturismo

Em relação ao ecoturismo (18), a ESEC-Taim, com o objetivo de preservar a natureza, promover a Educação Ambiental e desenvolver a pesquisa, dispõe de museu, auditório e alojamento para visitação da UC. Apresenta quatro trilhas que são realizadas no entorno da UC: a *Trilha da Capilha*, a *Trilha do Tigre*, a *Trilha das Flores* e a *Trilha das Figueiras* (CNUC/ICMBio, 2018): Salienta-se que em 2015, a UC formou 30 guias para a condução de visitantes na região (Quadro 32). Atualmente, a UC, busca a construção de um Centro Interpretativo, com o objetivo de sensibilizar e promover a educação ambiental, além de incentivar o ecoturismo (Quadro 18), projeto este que está em elaboração desde 2009, apresentando dificuldades financeiras.

A formação de grupos de trabalho (19) também é outro ponto forte da UC, que contribui para análise da região e aumenta as informações técnicas necessárias para elaboração de um PM, por exemplo. Ao longo dos anos os conselheiros constituíram diversos GTs para melhor compreender as demandas da Unidade, dentre eles destacam-se:

⁶⁹ A pecuária orgânica é uma prática que visa a manutenção do equilíbrio ecológico englobando os componentes produtivos, ambiental e social, a partir de normas estabelecidas pelas instituições certificadoras. Na criação, o gado orgânico é rastreado desde seu nascimento até o abate, e a alimentação recebe especial atenção sendo orgânica livre de organismos transgênicos (WWF, 2018).

- a) GT “Avaliação de impacto populacional e proliferação das capivaras na área de entorno da ESEC – Taim” (Quadro 15);
- b) GT “Avaliação do comportamento hidrológico do Banhado do Taim (Quadro 15)”;
- c) GT “Avaliação da situação atual da BR 471, localização e impacto causado pela ESEC – Taim” (Quadro 15);
- d) GT de Ampliação da ESEC-Taim (Quadro 30);
- e) GT “Proposta de zona de amortecimento” (Quadro 31);
- f) GT “Regimento Interno” (Quadro 32);
- g) GT do Plano de Manejo (Quadro 32 e 35).
- h) I WorkShop sobre Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim⁷⁰.

Outro ponto forte importante são as medidas para reduzir os impactos negativos que a BR-471 ocasiona (20). Atropelamentos à fauna causados na nesta rodovia é um problema antigo. De acordo com Nauderer (2014) a administração da ESEC-Taim, tendo conhecimento da situação, em 1998 propôs junto com Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o IBAMA e a iniciativa privada, a criação de um Sistema de Proteção a Fauna (SPF), que consistia na colocação de túneis, placas de sinalização para os motoristas, telas, controladores de velocidades, e mensagens de sensibilização para os usuários das rodovias.

Estas medidas continuam até os dias atuais sendo realizadas e constantemente aperfeiçoadas. Com o projeto de “Acompanhamento de Fauna”, desde 2011, que apresenta o número de animais atropelados e os locais onde necessita de maior atenção. (ICMBio, 2011). Estas medidas devem estar previstas no PM e neste sentido pode-se ressaltar a fala do Entrevistado 6:

“(...) não adianta tu confinar os automóveis... a BR existe, vai continuar existindo, é uma rodovia que liga dois países e tu tem que dar condições de dirigibilidade... para os veículos que ali transitam...o que que eu quero dizer com isso aí... tu não pode confinar a BR, botar um muro, botar uma cerca... e tornar esta via perigosa... uma

⁷⁰ O encontro ocorreu no dia 01 de setembro de 2016 e foi destinado a pesquisadores com experiência em aspectos ambientais da planície costeira do estado do Rio Grande do Sul. Foi realizada com o objetivo de levantar os principais indicadores a serem considerados no zoneamento e no PM da ESEC-Taim. O evento foi realizado pela Universidade Federal do Rio Grande e teve como Coordenador-Extensionista o Prof. Cleber Palma Silva

possibilidade que atenuaria bastante a mortandade, era preservar ali... a vegetação lateral (...)" (Entrevistado 6).

Por fim, é importante salientar, que os itens 14,15,16 e 17 estão mais relacionados com os pontos fortes da gestão da ESEC-Taim. Entretanto, são aspectos que acabam por contribuir sobremaneira com o processo de construção do PM na UC.

6.2.2.2. Prognóstico dos Pontos Fortes

A UC apresenta sete pontos fortes que se bem utilizados e valorizados podem impulsionar e colaborar com a elaboração do PM. Com por exemplo, cabe ressaltar que a ESEC-Taim destaca-se por apresentar uma gestão proativa, e por ter construídos ao longo de dezesseis anos um Conselho Gestor plural, participativo e atuante, situação que não é muito comum, conforme já mencionado. Estes dois fatores aliados podem contribuir para a construção de um PM mais coerente com a realidade da UC e que assegure a preservação da mesma.

6.2.2.3. Diagnóstico das Oportunidades

A ESEC-Taim pode beneficiar-se de algumas importantes oportunidades. Como o reconhecimento internacional (21), por exemplo. Destaca-se neste item os seguintes títulos:

- A UC é a primeira estação ecológica a fazer parte da lista de Sítios Ramsar, sob o nº 2298, em 22/03/20174, projetando o Brasil na região Neotropical, no âmbito da Convenção de Ramsar, no que se refere aos valores e benefícios derivados das Zonas Úmidas (RAMSAR, 2017);
- A ESEC-Taim é de grande relevância internacional e nacional, por ser uma das mais importantes áreas de conservação, preservando banhados, lagoas, campos, dunas e matas, e por abrigar uma grande diversidade de espécies de vegetais e animais, (SCOTT et al., 1986, apud NEMA, 2002)., sendo considerada uma zona núcleo da Reserva

da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO (FEPAM, 2009).

- Possui importância internacional na rota das aves, com reconhecimento da International Waterfowl and Wetlands Research Bureau (IWRB) e da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) (ILHA, 2011 apud LOPES & CAPORLINGUA, 2013).
- É considerada área prioritária para a conservação da biodiversidade (atingindo o grau máximo no índice do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - ProBio) (ILHA, 2011 apud LOPES & CAPORLINGUA, 2013).

Todo este reconhecimento internacional coloca a ESEC-Taim em um status diferenciado, que permite benefícios que contribuem para a proteção da UC, tais como: apoio para o desenvolvimento de pesquisas e acesso a fontes internacionais de financiamentos, assessoria técnica; e possibilidade de cooperação regional e internacional. Ressalta-se que este reconhecimento também possibilita maior visibilidade tanto para a sociedade nacional como para a comunidade internacional. (AUGUSTO et al, 2017).

A existência de instrumentos legais, como leis, decretos e instruções normativas, e os materiais de apoio desenvolvidos pelo MMA, IBAMA e ICMBio, e outros (22), como os Roteiros Metodológicos, Métodos como o RAPPAM, e SAMGe⁷¹ Guias para estruturação de Conselhos e oficinas, podem auxiliar a cumprir o objetivo da ESEC-Taim, que é preservar os recursos naturais ali existentes. Atualmente, com a nova abordagem metodológica que será oferecida, em 2018, pelo ICMBio - *Foundation Document* - o PM da ESEC-Taim, poderá ser construído de forma mais objetiva, clara, traduzível para a comunidade em geral, e sem o caráter descritivo comum dos documentos atuais.

Também a realização de parcerias (23) com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais são bem vindas para contribuir com a proteção da UC. Aqui destaca-se que o apoio tanto vem das próprias instituições-membro

⁷¹ O SAMGe é um Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. é uma metodologia de avaliação e monitoramento de gestão, de aplicação rápida, em contínuo aprimoramento, concebida pelo Instituto Chico. Mendes de Conservação da Biodiversidade. (ICMBio), com o apoio operacional do WWF-Brasil e do programa Amazon Region Protected Areas (ICMBio, 2017c).

do Conselho Consultivo, como da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), e outros, como de instituições externas como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo.

Outro item importante, dentro das oportunidades, está o desenvolvimento de pesquisas (24). Por ser uma UC de proteção integral são destinados 90% da área para preservação total e 10% são reservados para pesquisa e educação ambiental (NEMA, 2004). A ESEC-Taim, devido a sua riqueza é alvo de grande interesse por parte dos pesquisadores. Destaca-se que em 2012, a UC esteve entre as 20 UC brasileiras que apresentaram maior número de pesquisas autorizadas no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade. (SISBIO) (SISBIO, 2013). Ressalta-se que o resultado destas pesquisas, podem contribuir para o levantamento socioeconômico ambiental necessário na construção de um PM.

Outra oportunidade é Plataforma Colaborativa de Suporte a gestão e Pesquisa na ESEC-TAIM o WebGIS Taim⁷² (25). Esta plataforma foi desenvolvida pela UFRGS, através de ação de extensão coordenada pela equipe do Laboratório de Modelagem de Bacias, do Instituto de Geociências. Atualmente tem como parceiros o Governo Federal, o Ministério da Educação (MEC), o ICMBio, a FURG, e UFRGS. O sistema esta em fase de construção e funcionará como suporte a gestão e a pesquisa científica da UC, transmitirá informações à população e auxiliará na elaboração do PM, da UC, através da coleta e divulgação das decisões tomadas nos workshops e /ou reuniões de trabalho, para a população em geral.

6.2.2.4. Prognóstico das Oportunidades

Para fortalecer e impulsionar a ESEC-Taim as oportunidades anteriormente mencionadas, podem impulsionar a elaboração e a implementação do PM, visto que este documento para ser elaborado necessita dos dispositivos legais (22), de parceiras com instituições (23), do desenvolvimento das pesquisas

⁷² A plataforma do WebGIS do Taim e demais informações associadas podem ser acessadas através do site <http://www.ufrgs.br/webgistaim>.

(24), bem como da participação da comunidade (26). Também para a melhor construção deve ser divulgado em alguma plataforma de fácil acesso e de fácil interação, como é o caso da Plataforma WebGIS (25).

Desta forma, recomenda-se a utilização destas oportunidades como alavancas para o desenvolvimento do PM, para que assim seja de fato um documento que abarque as reais necessidades da UC, e seja feito da melhor forma possível.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de estruturar um prognóstico para a futura elaboração do PM da ESEC-Taim, a pesquisa verificou que esta temática é considerada relevante tanto para os gestores quanto para a instância colegiada da UC. Identificou que a ausência deste documento ocorreu em virtude da morosidade do estabelecimento dos limites da UC no momento de ampliação e que questões financeiras contribuíram para a lentidão do processo. Foi possível também constatar que a mortalidade dos animais na BR-471, os alvos de conservação, as ações de fiscalização, as práticas sustentáveis na ZA e o manejo do hidroperíodo são temas que necessitam ser priorizados para a manutenção da qualidade da UC, bem como para o cumprimento dos objetivos no qual esta foi criada. Verificou-se também que as forças restritivas (pontos fracos e ameaças) podem ser atenuadas ou extinguidas com o uso das forças impulsoras (pontos fortes e oportunidades). Desta forma em uma avaliação final dos resultados desta pesquisa constatou-se que todos os objetivos propostos foram atingidos.

Salienta-se, portanto, que gerenciar áreas legalmente protegidas, além de ser um grande desafio, exige planejamento, organização, recursos humanos e financeiros, bem como bons instrumentos de gestão, como os PMs. Entretanto, vale lembrar, que não podemos divinizar este documento, pois que *de per si* este não é capaz de garantir a preservação de uma UC. Porém quando elaborado e implementado de forma participativa, utilizando abordagens metodológicas já testadas e atualizadas, como a metodologia *Foundation Document*, e quando há o aproveitamentos das forças impulsoras existentes na

UC, há mais chances de que o objetivo desta, que é a preservação, venha a ser cumprido.

No caso da ESEC-Taim, os fortalecimentos dos aspectos positivos da gestão da UC, podem ser grandes aliados para o desenvolvimento do PM, visto que o sucesso deste, tanto na elaboração quanto na implementação dependerão de boas práticas de gestão ao longo dos anos, devendo sempre, como mencionados nos Roteiros Metodológicos serem desenvolvidos a partir de um processo contínuo, flexível, gradual e participativo.

Cabe ressaltar que nos dias atuais, ainda, muitos PM são compreendidos como uma ferramenta 'fim' e não uma ferramenta 'meio', ou seja, muitos destes documentos são produzidos tão somente para atender as exigências burocráticas, e dificilmente são compreendidos como um instrumento de planejamento. Ademais, muitos são elaborados de forma muito sofisticada e técnica o que muitas vezes permanece intraduzível para a população local. Neste sentido, enfatiza-se que este documento deva estar acessível e ser de fácil compreensão para que assim ele, de fato, possa contribuir para uma gestão e conservação dos recursos naturais de forma efetiva.

Por fim, recomenda-se também a partir de Santos (2004) a:

- Criação de inventários fotográficos que contribuirão para que no processo de elaboração do PM os participantes possam melhor visualizar e compreender a localização dos atributos e dos conflitos ambientais, por exemplo;
- Elaboração de matrizes de congruências e conflitos que possam auxiliar na compreensão do que precisa ser incentivado ou resolvido;
- Realização de oficinas de planejamento, com número reduzido de participantes que auxiliem os gestores na complementação do diagnóstico, na identificação de problemas ou na determinação de potencialidades do meio; e
- Construção de cenários, que possam expressar visualmente os resultados consensuais obtidos nas reuniões.

8. REFERÊNCIAS

- ABIRACHED, C.F de A.et al. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais – Um Guia para gestores e conselheiros**. Brasília, DF. 2014.
- ARAUJO, M. A. R.. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: Segrac, 272 p. 2007.
- AUGUSTO, E. et al. **Governo cria parque nacional e amplia três UCs**. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8960-governo-cria-parque-nacional-e-amplia-tres-ucs%20Leia%20tamb%C3%A9m>:. Acessado em 26 de novembro de 2017.
- BAGATINI, T. **Evolução dos índices de atropelamento de vertebrados silvestres nas rodovias do entorno da Estação Ecológica Águas Emendadas, DF, Brasil, e eficácia de medidas mitigadoras**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. 74p. 2006.
- BANZATO, B. M. **Análise ambiental de unidades de conservação através dos métodos swot e gut: O caso do parque estadual restinga de Bertiooga**. RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 38-49. 2012. Disponível em: <http://revista.gvaa.com.br>. Acessado em: 24 de novembro de 2017.
- BARGER, A. **Avaliação da fauna afetada por atropelamento na Estação Ecológica do Taim e no seu entorno**. Laboratório de manejo e conservação ambiental. Relatório Técnico, Pelotas, UCPEL: 24. 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - de 10 de novembro de 1937**. Diário Oficial da União, 1937.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - de 16 de julho de 1934**. Diário Oficial da União, 1934.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil - de 24 de janeiro de 1967**. Diário Oficial da União, 1967.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 14 de abril de 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - de 18 de setembro de 1946**. Diário Oficial da União, 1946.
- BRASIL. **Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm . Acessado em: 22 de maio de 2017.
- BRASIL. **Decreto 5.758 de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm . Acessado em: 13 de maio de 2017.
- BRASIL. **Decreto 81.603 de 26 de abril de 1978**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Ministério do Interior - Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, áreas de terras nos Municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 23 de maio de 2017.

BRASIL. **Decreto 92.963 de 21 de julho de 1986.** Cria a Estação Ecológica do Taim, em áreas de terra que indica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92963.htm . Acessado em: 18 de abril de 2017

BRASIL. **Decreto 99.274 6 de junho de 1990.** Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm . Acessado em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto de 02 de outubro de 1996.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Enawenê-Nawê, localizada nos municípios de Juína, Comodoro e Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn02-10-1996.htm Acessado em: 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.** Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto_federal_1979_84017.pdf Acessado em 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.** Aprova o código florestal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/2/1934, Página 2882 (Publicação Original), 1934.

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.** Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d84017.htm. Acessado em: 17 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937.** Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/6/1937, Página 13141.

BRASIL. **Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934.** Aprova o Código de Caça e Pesca. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/1/1934, Página 866 (Publicação Original), 1934.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.** Decreta o Código das Águas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/7/1934, Página 14738 (Publicação Original), 1934.

BRASIL. **Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934.** Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm Acessado em: 03 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.714, de 07 de fevereiro de 1986.** Reorganiza a Divisão do Jardim Botânico de São Paulo, do Instituto de Botânica da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Diário Oficial - Executivo, 08 de fevereiro de 1986, p.2.

BRASIL. **Decreto nº 34.256, de 02 de abril de 1992.** Cria o Sistema Estadual de Unidade de Conservação e dá outras providências. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_rs_34256_1992_sistemaestadualuc_rs.pdf Acessado em 04 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 53.037, de 20 de maio de 2016.** Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.037.pdf> Acessado em: 04 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981.** Cria Estações Ecológicas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86061.htm Acessado em 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto s/n de 5 de junho de 2017.** Amplia a Estação Ecológica do Taim, localizada nos Municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/Decreto sn de 5 de junho 2017 amplia esec do taim.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/Decreto_sn_de_5_de_junho_2017_amplia_esec_do_taim.pdf). Acessado em: 12 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.226, de 2 de maio de 1946.** Cria a floresta nacional do Araripe-Apodí. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9226.htm Acessado em 03 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939.** Cria o Parque Nacional do Iguaçu e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/1/1939, Página 867.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.822 de 30 de novembro de 1939.** Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DefaultHaSigen.action?id=526253> Acessado em 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.** Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm Acessado em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL. **Instrução normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf> Acessado em 08 de outubro de 2017.

BRASIL. **Instrução normativa nº 11, de 08 de junho de 2010.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/in112010.pdf>. Acessado em 07 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm .Acessado em: 14 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei 12.651 de 25 de maio de 2012.** Código Florestal. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm .Acessado em 22 de julho de 2017.

BRASIL. **Lei 6.902 de 27 de abril de 1981.** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm . Acessado em: 22 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm . Acessado em 22 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei 9.985 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília (DF): Senado, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviário e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm Acessado em: 07 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.** Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm Acessado em 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7732.htm Acessado em 02 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008.** Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto no 86.061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11799.htm. Acessado em: 03 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Senado Federal. 1989.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm. Acessado em: 26 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. **Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil** – Brasília: MMA. 2008. 242 p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia:** Orientações básicas. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/> Acessado em 24 de janeiro de 2017.

BRASIL. **Projeto Lei 2.892 de 01 de janeiro de 1992.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=38133>. Acessado em: 24 de janeiro de 2017.

BRENTANO, B., FOLLMANN, F. M., FOLETO, E.. **Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Sul**, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo>>. Acessado em 16 de julho de 2017.

BRITO, D. M. C. **Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental.** Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

CGFUN/ICMBio. Coordenação de Consolidação de Limites. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Bioma ESEC-Taim.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2257-esec-do-taim>. Acessado em 05 de janeiro de 2018.

CNUC/MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acessado em 22 de junho de 2017.

CNUC/MMA. **Relatório Parametrizado** - Unidade de Conservação. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=70> .Acessado em: 04 de fevereiro de 2018.

DOUROJEANNI, M. **Análise crítica dos Planos de Manejo de Áreas Protegidas no Brasil.** Áreas protegidas: Conservação no âmbito do Cone Sul. Pelotas. 1 -20p. Disponível em: http://www.academia.edu/5669109/Analise_critica_de_planos_de_manejo. Acessado em 26 de outubro de 2017.

EICHENBERGER, C. C. D. **Diagnóstico participativo no planejamento e ordenamento territorial de Unidades de Conservação: o caso da Estação Ecológica do Taim.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Gerenciamento Costeiro. Universidade federal do Rio Grande. Rio grande: 2015.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. **Programas e projetos.** Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/programas/kfw.asp>. Acessado em 09 de janeiro de 2017.

FERNANDES, C.H.V. HANGAE, L.L.M., MOTA, L.C. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Versão para discussão.** 2011. Disponível em: http://www.funbio.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/Roteiroversao_finalizada_2011_1.pdf . Acessado em: 24 de junho de 2017.

FISCHER, W. A. **Efeitos da rodovia BR-262 na mortalidade de vertebrados silvestres:** síntese naturalística para a conservação da região do pantanal, MS. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Campo Grande, 38p. 1997.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Diagnóstico e caracterização por percepção de bacias hidrográficas.** Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 2005, 91 p.

GALANTE, M.L.V., BESERRA, M.M.L., MENEZES, E. O. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reserva Biológica, Estação Ecológica.** 2002. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteioparna.pdf>. Acessado em: 22 de abril de 2017.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto.** Brasília: Ibama/GTZ. 1996. 122p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas e de Vegetação.** 2004. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acessado em 22 de abril de 2017.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Resumo executivo da proposta de ampliação da Estação Ecológica do Taim.** Setembro de 2013. Disponível em: www.icmbio.gov.br/.../RESUMO_EXECUTIVO_Ampliacao_da_ESEC_do_Taim.pdf . Acessado em 01 de dezembro de 2016.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 9 de 5 de dezembro de 2014.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf .Acessado em 08 de junho de 2017.

ICMBIOa. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia Complementar do Participante. Oficina de Plano de Manejo. Parque Nacional de São Joaquim Santa Catarina.** Agosto de 2016. Disponibilizado pelo ICMBio através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

ICMBIOb. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia do Participante. Oficina de Plano de Manejo. Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará.** Outubro de 2016. Disponibilizado pelo ICMBio através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

ICMBIOc. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório de Gestão Exercício 2016.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

ICMBIOa. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia do Participante. Oficina de Plano de Manejo. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu.** Dezembro de 2017. Disponibilizado pelo ICMBio através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

ICMBIOb. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Ampliação da Estação Ecológica do Taim.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/MAPA_TAIM.jpg. Acessado em 03 de dezembro de 2017.

ICMBIO. **Instrução normativa nº 7, de 21 de dezembro de 2017.** Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Diário Oficial da União de 27/12/2017, nº 247, Seção 1, pág. 162.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Orçamento para o Meio Ambiente em 2018: pior do que parece.** Disponível em: <http://www.inesc.org.br>

IUCN. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources **Protected Area Categories.** Disponível em: <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about/protected-area-categories>. Acessado em 09 de janeiro de 2018.

LOPES, T.; CAPORLINGUA, V. H. **Análise da eficácia jurídico ambiental na Estação Ecológica do Taim – RS.** Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/4966> . Acessado em: 06 de maio de 2016.

LOUREIRO C.F.B. & CUNHA. C.C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação:** elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XI, n. 2. p. 237-253. 2008

MATTIA, D. L. **Atropelamentos de vertebrados silvestres em rodovias do extremo sul e do planalto sul catarinense.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Universidade do Extremo Sul Catarinense. 111p. 2016.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006

MENDES, S. L. & PADOVAN, M. P. **A Estação Biológica de Santa Lúcia, Espírito Santo.** Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello-Leitão. Nova Série. Vitória, ES, nº11/12, p. 7-34, jun. 2000.

MERLIN. G. **Sul do Brasil tem pantanal com exuberante vida selvagem.** Notícias G1. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter>. Acessado em 17 de fevereiro de 2018.

MMA. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - **Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007.** – Brasília: MMA, Série Biodiversidade. 2007.

- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão participativa do SNUC**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. — Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 205p. ;
- MMAa. Ministério do Meio Ambiente. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. **A unidade de conservação e o território: Reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico**. Organização Tereza Moreira e Luiz Fernando Ferreira. Caderno 1. Brasília, 2015.
- MMAb. Ministério do Meio Ambiente. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. **A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação**. Organização Tereza Moreira e Luiz Fernando Ferreira. Caderno 1. Brasília, 2015.
- MMAc . Ministério do Meio Ambiente. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. **O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão**. Organização Tereza Moreira e Luiz Fernando Ferreira. Caderno 1. Brasília, 2015.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Número de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação criados na Esfera Federal**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/11254-conselho-gestor> Acessado em 04 de janeiro de 2018.
- MOTA, A. S. **Avaliação da mortalidade de animais sobre a BR 471 no trecho de influência com a Estação Ecológica do Taim**. Monografia. Universidade Católica de Pelotas. Escola de educação. Curso de Bacharelado em Ecologia. 30p. 1999.
- MPF. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Rio Grande. **Ação Civil Pública**. Disponível em: www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/acp/rio-grande/acp...reserva-taim/at.../file. Acessado em 04 de janeiro de 2017.
- NAUDERER, R. **Avaliação do telamento das margens da rodovia, como medida para redução de atropelamentos de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) na Estação Ecológica do Taim-Rs**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro. Universidade Federal do Rio Grande. 57p. 2014.
- NEMA, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental. **Plano de desenvolvimento sustentável ESEC-Taim**. Rio grande: PROBIO/MMA. Setembro 2002. 85p.
- NEMA. Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental. **Taim: Banhado da vida**. Rio Grande: NEMA, 2004.
- NOVELLI, R., TAKASE, E. CASTRO, V. **Estudo das aves mortas por atropelamento em um trecho da rodovia BR-471, entre os distritos da Quinta e Taim, Rio Grande do Sul, Brasil**. Revista Bras. Zoologia, 5(3) 441-454. 1988.
- PÁDUA, M. T. J. **Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, p. 21-36, 2011.
- PEREIRA, G. S. **O Plano de Manejo e o seu Uso como Ferramenta de Gestão dos Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, 115 p. 2009.
- PEREIRA, P. F. & SCARDUA, F. P. **Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XI, n. 1, p. 81-97, jan.-jun. 2008

PORTZ, L.; MANZOLLI, R.P. E CORRÊA, I.C.S. **Ferramentas de gestão ambiental aplicadas na zona costeira do Rio Grande do Sul, Brasil**. Revista da Gestão Costeira Integrada 11(4): 459-470. 2011.

PRADO, T. R et al. **Efeito da implantação de rodovias no cerrado brasileiro sobre a fauna de vertebrados**. Acta Scientiarum. Biological Sciences, vol. 28, núm. 3, julio-septiembre, 2006, pp. 237-241

RAMSAR. **Ramsar Information Sheet**. RIS for Site no. 2298, Taim Ecological Station, Brazil. Created by RSIS V.1.6 on - 10 July 2017.

RANIERI, V. E. L. et al. **Passado, presente e futuro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: uma síntese dos resultados do seminário nacional**. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, p. 150 – 161, 2011.

RAPPAM. Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação. **Unidades de Conservação Federais 2015**. Material cedido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

RAPPAM. Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação. **Unidades de Conservação Federais 2016**. Material cedido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

REIS, A.; et al. **Novos Aspectos na Restauração de Áreas Degradadas**. Florianópolis: UFSC, 2006. 106 p.

RISSO, L. C. **Zoneamento do Parque Ecológico de Ourinhos SP**. RA´E GA: Espaço Geográfico, Curitiba, n 23 p. 489-519, 2011.

SANTOS, R. A. L. **Dinâmica de Atropelamento de Fauna Silvestre no Entorno de Unidades de Conservação do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, 145p. 2017.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos. 2004.

SCHREINER, G. DE M.. **Proposta de cenários para a delimitação da zona de amortecimento de impactos na estação ecológica do Taim**. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/4027> . Acessado em: 06 de agosto de 2016.

SETE L. R. **Relações entre a estação ecológica do Taim e a comunidade local: conflitos e cooperação**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2010.

SISBIO. Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Número de pesquisas autorizadas**. 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/41-sisbio-em-alta.html>. Acessado em 22 de dezembro de 2017.

SOUSA, N. O. M. *et al.* **Dez anos de história: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza**. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, p. 9 – 19, 2011.

SOUZA, E. V.et. al. Runover animals in a section of the BR-158 road, central region of Rio Grande do Sul. **Disciplinarum Scientia**. Série: Naturais e Tecnológicas, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 265-276, 2017.

TOLEDO, R.F. & PELICIONI, M. C.F. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. Coleção Ambiental: Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2 ed. Ver. E atual. Barueri, SP: Manole, 2014. 1p.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação Ambiental: **As grandes orientações da Conferência Tbilisi**. (Coleção meio ambiente. Série Estudos educação ambiental; edição especial). Brasília: IBAMA, 1998. 158p.

VALENTE, R. C. **A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: UFGJ, Laced, 2010.

VERDI, L. **Brasil terá três novos sítios Ramsar**. 2017. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2203> . Acessado em 22 de julho de 2017.

WEISS, L. P. & VIANNA, V. O. **A study of the impact of federal roads BR-376, BR-373 and BR- 277 roads, Apucarana and Curitiba, Paraná stretch on the run over of wild animals**. Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde, Ponta Grossa, v.18, n.2, p.121-133, jul./dez. 2012.

WOLLMANN, C.A., SIMIONI, J.P.D., IENSSE, A.C. **Atlas Climático do Taim: contribuição ao estudo do clima em unidades de conservação**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 27, p. 30-50, mar. 2015.

WWF. World Wide Fund for Nature . **RAPPAM**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/mata_atlantica/mata_atlantica_acoes_resultados/unidades_de_conservacao/rappam2/ . Acessado em: 03 de dezembro de 2017.

ZANCHETTA, A. D.& PINHEIRO, L. S. **Análise biofísica dos processos envolvidos na invasão biológica de sementes de *Pinus elliottii* na Estação Ecológica de Itirapina – SP e Alternativas de Manejo**. Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 72, 2007.

APÊNDICES

Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Carta de apresentação aos sujeitos e cessão de direitos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Quadros-Síntese das Atas das Reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim no período de 2002 a 2017.



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Oceanografia
Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro



Apêndice 1 - Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas

Participantes:

Representantes do GT do Plano de Manejo

Membros do Conselho Consultivo da ESEC – Taim

Entidade que representa no Conselho:

Nome completo:

Formação e/ou Ocupação:

- 1) Qual a relação existente entre a entidade que o Sr.(a) representa e a Estação Ecológica do Taim?
- 2) Explique um pouco da sua história no Conselho.
- 3) Como está estruturado e como funciona o GT do Plano de Manejo?
- 4) O Sr(a) desenvolve estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência específica? Quais?
- 5) Quais os principais temas que o Sr(a) acredita que devam estar presentes no Plano de Manejo da ESEC-Taim?
- 6) Quais as principais forças restritivas (pontos fracos; ameaças) que o Sr(a) acredita que existam para a elaboração do Plano de Manejo e sua consequente implementação?
- 7) Quais as principais forças impulsoras (pontos fortes; oportunidades) que o Sr(a) acredita que existam para a elaboração do Plano de Manejo e sua consequente implementação?
- 8) O Sr(a) gostaria de fazer alguma consideração, proposição ou sugestão referente aos assuntos tratados anteriormente?



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Oceanografia
Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro



Apêndice 2 – Carta de Cessão de Direitos sobre o Depoimento Oral

Participantes:

Representantes do GT do Plano de Manejo

Membros do Conselho Consultivo da ESEC – Taim

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Informações da pesquisa:

Título do projeto: “Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral”

Pesquisadora Responsável: Charleny Fucolo Almeida⁷³

Telefone: (053) 997035777 E-mail: charlenyfucolo@bol.com.br

Orientadora: Dione Iara Silveira Kitzmann⁷⁴ E-mail: docdione@furg.br

Objetivo: O estudo tem como objetivo geral estruturar um prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim, Rio Grande, RS, a fim de gerar subsídios para a gestão da unidade.

A metodologia de participação na pesquisa é através da modalidade Entrevista. Esclarecemos que a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Assumimos o compromisso de uso ético e acadêmico dos resultados desta entrevista.

Pelo presente documento, eu _____
membro do GT do Plano de Manejo do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim, declaro ceder à pesquisadora Charleny Fucolo Almeida, a propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter documental. A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar e publicar para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, com ressalva de que o entrevistado não será identificado pelo seu nome, e sim como membro representante do segmento _____ no Conselho.

De acordo,

Data / / _____

⁷³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro (PPGC-FURG).

⁷⁴ Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande, pertencente ao Instituto de Oceanografia/Laboratório de Gerenciamento Costeiro – LabGerco.



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Oceanografia
Programa de Pós – Graduação em Gerenciamento Costeiro



Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Informações da pesquisa:

Título do projeto: *“Prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral”*

Pesquisadora Responsável: Charleny Fucolo Almeida⁷⁵

Telefone: (053) 997035777 E-mail: charlenyfucolo@bol.com.br

Orientadora: Dione Iara Silveira Kitzmann⁷⁶ E-mail: docdione@furg.br

Objetivo: O estudo tem como objetivo geral estruturar um prognóstico para a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Taim, Rio Grande, RS, a fim de gerar subsídios para a gestão da unidade.

A metodologia de participação na pesquisa será através do preenchimento de questionário semiestruturado. Esclarecemos que a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Assumimos o compromisso de uso ético e acadêmico dos resultados desta entrevista.

Declaração do(a) participante:

Eu, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa acima referida. Fui informado (a) pela pesquisadora Charleny Fucolo Almeida dos objetivos da mesma de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo ()

----- Assinatura do representante legal Data / /

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste representante legal para a participação neste estudo.

----- Assinatura do responsável pelo estudo Data / /

⁷⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro (PPGC-FURG).

⁷⁶ Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande, pertencente ao Instituto de Oceanografia/Laboratório de Gerenciamento Costeiro – LabGerco.

Apêndice 4 - Quadros-Síntese das Atas das Reuniões do Conselho Consultivo da ESEC-Taim no período de 2002 a 2017.

Quadro 11 - Síntese da Ata nº 01/2002 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2002 – 01/2002 – 11/11/2002 - Ordinária	1º - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição do Conselho Consultivo da ESEC – Taim, pelo Coordenador Administrador e Gerente da Unidade, Amauri de Sena Mota e os representantes designados; • Representantes: UFPEL, UFRGS, FURG, UCPEL, EMBRAPA, EMATER-RS, SEMA-RS, Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, Prefeitura Municipal de Rio Grande, Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A, Sindicato Rural de Santa vitória do Palmar, Associação Brasileira de Preservação Ambiental (ABRAPA), Federação de Pescadores do Estado do RS, NEMA, Trevo Florestal Ltda – Comunidade da Capilha, Comunidade de Curral Alta, Comunidade da Serraria e Albardão, IPAC e Sindicato de Empregados no Comércio de Rio Grande; (não consta o nome dos representantes em ata); • Inclusão de novas entidades representantes: Polícia Rodoviária Federal e DNIT; • Apresentação de cada representante para o grande grupo; • Explanação pelo gerente da unidade, sobre as ações desenvolvidas para formar o grupo representativo do Conselho; (sem detalhamento). • Explanação sobre a Lei do SNUC e seu Decreto (nº 4340/2002); • Aprovação pela criação do Conselho; • Proposta inicial de discussão e aprovação do Regimento ficou para a próxima reunião.

Fonte: Elaboração própria. As frases em itálico correspondem a algumas observações sobre o conteúdo das atas.

Quadro 12 - Síntese da Ata nº 01/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2003 – 01/2003 - 13/06/2003 - Ordinária	1º - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Presença da Gerente Executiva do IBAMA – RS Dra. Maria Cecília Hypolito; • Explicação sobre a nova poligonal da UC; • Explanação pelo Gerente sobre as áreas que farão parte da UC; • Florestas de essência exótica plantadas no cordão Costeiro Marinho que se encontram dentro da poligonal terão autorização para proceder com o manejo; • O maciço de floretas da empresa Trevo Florestal Ltda, ficou fora da poligonal e deverá continuar as atividades; • Preocupação manifestada por alguns representantes sobre a elaboração do PM, salientado que este deve ser discutido com a comunidade; • Foi salientado que os pescadores não serão prejudicados com o aumento da área da ESEC – Taim, visto que a nova poligonal protege os criadouros de peixes localizados na margem leste da Lagoa Mangueira; • Solicitação ao IBAMA para alterar a Portaria que proíbe a pesca na ESEC, pedindo a exclusão da proibição da pesca nos 500 metros do contorno da ESEC; • Indenização de terras que serão desapropriadas: os recursos serão provenientes da compensação ambiental estipulada para a Hidrelétrica de Chapecó; • Reclamação por parte da comunidade sobre a falta de sua participação nas decisões referentes à ampliação da ESEC.
	2º - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança do DNER que foi extinto para o DNIT; • DNIT: Atraso operacional nas atividades e medidas governamentais; atraso nos repasses orçamentários, licitações sendo refeitas; • Necessidade de licenciamento ambiental (BR 471); • Trânsito comprometido no trecho da ESEC devido à erosão do talude e queda de parte do acostamento ocasionado pelas cheias.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 - Síntese da Ata nº 02/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2003 – 02/2003 – 15/07/2003 - Ordinária	1° - Inclusão de membros no Conselho	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de inclusão por parte da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Vitória do Palmar; • Solicitação de inclusão, através do ofício 115/03 de 17/07/2003, do prefeito de Santa Vitória do Palmar solicitando a inclusão ao Conselho de entidades daquele município;
	2° - Regimento interno	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da minuta do Regimento interno; • Alteração da Seção III Capítulo da Organização, visando atender as demandas da comunidade e esclarecer melhor sobre o ingresso de novos membros; • Inclusão de mais membros no Conselho; • Aprovação do Regimento Interno; • Recomendação ao IBAMA para a inclusão de novos membros.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 14 - Síntese da Ata nº 03/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2003 – 03/2003 - 19/08/2003 - Ordinária	1° - Inclusão de membros no Conselho	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação das seguintes entidades representativas: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Grande; Associação Gaúcha de Empresas Florestais – AGEFLOR; Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Rio Grande, Câmara do Comércio de Rio Grande, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande/RS – COMDEMA, ONG Amigos da Floresta POA/RS, e SPY Promoções Rio Grande/RS; • Manifestação oral (5 minutos) para cada representante justificar o seu interesse em participar da reunião; • Votação para inclusão de novos membros; • A empresa SPY Promoções Rio Grande/RS não foi aceita como membro;
	2° - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Eleições para Vice – Presidente e Secretário Executivo do Conselho • Proposta de um Conselheiro: Cargo de Vice – Presidente para o representante da Prefeitura do Rio Grande e cargo de Secretário Executivo para o representante da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar; • Aceito por unanimidade.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15 - Síntese da Ata nº 04/2003 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2003 – 04/2003 – 04/11/2003 - Ordinária	1° - Grupos de trabalhos	<p>Após amplo debate ficou acordado a formação dos seguintes grupos de trabalho:</p> <p>a) GT “Avaliação de impacto populacional e proliferação das capivaras na área de entorno da ESEC – Taim” – Representantes: IBAMA, EMBRAPA, Sindicato Rural de Rio Grande (como presidente provisório), NEMA, FURG, UCPEL, UFPEL, e UFRGS;</p> <p>b) GT “Avaliação do comportamento hidrológico do Banhado do TAIM” – Representantes: Prefeitura de Rio Grande, Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, Sindicato do Empregados do Comércio de Rio Grande, Representantes dos lindeiros da ESEC – Taim, UFRGS, UFPEL e IPAC (como presidente provisório);</p> <p>c) GT “Avaliação da situação atual da BR 471, localização e impacto causado pela ESEC – Taim” – Representantes: IBAMA (como presidente provisório), Prefeitura de Rio Grande, Prefeitura de Santa Vitória do Palmar; Polícia Rodoviária Federal, DNIT, UCPEL, Associação de Pescadores da Vila Anselmi, NEMA e Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande.</p>
	2° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Ideia esta não esta formada, de acordo com o técnico da DIREC – Ibama; • Os recursos deverão ser obtidos através de compensação ambiental;
	3° - Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Chapecó está sendo analisado em Brasília; • A empresa questiona sobre a graduação do valor da compensação ambiental.
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Formação da Brigada PREVFOGO da ESEC, constituída com 14 brigadistas; • Inclusão do IRGA como novo membro, aceito por unanimidade; • Foi mencionada a publicação no Diário Oficial da União a Portaria 63/2003, que regulamenta o uso das águas da Lagoa Mangueira para irrigação da lavoura; • Preocupação dos conselheiros com a liberação da FEPAM para a criação de peixes Tilápia e Cat Fish na bacia da Lagoa Mirim – Foi encaminhado um documento para a FEPAM manifestando a preocupação e solicitando informações sobre o referido licenciamento destas espécies exóticas a serem introduzidas na região;

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 16 - Síntese da Ata nº 01/2006 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2006 – 01/2006 – 30/05/2006 - Ordinária	1° - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi questionada a representação do IBAMA dentro do Conselho; • Inclusão de novos membros; • Foram nomeados novos representantes para o Conselho (titular e suplente); • Foi debatido que o município de Santa Vitória do Palmar tem menor representatividade que o município do Rio Grande, mesmo esse tendo a maior parte de seu território na UC; • Foi colocado pelos membros que deve ser restrito o número de conselheiros no Conselho da ESEC - Taim; • Melhoria na comunicação com os conselheiros – Necessidade da instalação de um telefone na ESEC para o melhor exercício da cidadania.
	2° - Compensação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Designada a regularização fundiária no valor de R\$ 2.500.000,00, sendo 200.mil reais para a elaboração do Plano de Manejo R\$ 1.300.000,00 para a implementação de recursos na Unidade; • Situação da Teclon com a FEPAM - recurso de 65 mil reais referentes aos estaleiros de Rio Grande sendo que será disponibilizado 5 mil a cada 3 meses para a manutenção da Unidade,
	3° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Será apresentado com o roteiro feito pela DIREC; • O termo de referência está sendo discutido com a participação do Conselho, ficando acordado uma coordenação com a seguinte representação: 2 membros da DIREC, 1 da UC, e 1 do Conselho Consultivo da ESEC; • Foi questionado sobre a capacitação dos Conselheiros na elaboração do PM; • Foi salientada a necessidade de se realizar estudos específicos para a construção do PM, como: estudos de níveis hídricos e estudos fundiários; • O presidente esclareceu que a elaboração do PM não é solução, mas que é necessária para se manter um debate sobre as questões ambientais; • Pedido de um conselheiro: que se de início a elaboração do PM; que: as reuniões sejam mais seguidas; que sejam esclarecidas quais as instituições são válidas a composição do Conselho; e solicitação de uma moção a Promotoria Pública para que seja dado continuidade ao trabalho.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 17 - Síntese da Ata nº 02/2006 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2006 – 02/2006 – 30/10/2006 - Ordinária	1° - Compensação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Erro na cláusula da empresa TECOM, que impediu a compensação ambiental – O recurso seria usado para a recuperação da base costeira e da frota de veículos da Unidade;
	2° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • O presidente enfatizou que o recurso para a elaboração do PM esta assegurado, porém foi dada uma pausa na continuidade do trabalho, para que sejam analisados os limites da ESEC;
	3° - Recursos hídricos – gestão das águas	<ul style="list-style-type: none"> • Foi salientada a necessidade de continuar o debate com os irrigantes da Lagoa Mangueira; • Foi dada a sugestão que o Conselho indicasse um representante para participar do Comitê de Bacias do Piratini e Mangueira, visto que a representação neste Comitê esta desigual e que na Lagoa Mangueira os interesses econômicos são diferentes do Rio Piratini; • Ressaltou-se a importância em se participar do Comitê, pois este grupo poderá melhor dinamizar a discussão com os orizicultores da região; e destacou-se as dificuldades com a pesca, a irrigação e a produção de celulose.
	4° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação da BR; • Salientou-se sobre o impacto da estrada para os animais e para as águas, e sobre a necessidade de se dialogar sobre o orçamento para execução de pequenas pontes no trecho da ESEC, a fim de mitigar as ações da estrada na região; • Foram solicitados mais estudos em relação ao telamento da estrada, junto com a ESEC, universidades e DNIT;
	5° - Grupos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo que tinha o IBAMA na presidência, por falta de andamento nos estudos foi desfeito; • O grupo que tinha o IPAC na presidência pediu mais tempo para analisar se o grupo continuará ou também será desfeito; • O terceiro grupo a se apresentar foi representado pelo conselheiro Frederico Costa (não consta a entidade que representa) que de acordo com a plenária, continuou com os estudos.

	<p>6° - Cooperação entre as prefeituras de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A prefeitura do Rio Grande mencionou que não teve o resultado final; • A prefeitura de Santa Vitória do Palmar se manifestou parceira e disse que o processo esta em andamento; • O presidente ressaltou a importância em realizar cooperações com as prefeituras;
	<p>7° - Criação de áreas protegidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltou-se a importância de se discutir sobre os limites da ESEC, os resquícios de mata palustre no mar, sobre as três relevantes espécies: 'viola, a toninha e sobre o cação que está em extinção'; • Foi ressaltada por um conselheiro a necessidade de se ter uma reunião específica para tratar o tema; • Salientou-se a necessidade de se debater sobre as questões fundiárias, plano de manejo, ampliação, melhoria da fiscalização antes de se falar em criação de áreas protegidas.
	<p>8° - Plano de Manejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Explicação pela representante do Ministério Público Federal, Dra. Anelise Becker, que salientou a importância do PM; • Que este é conflituoso, mas que deve ser estabelecido; • Ressaltou que a ordem legal e o PM e que pode se conciliar a ampliação da ESEC – Taim.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 18 - Síntese da Ata nº 01/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 01/2008 - 29/02/2008 - Ordinária	1° - Avaliação do Conselho	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da atuação em 2007: Negativa, pois não houve reuniões; • Necessidade de se intensificar as reuniões em 2008; • A ESEC – Taim passa a pertencer ao IBAMA e ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade;
	2° - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • O presidente relatou sobre o Decreto-lei de 1978 que criou a ESEC com aproximadamente 33.000 hectares e que em 1986 foi regulamentado e desapropriado em 11.000 hectares; • Foi solicitada pela ministra Marina Silva a realização de duas audiências públicas: uma, dia 26 de março de 2008 em Rio Grande e outra no dia 27 de março de 2008 em Santa Vitória do Palmar para debater a regulamentação; • Alguns conselheiros manifestaram que acreditam que tanto o conselho como o ICMBio não está preparado para decidir acerca do tema e que faltou discussão com a comunidade; • Foi decidido por unanimidade o pedido de transferência das datas das audiências públicas.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 19 - Síntese da Ata nº 02/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 02/2008 – Não consta – Ordinária	1º - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi salientado que a AGEFLOR é uma entidade que está integrada com a sociedade através do florescimento de Pinus sp. e que a ampliação da ESEC para 33 mil hectares não afetará as plantações, porém faz-se necessário o debate com a comunidade; • Foi informado que as audiências públicas marcadas para o mês de março foram de fato transferidas; • A Unidade recebeu um recurso de R\$ 150.000,00 e o presidente propôs que este seja aplicado em no diagnóstico e estudos das áreas que serão ampliadas; • Foi solicitado ideias para a construção do termo de referência para contratar uma empresa de consultoria para elaborar os estudos da ESEC; • Foi salientado por um conselheiro que é necessário ter cuidado com a contratação da empresa, pois muitas vezes o conhecimento com a comunidade científica e não é disponibilizado para as comunidades envolvidas;

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 20 - Síntese da Ata nº 03/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 03/2008 – 18/03/2008 - Ordinária	1° - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação dos 33.815 hectares da ESEC – Taim; • O Banhado do Maçarico não entrou em pauta, por não fazer parte da consolidação da área; • Foi salientada a necessidade de o Conselho ser mais proativo, não devendo esperar que alguma demanda chegue até eles; • Foi realizado a leitura do ofício emitido pelo ICMBio, onde este informa sobre um site oficial do Ministério do Meio Ambiente, onde o responsável por cada UC poderá anexar informações atuais referentes a localidade; • Foi informado pelo presidente que o Termo de Referência para contratação da empresa será realizado pelo ICMBio, que trará as informações para a reunião sendo estas debatidas com o Conselho; • Foi salientado que a consolidação da área só será efetivada com consulta popular, sendo necessário gerar para a comunidade informações técnico – científicas, para que a população tenha maior esclarecimento; • Foi salientada a necessidade de se debater sobre as demandas e indenizações que abrangem a área de ampliação; • Necessidade de formar um GT para a apreciação do Termo de Referência.
	2° - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi salientada a necessidade de sempre constar em ata o horário de finalização das reuniões; • Foi verificada a necessidade de modificação do Secretário Executivo; • Foi salientada a necessidade de o Secretário ter conhecimento em Ciências Naturais; • Pedido de inclusão de novos membros – Associação dos Agrônomos de Santa Vitória do Palmar e a Marinha do Brasil; • Foi salientada a necessidade de se verificar as entidades faltosas em mais de duas reuniões consecutivas como consta no Regimento Interno.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 21 - Síntese da Ata nº 04/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 04/2008 – 27/03/2008 - Ordinária	1° - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentada uma palestra com os técnicos do ICMBio sobre a ESEC – Taim e as políticas do MMA; • O biólogo Ricardo Castelli representando o MMA apresentou um histórico sobre a ESEC; • Foi salientado que a Unidade possui 33 mil hectares e que apenas 11 mil foram indenizados; • Um conselheiro questiona como fica a situação dos proprietários que tinham terras nas áreas que legalmente não eram do governo e que não foram indenizadas; • De acordo com o representante do MMA os proprietários estão no direito de reivindicar através de comprovação de perdas e lucro cessante e se sentirem lesados devem procurar indenização; • Ressaltou-se que há necessidade de se aprender com as ações que não foram positivas no passado para não repeti-las no presente e futuro; • Salientou-se sobre a redução do Banhado do Taim devido à drenagem para assentamento e enfatizou-se sobre os impactos da BR 471; • Um conselheiro afirma que é um contra senso aumentar os limites da Unidade (33 mil hectares) quando não se consegue cuidar dos 11 mil hectares devidos; • Ressaltou-se a necessidade de se manter o diálogo constante com a comunidade;

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 22 - Síntese da Ata nº 05/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 05/2008 – 21/06/2008 - Ordinária	1º - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Foram analisadas as atas nº 03/2008 e ata nº 04/2008, esta, de acordo com os conselheiros não é um espelho fiel da reunião havendo algumas distorções e interpretações equivocadas – Foi pedido revisão para que posteriormente possa ser aprovada; • Foi ressaltada a saída do representante da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar da Secretaria Executiva da ESEC, sendo solicitada a nomeação de outro membro; • Foi salientada a necessidade de se nomear uma pessoa qualificada para o cargo, que além de gerenciar as demandas do Conselho redija uma boa ata; • Foi ressaltada a baixa representatividade do setor público e foi salientada a necessidade de se haver um maior compromisso das instituições públicas no processo; • Foi mencionada a possibilidade de se gravar as reuniões para que seja possível uma melhor construção das atas; • Necessidade de se fazer um levantamento do número de faltas das entidades/pessoas para que estas possam ser substituídas;
	2º - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos pareceres sobre o Termo de Referência elaborado para o estudo da área; • Foram sugeridas alterações na redação do Termo de Referência; • Um conselheiro manifestou descontentamento com a Câmara dos Vereadores, que desconsiderou a decisão do Conselho em não realizar nenhuma chamada pública antes dos estudos serem realizados; • Foi ressaltada a necessidade de se realizar melhores estudos técnicos, considerar a questão fundiária, porém não se esquecer da ambiental, pois esta subsidiará mais tarde o PM; • Foi enfatizado que o Termo de Referência deva ser reformulado e deva ser debatido com mais calma e profundidade.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 23 - Síntese da Ata nº 06/2008 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2008 – 06/2008 – 13/09/2008 - Ordinária	1º - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Pauta: Discussão e aprovação dos Termos de Referência do estudo a cerca da dimensão da ESEC – Taim; Foram apresentados: • A – Ofício 76/2008 da UCP, indicando como seus representantes no Conselho: Titular – Rafael Antunes Dias e Suplente – Marcelo Dutra Dias; • B – Ofício 16/09 do Sindicato Rural de Rio Grande, indicando os seguintes representantes: Titular – Med. Vet. Eduardo Braga Cardoso e Suplente – Ronaldo Z. de Oliveira; • C – Portaria 1668/2008 da FURG, indicando como seus representantes: Titular – Cleber Palma e Suplente – Paulo Roberto Tagliani; • D – Carta do Sindicato dos Empregadores do Comércio de Rio Grande, indicando seus representantes: Titular – Paulo Francisco Arruda e Suplente – Valdirene Rolan Cabreira; • O ICMBio aguarda o escopo do trabalho; • A intenção do ICMBio é que o projeto defina a área da Estação (dos 33 mil hectares, aproximadamente 5 mil hectares são áreas de lagoa e, portanto, não são áreas de desapropriação; • Recurso orçamentário: R\$ 150.000,00; • Responsável pelo edital: ICMBio; • Foi ressaltada a necessidade de se sintetizar os estudos já existentes; • Foi sugerido que: o primeiro produto fosse feito o estudo fundiário, o segundo produto seria os estudos ambientais e o terceiro o estudo socioeconômico; • Foi enviada a ata para o ICMBio, com as sugestões para o TR e o TR foi considerado aprovado.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 24 - Síntese da Ata nº 01/2009 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2009 – 01/2009 - 21/07/2009 - Ordinária	1° - Apresentação da nova chefia	<ul style="list-style-type: none"> • Nova chefia: Sr. Henrique Horn Ilha; • O novo presidente relatou sua trajetória profissional, como membro do NEMA, e posteriormente assumindo a chefia no Parque Nacional Marinho de Abrolhos durante 6 anos, seu ingresso como servidor do governo junto ao ICMBio, o trabalho como coordenador do Centro de Mamíferos Aquáticos - CMA e atualmente chefe da ESEC – Taim;
	2° - Análise da situação da ESEC – Taim – política e administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Foi realizada uma retrospectiva da situação jurídica da Unidade (Decreto 81603/78 e Decreto 92963/86); • Foram apresentados mapas sobre as áreas da Unidade; • Relação hierárquica – A ESEC – Taim está no ICMBio – MMA dentro da DIREP –(Diretoria de Áreas de Proteção Integral), a qual esta dividida em coordenadorias regionais(CR 09 – Florianópolis); • Contratos locais e licitações mais simples como, água, luz ou telefone, aquisição de gás e consertos são realizados através da FLONA de Ipanema – São Paulo; • Além de orçamento federal há recursos das compensações ambientais: R\$ 2,5 milhões para regularização fundiária; R\$ 600 mil para elaboração do PM e R\$ 900 mil para implementação do PM; • Outras fontes de recursos: Conversão de multas e penas estabelecidas em juízo; • Recursos materiais: 10 viaturas, 1 caminhão, 2 motos, 5 embarcações; • Recursos administrativos: 3 analistas ambientais, 4 técnicos administrativos, 2 técnicos ambientais, 4 auxiliares, 2 pontos de vigilância e 2 servidores administrativos terceirizados;
	3° - Estudo fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Um conselheiro manifestou-se a cerca do título do edital, salientando que este não é fundiário apenas, mas também de caracterização das unidades ambientais e definição de um melhor desenho para a conservação da biodiversidade. • O edital foi cancelado, pois o teto do PNUD ser muito aquém das propostas recebidas.

	4° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Que este prevê na sua construção uma parte de inventário e uma parte de planejamento com o maior envolvimento das comunidades e instituições;
	5° - Grupos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado sobre a captura e coleta de materiais das aves migratórias; • Educação Ambiental e saúde; • Manejo dos Pinus sp.
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de se captar novos analistas ambientais; • Os gestores buscarão angariar o título RAMSAR para a unidade e criar um programa de estágios na perspectiva de uso público; • Será realizado um levantamento dos estudos realizados na área do Taim, a fim de indicar as lacunas existentes e os potenciais estudos a serem realizados junto à academia; • Atividades de comemoração dos 23 anos da Unidade; • Entrega do relatório técnico final do “Projeto Comunidades do Taim: educação e sustentabilidade”, executada pelo NEMA.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 25 - Síntese da Ata nº 02/2009 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2009 – 02/2009 -12/12/2009 - Ordinária	1° - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Foram relatadas as entidades que foram nomeadas nas Portarias: 20/2003; 75/2004 e 54/2005; • Foram ressaltadas as entidades que estavam passíveis de exclusão: UFPEL, DNIT, FEPAM, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Grande, IPAC, Amigos da Floresta-POA, Câmara do Comércio de Rio Grande, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande, Comunidade Capilha, Comunidade Serraria e Albardão, Comunidade Curral Alto, Refinaria Ipiranga S/A; • Foi proposto enviar uma carta de solicitação, a fim de regularizar a situação da entidade até a data da próxima reunião;
	2° - Ampliação da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo fundiário: Duas empresas entraram na concorrência – Prazo para o término dos estudos (meio do ano de 2010) • Foi criado um GT interno de elaboração de uma proposta de zona de amortecimento que irá andar paralelamente com o estudo; • Foi ressaltado que o estabelecimento da zona de amortecimento ocorrerá via decreto.
	3° - Compensações ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Foi solicitado à Brasília que os gastos sejam realizados via conta vinculada na Caixa Econômica Federal usando a estrutura do ICMBio, possibilitando assim mais controle e transparência; • Foi salientado que as compensações ambientais relacionadas com o TECOM, molhes da barra e energia eólica não foram destinadas para a ESEC – Taim.
	4° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foram recuperadas as placas sinalizadoras e o Telamento; • Sobre a sinalização foi ressaltado que seriam instalados seis pardais, sessenta placas, trinta de cada lado, com mensagem sensibilizadora para os usuários da rodovia; • Foi salientado que se encaminhou para o ICMBio um projeto a fim de avaliar melhor a mortalidade da fauna; • O conselheiro do DNIT enfatizou que a rodovia foi toda recapeada, os acostamentos foram recuperados e que as obras não estão mais adiantadas em

		<p>função das más condições meteorológicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi ressaltada a importância da estrada e a necessidade de adequá-la aos objetivos da estação ecológica, considerando aspectos como: ruídos e velocidade; • Direcionaram-se esforços para a construção de um centro de Educação Ambiental.
	5° - Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que houve no mês de maio em média 3 intervenções voltadas para a pesca (fiscalização), como as instituições: PATRAM, Exército, Marinha, e IBAMA de Santa Vitória do Palmar; • Contou-se com o apoio da Polícia Rodoviária Federal e helicóptero da Marinha, sendo autuadas e apreendidas cerca de 25 quilômetros de rede da área da ESEC, com malha de tamanhos 30 e 40; • Ressaltaram-se os acampamentos que ocorrem na margem da Lagoa Mangueira à metros do limite da ESEC. Enfatizou-se que estes acampamentos são ilegais e estão em áreas particulares; • Foi informado que para ações de fiscalização, foram adquiridas: uma lancha, lunetas, tripés, máquinas fotográficas e filmadoras. Também foram instaladas nas bases banho à gás, geladeira e fogão.
	6° - Servidores e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Falou-se sobre o programa de capacitação continuada; • Foi mencionado que os servidores participaram de um seminário de pesca, outros realizaram cursos de fiscalização e outros cursos de tiro; • A ideia é trazer outros seminários aproveitando o potencial dos membros do Conselho.
	7° - Centro de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Centro na casa das bombas; • Foi mencionado o uso de madeiras de uma compensação ambiental da CEEE para usar na construção do projeto; • O projeto foi encaminhado para Brasília.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 26 - Síntese da Ata nº 01/2010 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2010 – 01/2010 – 30/06/2010 - Ordinária	1º - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado sobre a inclusão e exclusão dos membros no Conselho; • Foi apresentado o ofício das entidades que continuam interessadas em participar do Conselho⁷⁷: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, UFPEL e DNIT; • Foi aceito pelo Conselho reempossar as entidades interessadas em permanecer como membros; • Ficou acordado o envio de uma Portaria com a lista dos membros do Conselho.
	2º - Estudo fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentada a empresa que venceu a licitação: Empresa Neocorp; • Os representantes da empresa apresentaram e comentaram sobre os trabalhos que serão executados; • O principal foco da empresa é o estudo fundiário e o estudo de uso das terras, funcionando como ferramenta para as tomadas de decisão.
	3º - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionada que a sinalização da estrada foi renovada; • Ocorreu uma licitação com o valor de 950 mil para a colocação de telas para proteção – Não houve interessados no processo e esta foi refeita pelo DNIT; • Foi informado que o projeto de pesquisa sobre a fauna atropelada, realizada pelo ICMBio está em andamento; • Ressaltou-se que a Unidade defende o Telamento total em todo trecho que com a ESEC e defende também a construção dos pontilhões; • Enfatizou-se a ineficiência que os túneis estão apresentando ao longo dos anos; • Foi pedido que a UFRGS apresentasse estudos sobre esta temática.
	4º - Centro de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • O presidente mencionou que o centro terá como objetivo sensibilizar as pessoas para a redução dos acidentes; 'lixo' e educação ambiental, além de ressaltar a importância do ecoturismo; • Enfatizou-se que as obras serão realizadas com recursos próprios do Instituto (ICMBio): valor de R\$ 300 mil;

⁷⁷ De acordo com a ATA 02/2009, a Refinaria de Petróleo Riograndense (antiga Refinaria Ipiranga), passível de exclusão, parece não ter manifestado interesse em permanecer no Conselho Consultivo da ESEC-Taim. Esta informação fica subentendida, visto que esta entidade deixa de aparecer nos documentos de registro dos próximos anos.

		<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltou-se que se está captando recursos com ajuda do NEMA junto ao Serviço Florestal Americano (SFA) para o projeto executivo;
	5° - Situação das bases	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltou-se que há 2 servidores em cada base, com exceção da base de Caçapava. Há viaturas, quadriciclos, luneta, GPS, armamento, rádio, e alojamento; • Salientou-se sobre a falta de vigilância nas Bases Costeiras e Nicola e mencionou sobre a necessidade de realizar reformas na Base Costeira;
	6° - Novas Instruções Normativas	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado pelo presidente que houve um aumento significativo de Instruções Normativas; • Foi informado que havia novidades em relação ao licenciamento, pois o ICMBio não é mais o órgão licenciador.
	7° - Compensação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que a CGTE contratou o estudo fundiário, entregou o motor da lancha ESEC de 150 hp e realizou a compra de um trailer novo; • O valor restante da CGTE foi depositado no banco para usos futuros; • Foi recuperado um trailer com ajuda da Votorantim
	8° - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Foi formado um GT para trabalhar a temática; • Foi mencionado que um aluno da FURG auxiliará com o fundamento técnico: mapas e trabalhos científicos; • Ressaltou-se que o decreto da ampliação também constará a zona de amortecimento; • Enfatizou-se que as atividades do entorno, como arroz orgânico, turismo, gado de corte e pesca devem ser resgatadas.
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Foi ressaltado pelo presidente que “a ESEC – Taim não é do ICMBio, e sim a sociedade e que esta deveria apoiar para que as coisas avancem e construa-se um futuro melhor”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 27 - Síntese da Ata nº 02/2010 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2010 – 02/2010 – 11/12/2010 – Não consta	1° - Estudo fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado o Relatório Técnico Parcial referente ao produto contratual 02 da empresa Neocorp; • Foi formado um GT para realizar um acompanhamento deste trabalho. O GT ficou constituído por representantes do: Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande, Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar, NEMA, AGEFLOR e ICMBio; • Foi informado que o produto 03 está atrasado. A empresa alegou atraso devido a problemas metodológicos que não constavam no contrato; • A Procuradora do IBAMA sugeriu a entrada de um representante externo do INCRA para auxiliar no GT;
	2° - Compensação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Foi ressaltado que os recursos não estavam sendo bem administrados e que não apresentavam um bom nível de transparência, em virtude desta situação solicitou-se que o dinheiro restante fosse colocado em uma conta, sendo gasto em processos licitatórios; • Foi informado que na conta há R\$ 700 mil, mais R\$ 300 mil para o PM e R\$ 2.300 mil para regularização fundiária; • Foi salientado pelo presidente que há cerca de R\$ 65 mil da CEEE para obras da Base Costeira, que ainda necessita de assinatura em Brasília; • Foi informado que novos empreendimentos na região, deverão destinar verbas para a Unidade.
	3° - Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que existe uma grande demanda para solicitar pré-anuências e que os gestores da ESEC devem se posicionar; • Foi informado que as serrarias estão solicitando pedidos de novo licenciamento ambiental nas prefeituras, porém a qualidade está muito baixa e a ESEC não aceitará este nível de qualidade. Assim solicitam que seja apresentado um plano;
	4° - Recursos hídricos – gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que o presidente participou de uma reunião na procuradoria

	das águas	<p>com o representante do IPH-UFRGS e da Agência da Lagoa Mirim;</p> <ul style="list-style-type: none"> Ficou acordado que o IPH informará o nível mínimo de água para a sobrevivência do banhado, como base em 11 anos de estudo.
	5° - Parques eólicos	<ul style="list-style-type: none"> Foi informado que um parque já está liberado e que há outros em andamento ao sul da Lagoa Mangueira, bem próximo da Área de Preservação Permanente da lagoa; Foi informado que haverá um estudo do comportamento migratório das aves, e será realizado pela FURG;
	6° - Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> Ressaltou-se que toda pesquisa realizada dentro da ESEC-Taim necessita de autorizações no SISBIO; Foi realizado um levantamento sobre as pesquisas já realizadas e as lacunas que ainda existem; Salientou-se que 18 pesquisas estão em andamento e 07 estão em processo de autorização.
	7° - Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Foi informado que se realizou neste ano 04 oficinas de planejamento; <p>Não é informado de forma clara qual é a temática do planejamento.</p>
	8° - Centro Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> Salientou-se que a Negociação com o Serviço Florestal Americano não foi efetivado, por este ter recebido diversas propostas de outras unidades, dificultando suprir todas as solicitações; Projeto arquitetônico: Será auxiliado por uma servidor do ICMBio lotada em Rio Grande, com especialização em Educação Ambiental.
	9° - Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> Neste ano foram realizadas 03 grandes operações, junto com a Brigada Militar, IBAMA, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Polícia Rodoviária Federal; Ocorreu uma redução significativa da ocorrência de redes no interior da Unidade; Foi informado que nos finais de semana as denúncias aumentaram.
	10° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> Foi informado que estão sendo identificados os trechos mais problemáticos e onde há um maior número de espécies sendo atropeladas; Salientou-se sobre a necessidade de se realizar estudos dos túneis; Foi mencionado que a BR necessita de 2 radares no mínimo, tachões no meio da pista e a instalação de um Centro Interpretativo na entrada do Taim; Foi informado pelo DNIT que existe uma licitação com a previsão da instalação de 03 lombadas eletrônicas no trecho.

	11° - Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltou-se que 21 brigadistas foram formados e foram contratados os 10 primeiros colocados.
	12° - Reformas	<ul style="list-style-type: none"> • Foram reformadas: a cozinha, o banheiro e a Prevfogo com piso doado pela Receita Federal e com apoio do pessoal da região para o pagamento do pedreiro; • Há a intenção de se reformar o mini museu da Unidade.
	13° - Visitação	<ul style="list-style-type: none"> • A ESEC – Taim este ano recebeu aproximadamente 2.000 visitantes; • Recebeu também uma comunidade carente da Vila São João e proporcionou a estas crianças um almoço e uma visitação as trilhas do entorno.
	14° - Recursos hídricos – gestão das águas	<ul style="list-style-type: none"> • Foi salientado o interesse em de se realizar estudos sobre os contaminantes da água de lavouras na Lagoa Mangueira.
	15° - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • A definição da ZA está sendo realizada por um estudante de mestrado do Programa de Pós – Graduação em Gerenciamento Costeiro da FURG, utilizando critérios técnicos.
	16° - Regimento Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Foi formado um Grupo de Trabalho para discutir sobre o Regimento Interno do Conselho Consultivo da ESEC – Taim, sendo constituído por representantes do: ICMBio, Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande, SEMA e DNIT.

Fonte: Elaboração própria. Os trechos em itálico foram acrescentados pela autora.

Quadro 28 - Síntese da Ata nº 01/2011 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2011 – 01/2011 – 15/07/2011 - Ordinária	1° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foi abordado na reunião sobre o Telamento da rodovia; • Foi informado que já se tem aproximadamente 700 metros de áreas com telas, e que a localização da tela está em conformidade com a legislação vigente; • Foi mencionado sobre o Projeto de Acompanhamento de Fauna, que já tem o número de animais atropelados e em quais quilômetros; • Salientou-se sobre a análise dos túneis e novo licenciamento da rodovia.
	2° - Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado neste ano já tinham ocorrido 28 pesquisas e 04 estavam em processo de autorização; • Ressaltou-se a necessidade de se exigir maior rigor nas licenças, pois havia pesquisadores atuando sem o portarem a autorização; • Foi sugerido que ocorram as pesquisas que são fundamentais para as demandas da unidade.
	3° - Pinus sp.	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado sobre o término do licenciamento da empresa Trevo Florestal e sobre suas condicionantes; • Mencionou-se sobre a limpeza da área da Caçapava que ocorreu com o auxílio da Brigada de Incêndio, Trevo Florestal e FLOPAL, através de um mutirão para a retirada de aproximadamente 10 mil hectares de pinus; • Mencionou-se sobre o licenciamento das serrarias.
	4° - Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Foi realizado um planejamento participativo com os servidores; • Foi sugerido que maiores discussões sobre o planejamento da Unidade ocorressem apenas depois da realização do estudo fundiário.
	5° - Aniversário da ESEC - Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado sobre os eventos que ocorreram para a comemoração dos 25 anos da Unidade, no qual incluíram: exposições, capacitação de professores, eventos solenes, trilhas, mateadas entre outras festividades.
	6° - Estudo fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança da gerência da empresa NEOCORP; • Foram relatadas pelos representantes da empresa, algumas dificuldades, tais como: entrar em contato com os proprietários das terras, imóveis que não estavam em registro e dificuldade para obter algumas imagens de satélite.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 29 - Síntese da Ata nº 02/2011 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2011 – 02/2011 – 23/11/2011 - Ordinária	1º - Estudo Fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado um histórico sobre o estudo; • Foram apresentados os produtos entregues pela NEOCORP que estão sendo avaliados pelo GT Fundiário.
	2º - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltou-se a relevância da temática e lembrou-se que esta será determinada pelo decreto de ampliação da Unidade, • Foi informado que um aluno da FURG apresentará várias propostas de cenários para subsidiar a delimitação da ZA; • Foi informado pelo presidente que todo Sistema Hidrológico do Taim está incorporado na ZA; • Foi ressaltado pelo representante da FURG que a esta “não irá decidir a vida da planície costeira, e que a FURG se preocupa em produzir subsídios para que os atores envolvidos possam ter um conjunto de cenário para trabalhar”; e continua “se não fosse a FURG teria que trazer gente e pagar para fazer isto”;
	3º - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado sobre a falta de Telamento em menos de 1 km devido à espera a ser dada pelo IBAMA para a supressão da vegetação; • Ressalta-se a necessidade de se recuperar 1.500 metros de tela no lado lesta da rodovia; • Salientou-se que foram observados 748 animais atropelados quando não havia as telas, com a colocação destas percebeu-se a visível redução da mortalidade da fauna;
	4º - Centro Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que o Termo de Referência está sendo construído com o auxílio de uma arquiteta do CEPERG; • Foi informado que o Projeto “Bichos do mar de dentro” irá produzir e doar materiais para o museu e o Centro Interpretativo; • Salientou-se sobre a instalação de containers na Praça Tamandaré em Rio Grande com exposições envolvendo o Taim; • Foi mencionado sobre a reestruturação da biblioteca e a construção de uma sala de estudos.
	5º - Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • Foram realizadas 11 operações com a parceria do IBAMA, Receita Federal, BPA, Exército e Marinha; • As operações totalizaram 44 dias de campo;

		<ul style="list-style-type: none"> • Alvos principais de operações foram a pesca, caça, as áreas de preservação permanentes e as barreiras. • Foram apreendidas 6.730 metros de rede de pesca; • Foram entregues 21 armas para a Polícia Federal e foi encontrado drogas na Base Costeira.
	6° - Aniversário da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi ressaltado sobre as festividades programadas para a comemoração dos 25 anos do Taim, como: apresentação de coral, desfile, Seminário na FURG;
	7° - Recursos hídricos – gestão das águas	<ul style="list-style-type: none"> • Foram mencionados sobre a reunião com o Ministério Público, IPH, Agência da Lagoa Mirim e FEPAM abordando a problemática do uso compartilhado para conservação e irrigação; • Foi mencionado sobre os níveis hídricos do banhado.
	8° - Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • 42 pesquisas licenciadas e em andamento; • Foi informado sobre o levantamento de publicações geradas e sobre o seu arquivamento na Unidade.
	9° - Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> • Nova Instrução Normativa do ICMBio que obriga os conselhos de áreas fronteiriças convidarem o Exército e a Polícia Federal para fazer parte do Conselho Consultivo; • UCPEL e EMATER estão excluídas do conselho por terem mais de duas faltas sem justificativa.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 30 - Síntese da Ata nº 01/2012 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
<p>2012 – 01/2012 – 23/03/2012 - Ordinária</p>	<p>1º - Estudo fundiário</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado o documento entregue pela empresa NEOCOP; • Ressaltou-se que o foco principal do estudo é verificar quais propriedades estavam na malha dos 33 mil hectares; • Salientou-se que as informações geradas pelos proprietários e a permissão de entrada nas propriedades são espontâneas; • Foi informado sobre a necessidade de se obter a malha fundiária contendo as terras que são do governo e as terras que são de particulares; • O estudo contém informações sobre: áreas de uso, áreas de banhados, áreas de floresta, áreas degradadas, espécies ameaçadas de extinção, condições econômicas das famílias e levantamento cadastral; • Foi apresentado um mapa com as áreas da União; • Foi mencionado que o GT aprovou o trabalho da empresa com algumas considerações: falhas no método, necessidade de apresentação do estudo ao Conselho antes da apresentação para o pessoal de Brasília e posteriormente levado às audiências públicas; • Foram apresentados alguns problemas com as escrituras de alguns proprietários; • Um conselheiro acredita que as medidas apresentadas em mapas não estão certas, pois foram feitas em linha reta e as propriedades apresentam reentrâncias; • Ficou decidida a criação de um GT de Ampliação da ESEC-Taim com os seguintes representantes: Sindicato Rural de Rio Grande, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato Rural de Santa Vitória, FURG, FEPAM, EMBRAPA, Trevo Florestal, IPAC, NEMA e ICMBio.
	<p>2º - Inclusão de membros no Conselho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi solicitada a inclusão da IPAC, da Associação dos Moradores do Albardão e Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar; • Foi pedido para que a IPAC se apresentasse; • Foram aceitas as duas outras entidades.

Fonte: Elaboração própria. A IPAC aparece em ata como membro do GT de Ampliação da ESEC-Taim, porém só foi aceita oficialmente na reunião posterior.

Quadro 31 - Síntese da Ata nº 02/2012 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2012 – 02-2012 – 31/10/2012 - Ordinária	1° - Inclusão de membros no Conselho	<ul style="list-style-type: none"> • IPAC pediu para retornar a fazer parte do Conselho, sendo aceita por todos; • Foram incluídos o Exército e a Marinha a pedido do ICMBio; • Foi incluso a Associação dos Usuários da Bacia Hidráulica das Lagoas Cuiabá-Flores.
	2° - Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado o trabalho realizado pelo GT de ampliação da estação; • Foram mencionados sobre o histórico da ampliação da Unidade, os decretos, a importância do Taim, o estudo fundiário realizado pelas NEOCORP, e a criação do GT de ampliação, salientando como foram conduzidas as reuniões; • Foi apresentada a proposta de ampliação da ESEC pelo GT; • Posteriormente, foi dada a palavra aos conselheiros para se manifestarem quanto à aprovação ou não da proposta de ampliação elaborada pelo GT; • Foi salientada a importância histórica do marco dos Campos Neutrais (Marco da Pedra) – os conselheiros votaram a favor da permanência desta área dentro dos limites da poligonal proposta da Unidade; • Ressaltou-se que o encaminhamento da proposta só seria realizado “quando tudo já estivesse consolidado”; • Após votação na plenária, a proposta do GT de ampliação foi aceita e aprovada por todos;
	3° - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Foi formado um grupo de ZA, tendo como representantes os membros do GT de Ampliação da ESEC, acrescido das seguintes entidades: Associação dos Usuários da Bacia Hidráulica das Lagoas Cuiabá-Flores, IRGA, AGEFLOR, Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar e IPAC.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 32 - Síntese da Ata nº 01/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2013 – 01/2013 – 21/03/2013 - Ordinária.	1° - Inclusão de novos membros	<ul style="list-style-type: none"> Foram incluídas as seguintes entidades: UCPEL, Associação dos Pescadores da Capilha, Associação dos Produtores Rurais de Curral Alto e Albardão e Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola.
	2° - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> Foi apresentado o mapa da ESEC – Taim, com a proposta do GT da ZA; Foi salientado que o ZA será mais focado na parte interna e a parte externa sofrerá poucas mudanças; Foi salientada a necessidade de se buscar técnicas de produção rentáveis e mais viáveis com relação a sustentabilidade para a zona de produção do entorno; Após votação na plenária, a proposta do GT da ZA foi aceita e aprovada por todos.
	3° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> Foi criado um GT do Plano de Manejo com as seguintes entidades: UCPEL, Trevo Florestal, FURG, AGEFLOR, Associação dos Usuários da Bacia Hidráulica das Lagoas Caiubá-Flores, SEMA, Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar, Prefeitura de Rio Grande, NEMA, Sindicato Rural de Rio Grande, Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar, EMBRAPA, Associação dos Produtores Rurais de Curral Alto e Albardão, IRGA, Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande e Polícia Rodoviária Federal.
	4° - Regimento Interno	<ul style="list-style-type: none"> Foi criado um GT para verificar o Regimento Interno com as seguintes entidades: FURG, SEMA, UFPEL, Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, Associação dos Produtores Rurais de Curral Alto e Albardão e Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 33 - Síntese da Ata nº 02/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - N° Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2013 – 02/2013 – 18/04/2013 - Extraordinária	1º - Incêndio na ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • O presidente relatou os acontecimentos, apresentando imagens sobre o incidente; • “No dia 26 de março havia tempestades elétricas e verificou-se um foco de fumaça”. Foram acionados: Brigada de Incêndio, Aviação Agrícola e Marinha - Tiveram dificuldades para acessar o local; • No dia 27 de março com choveu, mas não na região do incêndio; • Dia 28 de março o vento estava forte e o fogo já tinha atingido cerca de 2 mil hectares - Foi pedido ajuda para a Polícia Rodoviária Federal e para o Governo do Estado; • No quarto dia se continuou o combate com o avião agrícola, pois o aviação do ICMBio não havia chegado no local; • Chegou 2 aviões: um com capacidade de 2 mil litros de água e o outro com capacidade de 3 mil litros de água; - Neste momento 3 mil hectares já haviam sido atingidos; Foi explicado como acontecia do abastecimento dos aviões; • Foi explicado como acontecia do abastecimento dos aviões; • Salientou-se o apoio da Prefeitura do Rio Grande, da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar e das associações de produtores; • Foi pedido ajuda para a Brigada de Incêndio do Parque Nacional da Lagoa do Peixe; • No sexto dia o helicóptero da defesa civil apoiou e assim foi possível evitar que o fogo alcançasse a região de Caçapava; - 4.500 hectares foram atingidos; • No sétimo dia houve combate terrestre e aéreo com 2 aviões pela manhã e pela tarde; • No oitavo dia teve o pior rendimento devido ao vento nordeste muito forte; • No nono dia apenas houve combate aéreo - 4.800 hectares atingidos; • Alguns dias após com o auxílio da Marinha, foi realizado um sobrevoo na região para ter um desenho aproximado da área atingida; • No total foram 5.600 hectares de área atingida, sem pessoas feridas; • Ressaltou-se que no incêndio que ocorreu em 2008 muitas pessoas forma ajudar, porém desta vez optou-se por não aceitar a ajuda, por questões de segurança; • Foi ressaltado que se teve um apoio expressivo das instituições e da população e que houve acompanhamento massivo da mídia • Foi mencionado sobre a necessidade de um plano de manejo;

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 34 - Síntese da Ata nº 03/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2013 – 03/2013 – 05/09/2013 - Extraordinária	1º - Regimento Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que as discussões do GT do Regimento Interno seriam feitas por e-mail, porém após encaminhamento das considerações dos analistas da Unidade aos membros do GT estes não retornaram, concluindo-se que este formato não estava funcionando; • O ICMBio solicitou alteração da Portaria do Conselho.
	2º - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que ocorrem 2 reuniões do GT do Plano de Manejo, sendo a primeira mais expositiva; • Foi sugerido começar por um mapa reconhecendo as paisagens, realizar a validação em campo dessas paisagens, estabelecer um cronograma para coleta rápida de dados, tendo como objetivo identificar as assembleias mais importantes. E a partir dos dados gerados, definir as zonas de manejo e definir cronograma de monitoramento. • Foi salientado que as temáticas serão definidas com os envolvidos – proprietários e associações;
	3º - Zona de Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionada a parceria com a FURG na realização de estudos e pesquisas nas áreas da Unidade a fim de subsidiar a gestão; • Presença o deputado Adilson Troca que é presidente da Câmara Técnica de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; • Foi pedida a participação efetiva da comunidade na elaboração do plano de manejo e que este venha junto com a ZA, por acreditarem que há uma relação de dependência; • Foi debatido sobre áreas que deviriam ser incluídas e áreas que deveriam ser excluídas da ZA; • Foi ressaltado que o estudo realizado pelo GT foi bem fundamentado com todos os aspectos para que o Conselho tivesse subsídios para melhor votar;
	4º - Aniversário da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foram mencionados sobre os eventos que ocorreram na comemoração do aniversário da Estação, destacando-se as atividades de educação ambiental nas escolas.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 35 - Síntese da Ata nº 04/2013 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano - Nº Ata – Data - Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2013 – 04/2013 – 28/11/2013 - Ordinária	1º - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • GT do Plano de Manejo – Foram realizadas 4 reuniões e que o recurso do PM já foi liberado pelo ICMBio, sendo necessário apresentar um plano de ação para começar a usar o dinheiro disponível (de compensações); • Foi mencionada a necessidade de se fazer um tratamento das imagens de satélites para identificar as áreas e certificar o mapa indo a campo; • Foi verificado que existem 500 publicações arquivadas sobre a ESEC-Taim; • Foi mencionado a necessidade de se criar grupos temáticos sobre fauna, flora, fogo, fiscalização, agricultura, silvicultura, pecuária e outros; • A Marinha solicitou que o tema navegação fosse incluído nas temáticas; • Foi solicitada a inclusão da Marinha no GT do Plano de Manejo.
	2º - Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foram informados que ocorreram as duas consultas públicas e que a UC recebeu opiniões diversas em 30 dias; • Foi mencionado sobre a rodovia e sobre a regularização fundiária.
	3º - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que houve um aparente aumento de atropelamentos na rodovia m virtude da chuva e do aumento do tráfego de caminhões; • Foram realizadas reuniões com o DNIT, Eletrosul e com a empresa Chaim; • Foi informado que será realizado um trabalho de sensibilização com os caminhoneiros da empresa Chaim para que possam compreender a importância da UC; • Foi realizada uma reunião com a Polícia Rodoviária Federal, em virtude da velocidade dos veículos e foi informado que a Polícia em 4 horas de fiscalização multou 90% dos veículos que ali trafegavam;
	4º - Regimento interno	<ul style="list-style-type: none"> • Foi determinado que a instituição-membro COMDEMA seria excluída, visto que esta entidade já é um conselho e não se caracteriza como entidade representativa - Demais modificações ficaram previstas para a próxima reunião.
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Foi assinado um termo de reciprocidade com a Embrapa com a presença do presidente do ICMBio, afim de agregar os produtores e gerar ações positivas e produtivas com estes. • Foi mencionado sobre o Centro de Visitantes, PM e compensações ambientais;

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 36 - Síntese da Ata nº 01/2014 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2014 – 01/2014 – 18/07/2014 – Ordinária	1° - Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Defesa e o Ministério de Minas e Energia se manifestaram sobre a ampliação; • MME pediu informações sobre as linhas de transmissão – Esclarecimento: O trajeto da linha ficará excluído da área da UC; • Conflito com a decisão do diretor do ICMBio – motivo: exclusão de algumas áreas (critério: menos de 200 ha); • Bases de dados e mapas deficientes; • Nota de repúdio: Ficou decidido pelos conselheiros enviar uma carta de desapontamento do Conselho, sobre a decisão do diretor; • Organização de um curso para os servidores do SEMA com a apresentação da proposta de ampliação da ESEC – Taim.
	2° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de reunir o GT do plano de manejo, devido outros compromissos (agenda COMAN/ICMBio); • Trabalho junto com a UFRGS – elaboração de um mapa interativo e foi disponibilizado o setor de robótica para auxílio; • O gestor Henrique apresentou todo o processo que se deve percorrer para a elaboração e conclusão do PM; • Realização de duas licitações: uma para o PM e outra para os estudos da UFRGS; • Inovação: Metodologia participativa (agregação do conselho); • Programa WebGIS ferramenta de auxílio na gestão.
	3° - Turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com os professores de Turismo FURG/ Santa Vitória do Palmar; • Proposta de fazer um trabalho integrando os produtores rurais da ZA para manter os proprietários nas propriedades com rendimento e práticas melhores;
	4° - Centro Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Executivo da casa das bombas; • Questões orçamentárias (Dinheiro de compensação do quinta-marmeleiro para a proposta da Embrapa; - 2 milhões para regularização fundiária – 125 mil compensação ambiental);

	Assuntos Gerais	<ul style="list-style-type: none">• BR – 471 – medidas de melhorias;• Aniversário de 28 anos da UC – Comemoração nas escolas;• Mudança no museu da Estação;• Saída da Representação do Exército;• Modificações no Regimento Interno;• Pedido de inclusão da Associação de Irrigantes negado (motivo: mudança no regimento interno)
--	-----------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 37 - Síntese da Ata nº 02/2014 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2014 – 02/2014 – 12/12/2014 - Ordinária	1° - Regimento Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Após várias sugestões e modificações tese foi aprovado;
	2° - Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Processo encaminhado para o setor jurídico; • Pontos da poligonal; • Lentidão no processo;
	3° - Práticas sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos alternativos serão realizados a partir de convênios com as instituições; • Projeto – Diagnóstico, dos sistemas produtivos e o mapeamento do solo e capacidade de uso da terra serão realizados com os recursos do CNPq; • Trabalho da FURG com o turismo na região; • Soja orgânica – vantagens e desvantagens; • Ideia de trabalhar com a aroeira-rosa, como forma de dar um bônus para quem tem um ônus de estar na ZA; • Manejo do butiá só se encontrará fora da ZA;
	4° - Centro Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da empresa está precária; • Reunião ESEC – Taim/SEMA – RS – conseguiram captar 670 mil reais para o projeto;
	Assuntos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Notificação ao DNIT – Solicitando de medidas para a redução de atropelamento da fauna; • Ampliação da área de brigada de incêndio com apoio dos irrigantes; • Pinus como espécie invasora – pedido de remoção para os proprietários que não tem autorização para o plantio; • Erradicação do Capimannoni; • Parceria com a empresa Trevo Florestal para construção de uma pista de pouso para o combate de incêndio; • Webgis – Ideia é que o setor de robótica agregação das informações no sistema; • Inserção do PM no sistema; • Levantamento de preço de terra para fins de compra.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 38 - Síntese da Ata nº 01/2015 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2015 – 01/2015 – 21/07/2015 – Ordinária	1° - Ampliação da ESEC Taim	<ul style="list-style-type: none"> • A proposta segue ainda na mesma diretoria; • Algumas instituições se dispuseram a fazer pressão, como o NEMA, pessoas de Santa Vitória do Palmar e o coordenador regional; • O atraso no andamento do processo de ampliação está dificultando a realização de outros projetos, como a elaboração do PM; • Regularização fundiária – Há possibilidade de compra de algumas propriedades pela UC; • Necessidade de movimentação da sociedade e de encaminhar um ofício para o MP, para acelerar o processo;
	2° - Centro de Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto apresentou problemas por falta de dados do ICMBio e em relação ao licenciamento; • A Prefeitura passou a instruir sobre o processo; • Intenção: Que a Prefeitura de Rio Grande faça uma coparticipação deste espaço; • Dificuldades orçamentárias; • Fundo do COMDEMA para a realização de um curso de monitores de trilhas; • Área de alimentação (lancheira): Será feita através de concessão, levando em consideração a fragilidade da área;
	3° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Há recurso de R\$300 mil para a realização do Plano de Manejo e já forma realizadas duas licitações sem resultados por conta dos valores propostos; • Licitações colocaram valores altos por conta de algumas reuniões com muitas pessoas que precisam ser realizadas, além de precisar de moderadores; • Solução proposta da Coordenação de Plano de Manejo de Brasília: a própria gestão da ESEC realizar as reuniões e moderar, contratando uma pessoa apenas para consolidar e finalizar o plano; • Dificuldades orçamentárias; • Dissertação de mestrado de Caio Eichenberger (Analista Ambiental da ESEC – Taim), Programa de Pós – Graduação em Gerenciamento Costeiro, intitulada “Diagnóstico participativo no planejamento e ordenamento territorial de unidades de

		conservação: o caso da Estação Ecológica do Taim.”, com foco no zoneamento para o plano de manejo da Estação.
	4° - SIG Participativo	<ul style="list-style-type: none"> • Funções: Mapas, réguas, focos de incêndio, locais de atropelamento, infrações, pesquisas feitas; • Ideia: Que o Plano de Manejo esteja nesta plataforma estando disponível para toda sociedade; • 2 anos de recurso para desenvolver o software; • Utilização de droners para refinar os mapas, e realizar vistorias e fiscalizações;
	5° - Proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Novidades sobre a pista de voo; • Instalação de um tanque de 15 mil litros de água para uma resposta rápida ao fogo, realizada pela empresa Trevo Florestal; • Obra nas estruturas da Brigada de Incêndio com apoio dos Irrigantes da Lagoa Mangueira; • Aquisição de duas novas viaturas (uma como compensação da quinta-marmeleiro e a outra com conversão de multa); • Teste de drone para fiscalização na região da com palha, pois é a localidade que os infratores se escondem; • Problemas com a pesca e a caça ilegal; • Prisões por porte de arma para caça; • Parceria da comunidade com os gestores da Estação para proteger a localidade; • Investimento nas escolas – comunidade como aliados – Educação Ambiental; • Conflito com os pescadores (Tema que não deve ser aprofundado na elaboração do Plano de Manejo); • Intenção de elaborar um plano de proteção (pesca);
	6° - BR - 471	<ul style="list-style-type: none"> • Notificação para o DNIT; • Instalação de mais 2 radares no trecho, limpeza da vegetação, e construção das telas; • Eletrosul realizou campanhas de Educação Ambiental nas rodovias e construiu uma placa que esta instalada na sede, mostrando o número de atropelamentos durante o ano; • Instalação de câmeras nos túneis e em algumas matas; • Intenção: instalar Barreiras Jersey com telas nas duas laterais da pista (barreiras

		com durabilidade muito grande, instaladas no concreto, longe da vegetação e são pré-moldadas); <ul style="list-style-type: none"> • Foi verificada a necessidade da construção de um túnel no caminho que percorrem as capivaras;
	7° - Práticas Sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> • O ICMBio enviou um projeto para o MMA para pagar por três anos os projetos da Embrapa; • Reunião com Fabio Branco para envolver a secretaria e a EMATER; • Reunião com o Prefeito de Rio Grande, Embrapa e Sindicato de Rio Grande para solicitar apoio; • Projeto demonstrativo da pecuária; • Iniciativa: Soja orgânica – cultivo convencional, com rotação do plantio de soja com a pecuária; - implantação provável da lavoura 2016-2017 – Manejo com o IRGA; • Crescimento no mercado de arroz orgânico; • Intenção: Parceria com a SAI; • Plantio de pimenta-rosa – Vantagens: beneficia as aves e faz a formação de corredores;
	Assuntos Gerais –	Acompanhamento da Unidade de Conservação do Banhado do Maçarico; Aniversário do Taim nas Escolas, Revitalização do Museu; Comemorações dos 30 anos da Estação.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 39 - Síntese da Ata nº 02/2015 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2015 – 02/2015 – 14/12/2015 - Ordinária	1° - Ampliação da ESEC- Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Arroz Amigo financiou uma viagem para o Congresso de Unidades de Conservação em Curitiba e elaborou uma moção que foi aprovada na plenária; • ICMBio colocou como prioridade de gestão a ampliação da Estação; • Visita do NEMA e do Instituto Augusto Carneiro ao ICMBio; • Visita do prefeito de Santa Vitória do Palmar ao ICMBio; • Proposta de ampliação foi para o MMA; • Necessidade de pressão por parte de universidades, ONGs, produtores e do ICMBio;
	2° - BR - 471	<ul style="list-style-type: none"> • Construção das barreiras New Jersey de em toda rodovia, com telas na parte superior, túneis, tachões no meio das pistas, radares e placas. Além de uma galeria no meio do trecho para passagens de animais; • Ano de 2015 – recorde de atropelamentos de animais; • Retirada das espécies exóticas do entrono da rodovia; • Parceria com a gestão do Parque eólico – compra de várias câmeras, compra de uma caminhonete para monitoramento e 10 mil cartilhas de informações e 'placas de atropelamentos'
	3° - Linhas de transmissão de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de satélites com telemetria e GSM; • Aumento da mortalidade de aves; • Solicitação de estudo populacional de aves (Coscorabas e Carão).
	4° - Práticas Sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> • Busca por práticas mais sustentáveis no entorno; • Necessidade de aproximar a comunidade para perto da UC; • Inserção de barreira vegetal para reduzir o ressecamento – Plantio de pimenta-rosa; • Formação de 30 guias para a condução de visitantes na região; • Necessidade de se trabalhar mais com os pescadores;
	5° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas programadas para 16 e 17 de agosto de 2016; • Documentos como teses e dissertações; • Auxílio de uma equipe de Brasília, da gestão da UC e da FURG, para realização das oficinas.
	6° - Aniversário da ESEC-	<ul style="list-style-type: none"> 30 anos da UC; • Em andamento: Participações na feira do livro, evento e apresentação do coral da

	Taim	FURG, elaboração de um vídeo institucional.
	Assuntos Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Solicitação de entrada da Associação dos Irrigantes da Lagoa Mangureira;• Retirada da representação do Exército e da UCPEL por falta de comparecimento nas reuniões.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 40 - Síntese da Ata nº 01/2016 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2016 – 01/2016 – 29/07/2016 - Ordinária	1° – Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Demora no processo – Questão do impeachment; • Devolução do processo para o ICMBio motivo – necessidade de resumir a proposta (processo com 1.600 páginas); • Necessidade de apressar a entrega do processo à ‘Brasília’;
	2° – Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de zoneamento interno da UC – Mestrado do Caio (PPGC); • Dificuldade financeira – empresas cobraram 700 mil para elaboração – ficou acordado contratar um pessoa apenas para compilar os dados; • Regramento da ZA – compilação da legislação vigente para gerar subsídios;
	3° - Impacto e ações mitigadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizações reduzidas por questão orçamentária e por redução de pessoal (problemas de saúde); • Apoio da comunidade – Conseguiram coletar muita rede com pouco peixe, pois chegam ao local com antecedência; • Apreensão de muitas embarcações com problema de registro (foram doadas para o estaleiro escola, ou devolvidas aos proprietários que tiveram sua embarcação roubada, caso tenham realizado o Boletim de Ocorrência); Redes ilegais foram queimadas e colocadas no lixão; • Foram realizadas prisões de foragidos com drogas – Redução da criminalidade; • Pedido para que as redes não sejam queimadas (questões contraditórias); • Parceria com a Receita Federal para identificar os veículos que trafegam na BR 471 – Gerando assim uma lista de infratores.
	4° - BR - 471	<ul style="list-style-type: none"> • Telamento do lado esquerdo da rodovia; • Projeto barreiras New Jersey; • Campanha das eólicas – doação de câmeras para serem usadas nos túneis, reedição dos livretos e doação de uma caminhonete para auxiliar no monitoramento; • Necessidade de uma busca ativa para reduzir o número de atropelamentos, que já perduram 6 anos; • Afastamentos dos acampamentos de pesca da UC;

		<ul style="list-style-type: none"> Proposta de um GT de trânsitos de veículos de praia;
	5° - Retirada do Pinus sp. no entorno da UC e energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> Plano de retirada dos Pinus sp. para proprietários – Para substituir realizar o plantio de Pimenta – rosa; Apoio da empresa Trevo Florestal; Base costeira está com energia elétrica com o apoio da CEEE.
	6° - Compensação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Valores já foram aplicados na conta pública;
	7° - Práticas Sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> 30 monitores de turismo formados, alguns já estão trabalhando; Projetos com a EMATER (assistência técnica) e EMBRAPA (pesquisa);
	8° - Recursos hídricos – gestão das águas	<ul style="list-style-type: none"> Outorga única Busca de apoio com o diretor do Departamento de recursos hídricos do Estado; Plataforma SIG – sistema de informações – Abastecimento da plataforma com informações produzidas na FURG, UFRGS, EMBRAPA, ICMBio, através de um termo de cooperação;
	9° - Aniversário da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> Eventos em escolas; Aquarela do Taim, lançada pela Assembleia legislativa; mateada na Capilha; Seminário na FURG, junto com o NEMA;
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação do Comitê de Bacias para integrar o Conselho Consultivo ESEC – Taim - Aceita

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 41 - Síntese da Ata nº 02/2016 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2016 – 02/2016 – 02/12/2016 – Ordinária.	1° - Ampliação da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado sobre o andamento da proposta de ampliação da UC; • Foi mencionado que o Sr. Ricardo Soavinski ,presidente do ICMBio, passa a ter o compromisso com a ampliação da Unidade;
	2° - Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionada pelo presidente que a proposta é bem simples para a ESEC; • 1° - Reunião GT do PM – Foram definidos os alvos de conservação: hidroperíodo /Lagoa Mangueira, qualidade de água e áreas úmidas, praias costeiras, dunas, matas secas (arenosas), campos secos (áreas que não inundam), fauna impactada por atropelamento, campos litorâneos (Caçapava); • Há um recurso de 300 mil para utilizar com o PM; • Foi mencionado que o ICMBio decidiu que não sairá mais reuniões sobre o PM até que se 'saia' a ampliação da Unidade;
	3° - Centro de Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que o projeto prevê estacionamento, um recuo para o ônibus, passarela de concreto; • Foi explicado que há 3 blocos de obras, o centro de visitantes, a passarela e o estacionamento. Foi informado que há um recurso de R\$ 1.100.000,00 de compensação da Eletrosul, para estas obras. • Foi salientada a importância do Centro para a promoção da Educação Ambiental na região • Ficou decidido que a passarela e o estacionamento serão construídos primeiros;
	4° - Práticas Sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> • Foram apresentadas novas ideias de trilhas; • Foi salientada a operação dos monitores turísticos; • Foi recomendado pelo conselho para que o município regre a orla da Capilha para evitar a ocupação na beira da barranca que está se expandindo; • Foram mencionados os projetos com a EMBRAPA, com o manejo sustentável do gado; o projeto da soja orgânica; a questão da outorga da água, novidade de se reativar o Fórum Mirim-Mangueira, e o projeto com o artesanato para que seja agregado com o ecoturismo dando assim retorno para a comunidade local;
	5° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> • Foi mencionado que em novembro ocorreram 263 mortes, e em maio 89 mortes de capivara; • Foram encontradas telas com furos;

		<ul style="list-style-type: none"> • O Ministério Público se comprometeu de multar o DNIT por todos os animais atropelados criminalizando os dirigentes.
	6° - Proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que há 12 brigadistas para atuarem em um período de 5 meses; • Foi informado que três incêndios foram controlados; • Ocorreram uma operação com o batalhão da PATRAM, 4 prisões em flagrantes, 11 autos de infrações, 6 operações de rotina, 10 embarcações e 14 cães apreendidos, 2000 metros rede apreendidos, e ocorreu um controle de espécies invasoras – mamona, Pinus. • Foi ressaltado que as redes de pesca apreendidas não são mais queimadas e sim doadas para escolas, presídios, e etc.
	7° - Aniversário da ESEC-Taim	<ul style="list-style-type: none"> • Foram realizados eventos com as escolas da região; • Evento na Assembleia Legislativa do Estado para inaugurar as aquarelas e o calendário. • Houve ainda uma mateada na Capilha com o apoio da Prefeitura – SMMA – Rio Grande, Seminário de 30 anos e workshop do Plano de Manejo organizados com a FURG, NEMA e ICMBio.
	Assuntos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Foram mencionados sobre as linhas de transmissão de energia elétrica e os parques eólicos.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 42 - Síntese da Ata nº 01/2017 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ N° Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
<p>2017 – 01/2017 – 14/07/2017 - Ordinária</p>	<p>1° - Ampliação da ESEC-Taim e título RAMSAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi comemorada a finalização do processo de ampliação da Unidade. O gestor parabenizou todos os conselheiros pela participação. • Houve alguns descontentamentos com a poligonal definida (marco 'limite da pedra', que nortearia a poligonal – o que não foi atendido) para a ampliação. O gestor manifestou-se mencionando que foram 5 anos de discussão e 3 anos esperando a publicação do decreto e que “não tem como agradar a todos”; • Salienta que de acordo com o ICMBlo, importantes áreas, tanto da unidade de como a ZA ainda ficaram 'de fora' da poligonal; • Os conselheiros foram informados sobre a obtenção do título RAMSAR. Título dado para as áreas úmidas de importância mundial; • Posteriormente foram discutidos questões sobre a aquisição das terras. Foi informado aos conselheiros que o próximo passo é chamar os proprietários e explicar a proposta do governo. Caso haja interesse há a compra das terras, se não se estruturará novas alternativas, sendo elas: compensação ambiental, levar a questão ao poder judiciário, ou optar pela compensação de reserva legal (previsto pelo Código Florestal - compensar a área que precisa comprando uma área de Unidade de Conservação em outro local dentro do mesmo bioma, pampa, e entregar para o governo). • Foi informado que há 17 milhões de compensação ambiental da Petrobrás para a aquisição das terras, sendo a própria Petrobrás que irá realizar a compra. Caso a aquisição se dê pelo mecanismo de Reserva Legal os recursos poderão ser destinados para outras necessidades da UC; • Foi criado um GT de Regularização Fundiária, com as seguintes entidades: ICMBio, Trevo Florestal, Associação dos Usuários da Bacia Hidrográfica das Lagoas Caiubá-Flores, Sindicato Empregados do Comércio de Rio Grande, Sindicato Rural de Rio Grande, Associação dos Amigos e Moradores do Albardão, Associação dos Produtores Rurais de Curral Alto e Albardão e Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar.
	<p>2° - Plano de Manejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi informado que há o valor de R\$ 200 mil para a elaboração do PM, que provavelmente poderá ser utilizado apenas no ano que vem (2018);

		<ul style="list-style-type: none"> Com este valor pretende-se contratar um consultor para consolidar os resultados das reuniões. Também está previsto a contratação de um levantamento ecológico rápido de 2 áreas – Ilha Taquari e Caçapava;
	3° - Centro Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> Após reunião do Conselho (2016), a câmara de compensação do Governo do Estado propôs dar continuidade ao centro interpretativo referente à compensação da Linha de Transmissão 2; Foi informado que a construção das passarelas e o estacionamento será referente à compensação ambiental da Linha de Transmissão 1, através da TSLE/Eletrosul e a compensação referente à Linha de Transmissão 2 está numa fase inicial.
	4° - BR 471	<ul style="list-style-type: none"> Foi informado que há uma previsão ‘grosseira’ de utilizar de seis a oito milhões de reais para a colocação das barreiras New Jersey; Salientou-se que o DNIT e a Brigada de Incêndio estão realizando a manutenção das telas da rodovia, auxiliando a proteção da unidade. Foi possível a partir desta ação, identificar onde os infratores estão entrando para caçar e pescar; Foi mencionado que no ano passado (2016) houve redução da mortalidade de animais, bem como a redução da taxa de atropelamento ocorrendo somente 49 registros; Salientou-se que o DNIT foi notificado para fazer a retirada de espécies exóticas no entorno da estrada;
	5° - Proteção	<ul style="list-style-type: none"> De acordo com o gestor a ESEC-Taim tem recebido mais apoio que as outras UCs do país; Enfatizou-se que foram encontradas diversas armas de ‘fogo, foragidos, e caça intensa’. Foi observado um cenário de maior violência no campo. Este ano foram apreendidos 3 embarcações, 2 automóveis, 2.000 mil metros de rede e 3 armas de fogo. Foram aplicadas 17 multas no setor de caça e pesca, e foram combatidos 5 focos de incêndio no talude da BR 471, ‘inclusive um grande nos “diquinhos”’; Houve reclamação que o ICMBio ‘não ajuda nos roubos de animais’. Foi sugerido que este ajudasse com ‘presença ostensiva’ dentro da esfera da Unidade (fora necessita da ajuda da PATRAM e do IBAMA).

	<p>6° - Práticas Sustentáveis na ZA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foram mencionados sobre a melhoria das práticas sustentáveis na pecuária com a orientação da EMBRAPA, EMATER, 'etc' e interesse em 'trazer o pessoal da homeopatia' para colaborar; • Foi mencionado sobre a ampliação da produção e a Trevo Florestal; • Foi abordado sobre a pesca sustentável; ecoturismo – criação de roteiros para a região, contato com taxistas, hotéis; gestão dos recursos hídricos – compra de réguas de medição das Lagoas; plantio de Pimenta-Rosa, - para venda e para resolver o problema da cortina arbustiva contra a dispersão do Pinus sp., sombra e proteção dos animais da pecuária; e o Arroz Amigo do Taim.
	<p>Assuntos Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido da associação dos moradores dos Banhados do Maçarico para participarem do conselho. Motivo: estão fechando uma proposta de recategorização de Reserva Biológica (REBIO) para Reserva Vida Silvestre (REVIS). A proposta de mudança não fere os objetivos de criação inclusive favorece algumas espécies. O pedido que os conselheiros da ESEC-Taim auxiliem na discussão da proposta; • Foi manifestado interesse em convidar novamente a EMATER para agregar ao Conselho Consultivo. Entretanto, foi salientado pelo gestor que “temos a questão de quórum e que muitas vezes as entidades pedem porque estão tendo interesse num assunto e depois nunca mais aparecem”; • Ficou acordado que seria votado em outra reunião sobre a entrada da EMATER no Conselho Consultivo.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 43 - Síntese da Ata nº 02/2017 da Reunião do Conselho Consultivo da ESEC – Taim.

Ano/ Nº Ata/ Data/ Tipo	Assunto/tema central	Aspectos relevantes
2017 – 02/2017 – 05/10/2017 - Extraordinária	1º - Apresentação da nova chefia	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança da chefia da ESEC-Taim • Novo chefe: Caio Cavalcanti Dutra Eichenberger – Chefe substituta: Ana Carolina Canary. Ambos já em exercício. • Foi informado que o Henrique Horn passará a ser Coordenador Regional – responsável pela coordenação dos três estados do sul do país. Ficou acordado com o ICMBio que retornará para a ESEC-Taim como analista ambiental ou como chefe no final do ano que vem (2018). • Foi salientado que a atual gestão permanecerá com o perfil de se aproximar da sociedade e continuará realizando as práticas sustentáveis; os GTs de PM, e Estudo fundiário;
	2º - Práticas Sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> • Os conselheiros parabenizaram o Henrique pelo trabalho desenvolvido, enfatizando a sua capacidade em gerenciar os conflitos; • Foi mencionado que a UC tem atuação diferenciada e que poderá compartilhar ideias para auxiliar outras UC a resolverem os seus conflitos; • Foi mencionado sobre a pecuária orgânica; homeopatia para os animais; e trilhas.

Fonte: Elaboração própria.